

PROTINORTE

PROGRAMA REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



**Agenda
Transformadora
PROPOSTA**
16.07.2024

Ficha Técnica

AGENDA TRANSFORMADORA

COORDENAÇÃO GERAL

Célia Ramos

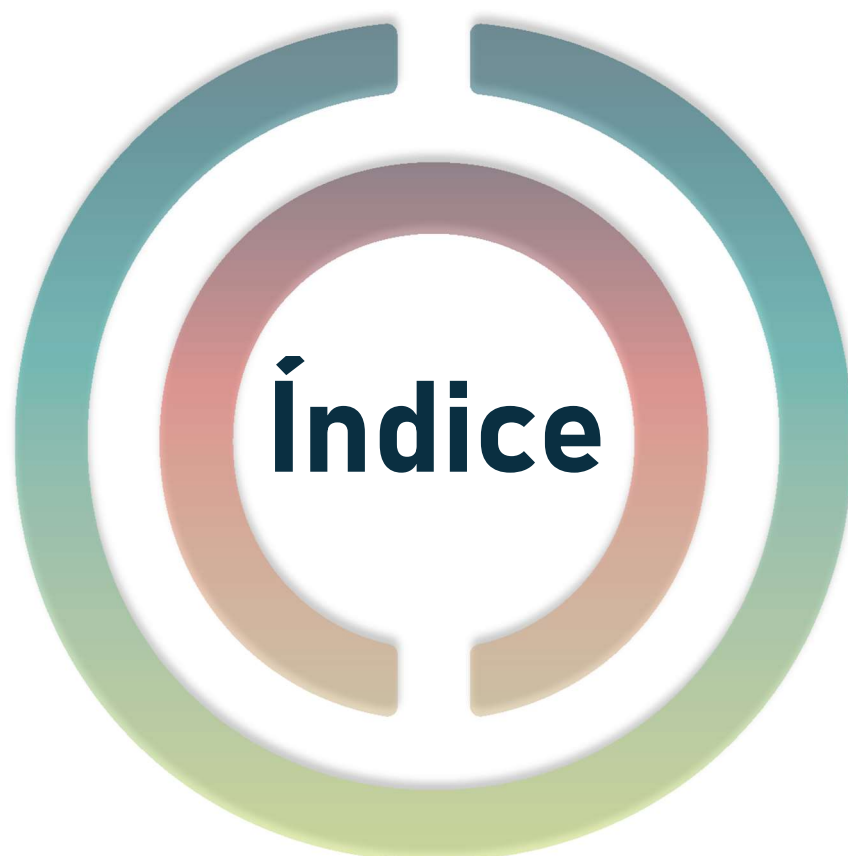
COORDENAÇÃO TÉCNICA

Graça Fonseca | Alexandra Cabral | Paulo Castro

CCDR-NORTE, IP

Alexandra Cabral | Paulo Castro | Graça Fonseca | Nuno Mota | Maria Antónia Magalhães | Rui Cavaco | Luís Amorim
| Fernando Pau-Preto | Luís Mamede | Daniel Teixeira | Sofia Moreira | Sofia Ribeiro | | Rui Monteiro | Raquel Meira
| Paulo Santos | Ricardo Sousa | Carlos Oliveira | Vitor Monteiro | Alda Brás | José Matias | António Cabeleira |
Jorge Sobrado

(A completar)



Índice

Enquadramento	9
Metodologia	15
Orientações e Diretrizes	21
Programa de Execução	37
Modelo de Governança Territorial	83
Sistema de Monitorização e Avaliação	89



Nota de Abertura

"Para quem é leigo, como eu, o plano de desenvolvimento de um território conduz à aventura pessoal dos que nele participam. Por exemplo, o meu avô Lourenço, regressando a casa com a cara inchada pela picada dos mosquitos, quando ele dirigia as obras do porto de leixões. E, no entanto, o homem há muito que desapareceu, resta a doca com os seus profundos fundamentos e o movimento dos barcos que atracam.

Matosinhos tornou-se uma cidade portuária, a ponte de Leça marca hoje um passo memorável entre a colónia britânica, os banhistas pálidos de novecentos e os cais da estiva e dos negócios marítimos.

Mas onde estão as velhas dragas que revolviam as areias para assentar os pilares? Onde estão os homens que traziam debaixo do braço rolos de papel com planos e cálculos? O progresso não lhes retém o nome e, no entanto, fala deles em cada pedra e em cada trilho de ferro.

Portugal mudou em poucos anos. A orla marítima do Norte apresenta sensíveis modificações. Ali, onde nasceu a indústria têxtil, com dois ou três teares manuais, estão as grandes empresas continuamente ocupadas na difícil carreira de competição.

Tapetes, atalhados, pronto-a-vestir, maquinaria, armas de percussão, oleaginosos, movimentam uma população imensa! As estradas venceram a era da obscuridade de quando nos perdíamos na serra como se fosse um pleno Amazonas, ouvindo perto a voz do rio e ao longe um ribombar de trovão. Abriram-se os horizontes, submeteram-se aos pedregais, construiu-se, ampliou-se a vila que deixou de ser apenas a rua principal para se formalizar com a escola secundária, a preparatória e o ginásio; e a piscina, o clube desportivo, a discoteca. O progresso instalou-se oferecendo novos modos de vida, novos espaços também outros atrativos à delinquência. Mas a soma das vantagens excede a desordem do gosto e do espírito. A prosperidade vela pelos que querem mudar.

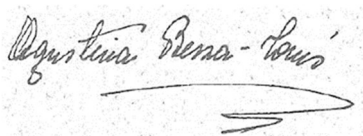
Nós, os Portugueses, não somos facciosos em coisas de modas. Nem no pensamento, nem no trabalho. Somos coerentes com a adaptação ao mundo que nos foi dado. O proveito não nos faz esquecer a justa medida. Portugal mudou. Com a persistência, Portugal foi corrigindo o seu atraso, foi conseguindo pontos de apoio que lhe proporcionam obrigações, mas também a ampliação dos seus limites. Está talvez longe de adquirir confiança nos seus meios; mas a confiança é a nobreza dos governantes, qualquer que seja o seu sistema de governo. Se eles confiam, todos participam, todos contribuem, todos dão prova do seu próprio valor.

Um Homem é pouca coisa. Um vento passa e com ele o Homem passa também. A erva murcha no chão e o Homem depressa seca com a erva. Mas o trabalho dele, somado a outro trabalho, muda a face da terra. A alma das coisas contém a presença eterna da nossa vontade. Não sofremos em vão. Os arcos do aqueduto de Vila-do-Conde, não foi só o dote de uma plebeia que quis ser freira entre aristocratas. Foi um esforço para que se congregaram mestres e operários, portadores de água, canteiros com os seus camartelos, engenheiros com os seus engenhos. Alguém disse "faça-se...". E a paisagem mudou. Os arcos levantaram-se e pareciam emoldurar os verdes campos como um museu os quadros de frondosos parques.

Portugal mudou, o seu território compôs-se como numa pauta se desenha a partitura. Há dissonâncias, há correções a fazer, há um ritmo a encontrar. Mas, para já, a terra torna-se conivente e aplicada na prosperidade. Tempos felizes são os que moderam o coração dos homens por efeito do génio comum que é o amor da terra. E como amor com amor se paga, a terra falará de nós, nas obras que deixarmos."

20º aniversário CCR-Norte

07-10-1991, Lisboa



Agustina de Bessa-Luís

Este PROT-NORTE, que temos vindo a elaborar com o Norte, este mesmo Norte sobre o qual há mais de 30 anos Agustina escrevia, é um trabalho ainda em construção.

É um trabalho que, mais do que os instrumentos enquadramentos que o obrigam e enquadram, pretende mudar a forma como os interpretamos e fazemos espelhar no território.

É um exercício que não segue, ainda, uma matriz definitiva. Porque é novo, porque é diferente e porque não tem um guião.

É um exercício que dá corpo a uma face diferente do Ordenamento do Território: uma face nova!

Uma nova face que tem uma visão para o futuro, e se inspira na diversidade do Território do Norte.

Diversidade que é, paradoxalmente, onde reside a sua coerência, a sua chave.

É um exercício diferente, lavrado pela mão de uma CCDR Norte também ela diferente: que agrega, integra, e correlaciona as diferentes dimensões territoriais.

Que faça com que a Terra deste Norte fale de si, pela obra, que juntos, deixarmos.

O Presidente da CCDR Norte, I.P.

António M. Cunha



Enquadramento

Enquadramento

Elaborados que estão a Estratégia e o Modelo Territorial do PROT-NORTE, é chegado o momento de apresentar as propostas que permitirão operacionalizar as opções estratégicas de desenvolvimento territorial aí perspectivadas.

O esquema geral do PROT-NORTE encontra-se desenhado para orientação do Programa numa nova lógica doutrinária/pedagógica, contribuindo para essa abordagem *ex-novo* de princípios fundadores do ordenamento do território e dos paradigmas mais recentes da economia do futuro que, *de per si*, incluem mecanismos de adaptação à evolução das circunstâncias que moldam o nosso presente e futuro próximo.

A Agenda 2030 das Nações Unidas e o estabelecimento dos seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), bem como a publicação, no mesmo ano de 2015, da Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, designada *“Fechar o Ciclo – Plano de Ação da UE para a economia circular”*, estão na base desta conceção. Em concreto, já não chega mitigar impactes negativos e transformar comportamentos, é necessário, mesmo, gerar impacte positivo, em progressão adaptativa, apontando para a reabilitação e o restauro económico, ambiental e, inerentemente, social, reduzindo a dependência de recursos naturais e de matérias-primas. Este novo modo de equacionar a economia tem um contexto de grande apropriação no modelo da “economia donut”, e que se pode sintetizar nos seguintes termos *“Entre as fronteiras sociais e planetárias encontra-se um espaço ambientalmente seguro e socialmente justo no qual a humanidade pode prosperar.”* E é desta bússola inspiracional que surge o esquema referencial do PROT-NORTE, a sua matriz central, onde todas as componentes se integram e equiparam em relevância e consideração.

O PROT-NORTE considerou 5 Sistemas temáticos – Natural, Social, Económico, de Conectividades, Urbano, e o de Gestão e Governança Territoriais, aos quais alocou a ponderação de vulnerabilidades críticas, e que se fazem percorrer pelo espraiamento de mudanças incontornáveis do momento atual: i) digitais e tecnológicas, ii) climáticas e iii) sociodemográficas. Foram, ainda, considerados 4 Fatores Distintivos que, para além do Desafio Demográfico, incluem a Água, a Energia e a Neutralidade Carbónica, aos quais conferimos centralidade na estratégia e na identificação dos projetos e medidas estruturantes, e que consubstanciam os grandes desafios do PROT-NORTE.

E foi essa estratégia que possibilitou a cenarização que o Modelo Territorial aponta, acautelando o cumprimento da maior parte dos ODS da Agenda 2030, organizados em torno dos seus 5 Ps – Planeta, Pessoas, Prosperidade, Paz e Parcerias Institucionais.

Na Estratégia do PROT-NORTE afirmamos as especificidades e complexidade territoriais do Norte, colocando-as ao serviço da coesão e competitividade regionais, com pressupostos hoje absolutamente incontornáveis. Sinteticamente, o caminho prosseguido neste Programa sustenta-se:

- Numa lógica de Simbiose e Adaptação Territorial;
- No reforço da base territorial de competitividade, atribuindo valor ao território, a todo o território;
- Na identificação e hierarquização de medidas de política e até projetos, transformadores e realistas, às várias escalas de ponderação e atuação.

Do referencial da abordagem adotado emanaram os 10 Desafios Territoriais e as 39 Opções Estratégicas de Base Territorial (OEBT) que, no seu conjunto, constituem a Estratégia do PROT-NORTE.

A partir das OEBT, enriquecidas com as sugestões dos membros da Comissão Consultiva (CC), efetuou-se a agregação em 5 Sistemas, no âmbito dos quais foi concebido o Modelo Territorial, cujo assentamento no território possibilitou a demarcação de 3 diferentes contextos territoriais – Territórios do Nordeste, Territórios Centrais, e

Territórios do Noroeste –, correspondentes a áreas do território que genericamente apresentam características similares e, como tal, apontam para uma abordagem também idêntica na prossecução de objetivos e na identificação da dimensão de atuação.

Modelo Territorial da Região Norte



Impõe-se agora estruturar a Agenda Transformadora, e desenvolver os fundamentos que possibilitarão o estabelecimento de Medidas de Política, Orientações e Diretrizes que pautarão a operacionalização do PROT-NORTE, definindo o referencial de base da sua Governança e da sua Monitorização.

A Agenda Transformadora, na presente estrutura, pretende dar resposta ao estabelecido no artigo 55º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação, no sentido de ser concretizada a plenitude do quadro em que se desenvolve o Sistema de Gestão Territorial (SGT), tal como se encontra consagrado na Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, do Ordenamento do Território e do Urbanismo (LBGPPSOTU) – Lei nº 31/2014, de 30 de maio, na sua redação atual.

Nesta conformação, a Agenda Transformadora integra os seguintes elementos, que se interrelacionam e complementam:

- As Orientações e Diretrizes (O&D), contendo indicações específicas e boas práticas para a ação que releva, fundamentalmente, para o nível regional e local;
- O Programa de Execução (PE), que identifica medidas de política e projetos estruturantes que operacionalizam a Estratégia e o Modelo Territorial, constituídos por ações de diferentes âmbitos e natureza, identificadas de forma a enquadrar a sua adaptação à evolução dos ciclos de planeamento e programas de financiamento;
- O Modelo de Governança Territorial (MGT), que adota os órgãos existentes, quer os intrínsecos à CCDR-Norte, IP, e que decorrem da sua orgânica (Conselho Regional do Norte – CRN, e Conselho de Coordenação Intersectorial – CCI), quer exteriores à CCDR-Norte, IP (Conselho de Coordenação Territorial – CCT);
- O Sistema de Monitorização e Avaliação (SMA), estruturado com base em indicadores integrados, para monitorizar/avaliar dinâmicas territoriais, criar a base referencial para a elaboração do Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT) à mesoescala, e para informar o SGT.

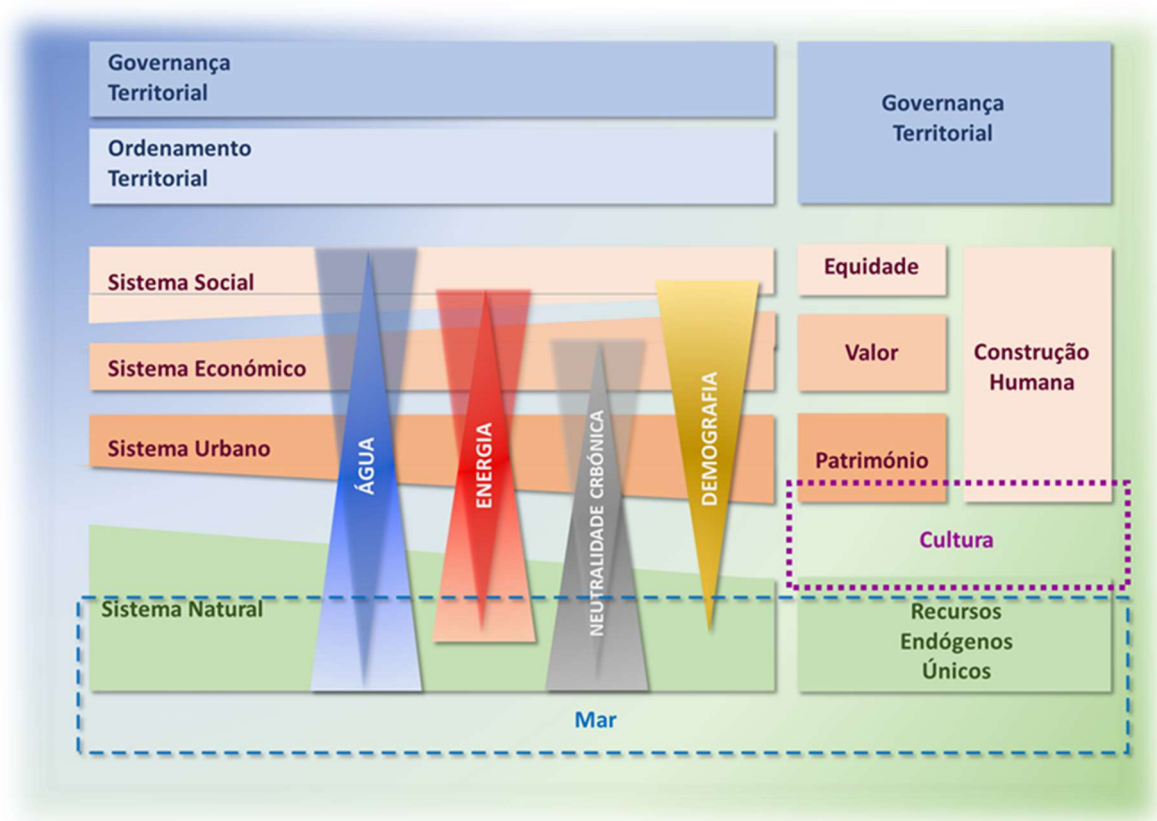
Em suma, no âmbito da definição do seu quadro de referência estratégico, o PROT-NORTE desenvolve e objetiva as mudanças críticas, os princípios da coesão territorial e os desafios identificados na Estratégia do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT), reforçando a sua natureza estratégica e a sua orientação de articulação com a Estratégia e o Programa Regional NORTE 2030, assim como com alguns dos seus Planos de Ação Regionais temáticos, colocando ainda foco na sua governança.



Metodologia

Neste relatório procura dar-se resposta à dupla dimensão que PROT-NORTE consubstancia. Por um lado, territorializando a Estratégia NORTE 2030, aprovada pelo CRN em dezembro de 2020, nos termos do DL nº 228/2012, de 25 de agosto e, por outro, reforçando o SGT, consagrando o nível regional estabelecido na LBGPPSOTU, progredindo na integração territorial conjugada, agora, com a complementaridade existente entre os três contextos territoriais delineados - Territórios do Nordeste, Territórios Centrais, e Territórios do Noroeste, contendo em si mesmo os destinos básicos do uso e ocupação do solo: Rústico e Urbano.

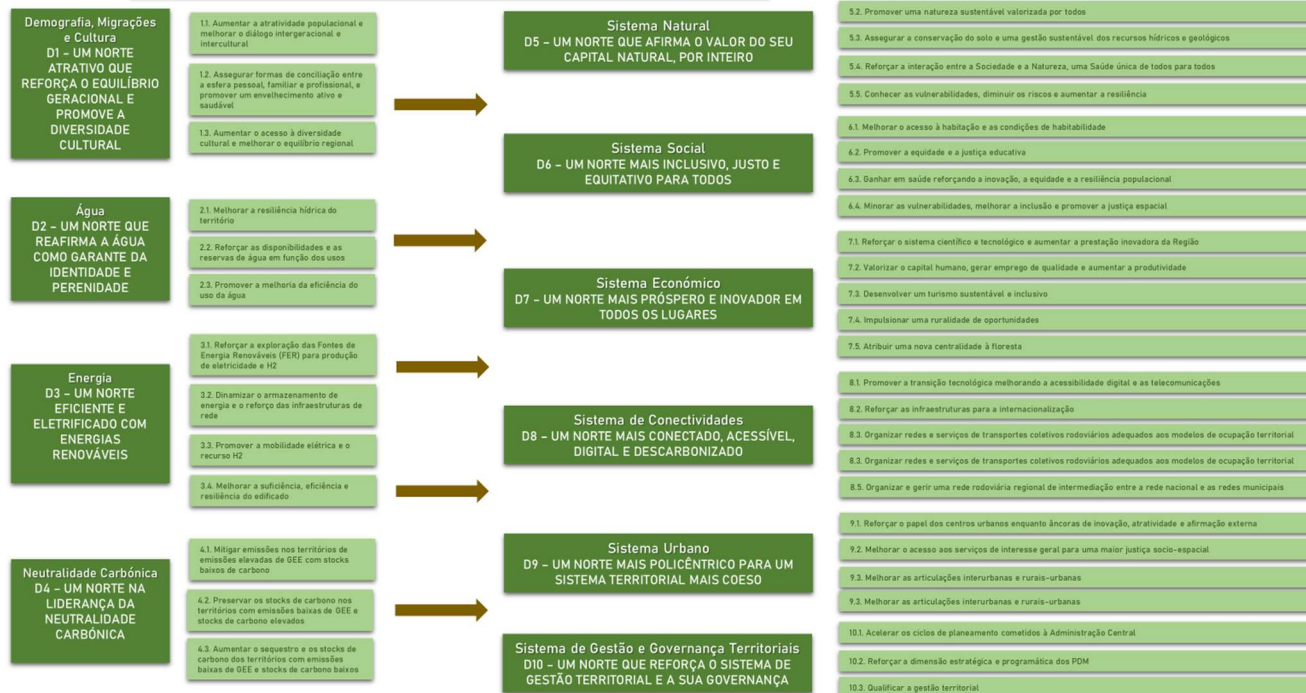
Efetivamente, a abordagem metodológica adotada para a estruturação da Agenda Transformadora configura a síntese trazida até esta fase pelo referencial de abordagem que foi definido para a conceção e elaboração do PROT-NORTE na 1ª fase dos trabalhos.



O nível regional de gestão territorial teve por base a estrutura do PNPOT, pelo que identificou, conforme já referido, 5 Sistemas a que acrescentou 4 Fatores Distintivos, delineando 10 Desafios de carácter eminentemente territorial.

A Estratégia, que corresponde à 2ª fase dos trabalhos de elaboração, sustenta-se nesses 10 Desafios.

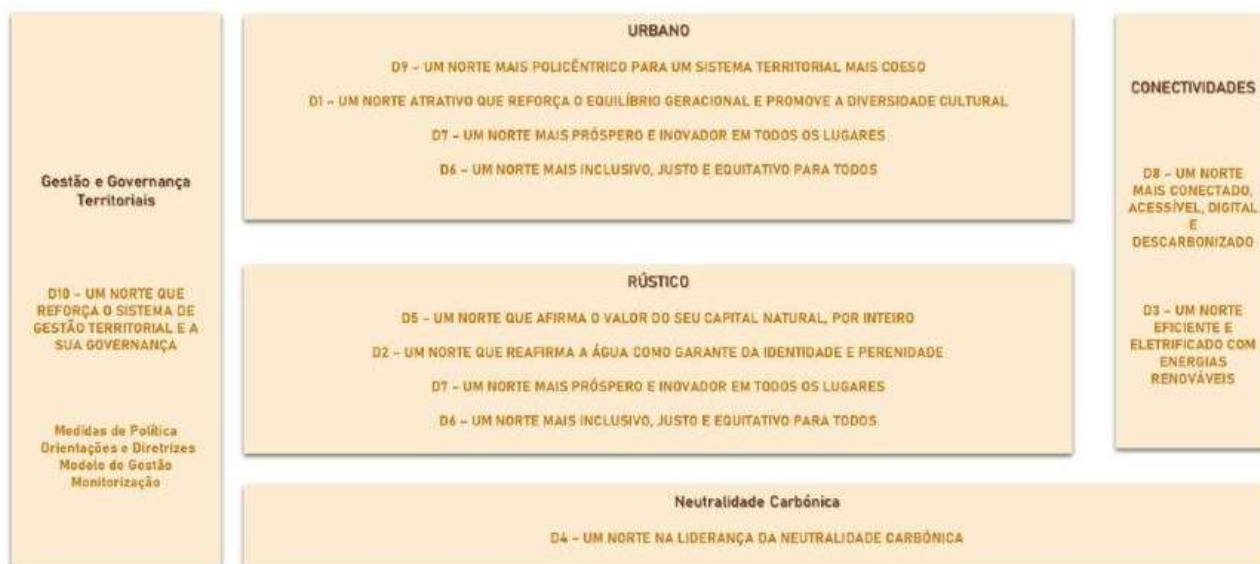
Desafios e as correspondentes Opções Estratégicas de Base Territorial (OEBT)



O Modelo Territorial apresentado na 3ª fase de elaboração do PROT-NORTE progride na integração, religando o desenvolvimento dos centros urbanos com a envolvente económica e de suporte natural, na sua diversidade e complexidade, estabelecendo três contextos territoriais: Territórios do Nordeste, Territórios Centrais, e Territórios do Noroeste.

Mas porque como pressuposto de base da elaboração deste PROT-NORTE está o reforço da base territorial de competitividade, atribuindo valor a todo o território e tendo presente, ainda, as competências transferidas para as CCDDR I.P. na área da agricultura e a importância atribuída à floresta na ocupação do território, interessa reconhecer as funções estruturantes que, conjuntamente, estas atividades desempenham no sentido de assegurar o bom estado de conservação da natureza e da biodiversidade. Não se trata, pois, de um sistema natural na aceção convencional, mas antes de um mais complexo, que incluiu as atividades económicas existentes e que se pretendem inovar e diversificar, no solo predominantemente rústico.

No esquema seguinte apresenta-se a consolidação da metodologia adotada para a organização dos conteúdos que a Agenda Transformadora desenvolve, na sua definição basilar e no que aponta para a respetiva execução e seguimento.



Assim, metodologicamente, esta 4ª fase sustenta-se na síntese alcançada, nesta abordagem tripartida, intrinsecamente interdependente, onde as dimensões se replicam em escalas variáveis, e em que as características do Urbano, do Rústico e das Conectividades que se estabelecem apresentam a revelação do predomínio de cada uma destas realidades territoriais.

Em paralelo, a análise empreendida também resultou na afirmação de outra tripartida expressão do Norte, que corresponde aos seus 3 contextos territoriais já anteriormente mencionados, que se equilibram entre si em função das especificidades que apresentam – todos sobreponíveis em atributos que os apontam como contribuintes, homeostáticos ou retentores de carbono.

Esta pré-disposição tem vindo a ser confirmada ao longo do processo de elaboração do PROT-NORTE, razão pela qual a dimensão da neutralidade carbónica abarca todas as partes integrantes desta metodologia, e tem nelas a sua base de progressão, tendente a acelerar, no Norte, o alcance da neutralidade em carbono livre.

A execução territorial acima detalhada será concretizada através da Governança territorial, assente nas orientações e diretrizes, nas medidas e ações, na monitorização e seguimento que o PROT-NORTE virá a ter após a sua aprovação e publicação.



Orientações e Diretrizes

Orientações e Diretrizes

Sem prejuízo da alteração de nomenclatura estabelecida pelo atual quadro legal, este Programa Regional reforça a sua dimensão estratégica e revela-se como uma peça fundamental da programação estratégica e operacional para o período 2030. A esse quadro acrescem as alterações resultantes da conversão das CCDR em institutos públicos que deu início ao consequente processo de transferência de atribuições, passando a integrar as diversas políticas públicas que prosseguem estratégias de promoção do desenvolvimento regional, desempenhando um papel incontornável na construção de regiões mais desenvolvidas, sustentáveis e coesas.

O PROT-NORTE desenvolve as mudanças críticas, os princípios da coesão territorial, os desafios territoriais estabelecidos no PNPOT e, em linha com a Estratégia Norte 2030, materializa o Modelo Territorial do Norte e define o quadro de referência que orienta os programas e planos territoriais, mas também os instrumentos de programação estratégica e operacional.

O PROT-NORTE afirma a sua natureza regional pela integração vertical e horizontal das políticas públicas tendo o território e as suas especificidades como quadro de referência, integrando diferentes níveis de ação e diferentes escalas de execução territorial.

Nas páginas seguintes apresentam-se as O&D, dando cumprimento ao estabelecido nos artigos 54º e 55º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação,)), que subdividimos em três níveis:

- As Orientações e Diretrizes Estratégicas
- Orientações e Diretrizes de Coordenação e Integração
- Orientações e Diretrizes de Conteúdo e Gestão

A execução do PROT-NORTE considera, ainda e ao nível regional, todo o conjunto de instrumentos referenciais dos níveis estratégicos suprarregionais, especificamente os contextos setoriais e os que decorrem do âmbito nacional e imana O&D Estratégicas, de Coordenação e Integração, a considerar nos diferentes níveis e nos ciclos consequentes de planeamento e ordenamento.

De igual modo, o PROT-NORTE assegura exercício idêntico para os níveis intermunicipal e municipal, através de O&D de Conteúdo e Gestão, aqui já em esfera mais operativa, reforçando a sua vocação de Programa-charneira.

Orientações e Diretrizes Estratégicas

O PROT-NORTE, enquanto instrumento que visa a coesão e a competitividade, territorializa a Estratégia Norte 2030, consubstanciando a articulação multinível de políticas públicas, integrando e concertando, a nível regional, os interesses e objetivos nacionais setoriais e municipais que sustentam o funcionamento do SGT e da política de desenvolvimento regional. Assim:

- Assume que a identidade (e unidade) do Norte reside, paradoxalmente, no reconhecimento da sua diversidade e multiplicidade identitária, pelo que dispõe de medidas diferenciadas para o incremento das potencialidades, o esbatimento das assimetrias, a resiliência às vulnerabilidades e o reforço das condições de aumento da prosperidade em todos os lugares.
- Estabelece o Modelo Territorial de organização da macroestrutura de referência, especificando três perfis territoriais – Territórios do Nordeste, Territórios Centrais, e Territórios do Noroeste –, como resultado da aproximação conjunta das OEBT, procurando garantir níveis de coesão, competitividade e atratividade territoriais adequados.
- Assume o Modelo Territorial como referencial para a identificação de prioridades de intervenção consoante os diversos perfis territoriais, através da consideração das OEBT nos Planos de Ação Regional elaborados para efeitos de gestão e financiamento de diversos Objetivos Específicos do NORTE 2030, influenciando a qualificação do mérito dos projetos a candidatar.
- Relaciona as medidas de política que propõe com as oportunidades de financiamento do atual período de programação das políticas da União Europeia [2021-27], Ambiente, Inovação e Transição digital, Qualificações e Inclusão social, nomeadamente através do Acordo de Parceria [PORTUGAL 2030], estabelecido entre o Estado português e a Comissão Europeia, e respetivos Programas, setoriais e regionais, com destaque para o Programa Regional do Norte 2021-27 [NORTE 2030].
- Contribui para o futuro exercício de reprogramação intercalar do NORTE 2030 por via do Modelo Territorial atualizado para a região, com implicação em todos os seus 5 eixos de intervenção: (i) “Norte mais competitivo”; (ii) “Norte mais verde e hipocarbónico”; (iii) “Norte mais conectado”; (iv) “Norte mais social”; e (v) “Norte mais próximo dos cidadãos”.
- Procura especificar a concretização do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) na região, através da majoração de apoios às principais bacias de produção agroalimentar do Norte, nas várias dimensões de fileira.
- Integra as políticas públicas da agricultura, da gestão da água, das florestas e conservação da natureza com fortíssima tradução no território, com o fito de melhor gerir, dar valor e perenidade aos ativos territoriais que as diferentes realidades da Região nos concedem e assim contribuir para a coesão e desenvolvimento da região.
- Identifica a necessidade de se desenvolver, a nível nacional, um sistema integrado e simplificado de incentivos (também fiscais), e de subsídios à floresta e à silvopastorícia.
- Assume o Sistema Integrado de Gestão de Fogos Rurais (SGIFR) como instrumento fundamental para a redução do risco de incêndio rural e a resiliência dos territórios, na sua articulação com o desígnio de alcançar a neutralidade carbónica regional.
- Incentiva o reforço da infraestruturação digital, visando a total cobertura da região com rede digital de elevada capacidade, para permitir dar resposta às diferentes necessidades dos territórios, incrementando a economia digital em todos os domínios e generalizando a sua utilização.
- Contribui para afirmar o Norte como uma Região Cultural e Criativa, sustentável e de excelência no contexto ibérico e europeu, distinguindo-se por um património cultural diferenciador e notável, gerador de coesão territorial,

sentidos de pertença coletivos e uma oferta turística atrativa, por uma rede de serviços culturais indutores de qualidade de vida, inclusão e cidadania ativa, e por um ecossistema artístico e criativo gerador de emprego qualificado e inovações.

Orientações e Diretrizes de Coordenação e Integração

O PROT- NORTE afirma a sua natureza regional pela integração vertical e horizontal das políticas públicas tendo o território e as suas especificidades como quadro de referência, integrando diferentes níveis de ação e diferentes escalas de execução que interessa coordenar e integrar territorialmente.

Enquanto Programa-charneira entre as estratégias e os instrumentos de âmbito nacional e setorial e de âmbito intermunicipal e local, a tradicional lógica em cascata da declinação multinível assume aqui uma lógica biunívoca. Isto é, o PROT-NORTE territorializa os primeiros e, nesse exercício, imana O&D de coordenação e integração, a considerar nos diferentes níveis e nos ciclos consequentes de planeamento e ordenamento, a saber:

- Adotar a nova leitura do capital natural, que abrange todo o território não impermeabilizado e que integra a dimensão económica como garante da sua proteção, adaptação, gestão e resiliência.
- Privilegiar as ações de conservação e manutenção dos ativos naturais prioritários que se encontram maioritariamente na Área de Excelência Natural (AEN) dos Territórios Centrais e dos Territórios do Nordeste.
- Restaurar habitats e promover a conectividade da flora e fauna entre núcleos da AEN, garantindo um *continuum* de biodiversidade no Norte, priorizando as intervenções nos corredores ecológicos definidos nos Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) e nas áreas de maior ocorrência de quercíneas e de lobo-ibérico considerados, neste contexto, as espécies de flora e fauna icónicas do Norte.
- Incentivar o adequado coberto vegetal das cabeceiras das sub-bacias hidrográficas localizadas, sobretudo, nos Territórios Centrais e nos Territórios do Noroeste, através do restauro de habitats naturais, da promoção da multifuncionalidade dos espaços agroflorestais e da reflorestação.
- Promover a manutenção e expansão dos núcleos de *Quercus spp.* e incentivar a florestação com outras espécies florestais autóctones.
- Incentivar a manutenção dos sistemas agro-silvo-pastoris, sobretudo nos Territórios Centrais, e manter ou recuperar os mosaicos de paisagem agrícola e florestal, associando as práticas convencionais a soluções inovadoras.
- Incentivar as práticas de agricultura regenerativa, em particular nos Territórios do Nordeste, no sentido de conter a desertificação do solo, diminuir os efeitos da escassez de água e aumentar a fixação de carbono no solo.
- Adotar, prioritariamente nos Territórios do Nordeste, sistemas de produção e cultivares mais resilientes às alterações climáticas, em particular à escassez de água, e que promovam a regeneração do solo.
- Adequar os sistemas de produção mais intensivos dos Territórios do Noroeste às novas exigências de uma economia descarbonizada.
- Promover a conectividade fluvial e o normal escoamento superficial das águas, designadamente através do desassoreamento e da remoção de obras hidráulicas obsoletas e da renaturalização das margens, no sentido de redução da vulnerabilidade do risco de cheias e inundações.
- Incentivar a criação de bacias de retenção a montante de áreas urbanas que permitam o armazenamento das águas pluviais e a sua gestão em função da variabilidade das disponibilidades e das necessidades de utilização.
- Fomentar a criação e ampliação de espaços verdes urbanos integrando, na sua conceção, a reabilitação e valorização dos ecossistemas aquáticos (rios, lagoas e zonas húmidas), de modo a aumentar a capacidade de retenção e infiltração das águas pluviais, e a prevenir a erosão hídrica das margens, contribuindo para a redução do risco de cheias em contexto urbano.

-
- Promover e apoiar a reabilitação contínua das redes de abastecimento público e dos sistemas de tratamento, no sentido de aumentar a disponibilidade para os diversos usos e de garantir uma maior eficiência das infraestruturas, por via da redução das perdas de água e da energia utilizada no tratamento e transporte.
 - Promover a utilização universal das águas para reutilização (ApR), designadamente para rega de espaços verdes urbanos e lavagem de pavimentos.
 - Promover a utilização das melhores tecnologias digitais disponíveis (telemetria, sistemas de informação geográfica, instrumentação e sensores remotos, etc.) para otimização da gestão e monitorização em tempo real.
 - Promover o aumento da disponibilidade de água para o uso agrícola e a maior eficiência dos sistemas de regadio, equacionando o reforço das reservas através da construção de soluções individuais, coletivas tradicionais, e de novos aproveitamentos hidroagrícolas ou de fins múltiplos sustentáveis.
 - Revitalizar os espaços naturais periurbanos, combatendo o seu abandono, na sua tripla função: i) económica, criando riqueza na produção agroalimentar e florestal; ii) social, garantindo uma maior segurança alimentar de proximidade, e aumentando o usufruto pela população urbana circundante, e iii) ambiental, melhorando a condição dos seus habitats e diminuindo a vulnerabilidade do território.
 - Nos Territórios do Noroeste, incentivar a agricultura nas cinturas periurbanas, permitindo uma produção agroalimentar de proximidade, sobretudo orientada para a produção de frescos e, simultaneamente, prevenindo o abandono de solos agrícolas, com sistemas de produção mais eficientes no uso da água, proteção do solo e no uso da energia.
 - Reestruturar as principais fileiras florestais do Norte, do pinho e do eucalipto, nas várias dimensões de fileira.
 - Incentivar a florestação com espécies florestais autóctones de alto valor acrescentado para a construção civil, naval e indústria de mobiliário.
 - Impulsionar a valorização da paisagem como referencial para uma nova economia dos territórios de floresta e baixa densidade, que valorize o capital natural e a aptidão do solo, que promova a resiliência ao fogo e que assegure mais rendimentos, remunerando os serviços dos ecossistemas insuficientemente valorizados pelo mercado, através de um processo participado de base local que envolva e estimule os proprietários a investir e gerir as propriedades rústicas.
 - Promover uma reconversão da ocupação dos solos rústicos, visando garantir uma maior resiliência do território ao fogo e melhorar os serviços de ecossistemas, promovendo a revitalização do território e a adaptação às alterações climáticas.
 - Promover o investimento e a gestão dos territórios de floresta e baixa densidade, marcados por fortes fragilidades sociais e económicas, associadas à pequena propriedade, que se reflete em elevados custos de exploração e numa diminuta rentabilidade.
 - Adotar medidas de mitigação das emissões de gases com efeitos de estufa (GEE) nas áreas de emissões elevadas dos Territórios do Noroeste, onde ocorrem os grandes aglomerados urbanos, a maioria das indústrias transformadoras e a agricultura intensiva.
 - Adotar medidas de proteção dos *stocks* de carbono no solo dos Territórios Centrais de montanha, evitando a sua libertação através de fenómenos de degradação do solo ou da ocorrência de incêndios rurais.
 - Adotar medidas que aumentem a concentração e fixação de carbono no solo nos Territórios do Nordeste, nos quais os *stocks* de carbono são muito baixos e onde se verifica elevado risco de desertificação do solo.
 - Fomentar a instalação de indústrias que promovam a captura e armazenamento permanente do carbono.
 - Implementar um mercado regional de carbono, através de mecanismos de valorização da neutralidade carbónica regional, aproveitando a oportunidade de transferência de valor entre os territórios mais industrializados e

emissores e os territórios predominantemente rurais, nos quais a adequada gestão dos sistemas agro-silvopastoris, de floresta diversa, matos e pastagens naturais permitirá, ao Norte, ter um papel ativo na mitigação das alterações climáticas e, ao mesmo tempo, reforçar a coesão territorial.

- Reforçar a instalação de novos parques eólicos (*onshore*) e solares fotovoltaicos em locais onde o recurso energético primário é ainda abundante, em respeito pelos valores ambientais apostando, também, no reforço da capacidade de produção de eletricidade a partir de parques eólicos e solares fotovoltaicos em hibridização destas instalações, através da instalação de produção solar fotovoltaica junto das centrais eólicas.

- Promover a avaliação da viabilidade técnica e económica para reequipamento, sobre-equipamento e hibridização de parques eólicos com produção solar fotovoltaica, considerando critérios como a disponibilidade de espaço, níveis de radiação solar e capacidade da rede elétrica.

- Desenvolver soluções de armazenamento de energia, através do *retrofit* de centrais hídricas convencionais para hídricas reversíveis, bem como equacionar a construção de centrais hídricas de bombagem pura.

- Avaliar a viabilidade técnica e económica da instalação de sistemas de armazenamento eletroquímico, no sentido de ultrapassar as restrições de rede que limitam a integração de produção elétrica de origem renovável.

- Assumir que os diferentes centros urbanos do Norte se encontram interconectados, constituindo sistemas e subsistemas que se vão ligando entre si em diferentes escalas e criando redes (verticais e horizontais) multipolares, pelo que o sistema urbano (policêntrico) do Norte depende de complementaridades funcionais multiescalares e multidimensionais, isto é, de complementaridades funcionais que pressupõem não só ligações (e redes) interurbanas e urbano-rurais em contextos diversos, mas também escalas geográficas distintas.

- Garantir que, no planeamento da provisão dos serviços de interesse geral, se atende às especificidades do sistema urbano regional em função dos contextos ou subsistemas, podendo ser assegurado à escala intraurbana em municípios dos Territórios do Noroeste, e ganhando progressiva relevância a escala interurbana ou intermunicipal conforme se caminha para os Territórios do Nordeste.

- Prosseguir a qualificação da multifuncionalidade e do policentrismo dos Territórios do Noroeste, apostando na inovação, na prosperidade urbana e no aumento da resiliência territorial, promovendo o uso eficiente do solo, reconfigurando a forma urbana, recuperando o edificado, fornecendo condições de habitabilidade, valorizando o comércio e os serviços de proximidade, e aumentando o conforto bioclimático e a mobilidade sustentável.

- Privilegiar a concentração e densificação urbana, preservando e valorizando a qualidade dos recursos ambientais, promovendo a qualificação dos serviços coletivos territoriais em áreas como a educação, a saúde, o apoio social, a cultura, o desporto ou o lazer, bem como o reforço dos níveis de infraestruturação urbana (água, saneamento e resíduos).

- Assumir como basilar, sobretudo para os centros urbanos dos Territórios do Noroeste, uma abordagem territorial dirigida à ação climática e à resiliência, através do aumento dos espaços verdes urbanos, que contribuam para reduzir as inundações urbanas, atenuar os efeitos das vagas de frio e das ondas de calor, e aumentar a biodiversidade, diminuindo assim a exposição aos riscos e aumentando o bem-estar da população.

- Contribuir para a consolidação do eixo Chaves-Vila Real-Peso da Régua-Lamego, através do reforço da rede urbana, visando alcançar melhores níveis de eficiência e eficácia na gestão das políticas públicas e na implementação de estratégias mais integradas e baseadas em projetos inovadores. O seu prolongamento, a sul, até Viseu, e, a norte, até Verin, potenciará uma rede urbana inter-regional e transfronteiriça.

- Promover a consolidação do eixo Vila Real-Mirandela-Macedo de Cavaleiros-Bragança, que evidencia um importante potencial em matéria de equilíbrio territorial, e se configura como estratégico para a equidade e coesão territorial nos Territórios do Nordeste.

-
- Empreender a estruturação do eixo Vila Real-Sabrosa-Alijó-Carrazeda de Ansiães-Vila Flor-Alfândega da Fé-Mogadouro-Miranda do Douro, ancorando uma estratégia de intervenção urbano-rural crucial para apoiar o desencravamento territorial desta extensa área dos Territórios do Nordeste.
 - Promover a estruturação do eixo Macedo de Cavaleiros-Alfândega da Fé-Torre de Moncorvo-Vila Nova de Foz Côa, numa estratégia potencialmente inter-regional, a concertar para sul, através do reforço das complementaridades dos centros urbanos, tendo em vista construir economias de escala, nomeadamente na provisão de serviços de interesse geral ou no desenvolvimento turístico.
 - Favorecer uma economia regenerativa, com base na inovação, que atenda aos recursos locais, adaptando os sistemas produtivos, os modelos de localização e as formas de produção, e que contribuam para a transição alimentar, a economia de proximidade e a qualificação dos espaços intersticiais urbano-rurais.
 - Constituir e adensar redes periurbanas de espaços naturais e agroflorestais, que proporcionem a fruição da natureza em contexto de proximidade ou a produção de alimentos frescos (cadeias curtas), reduzindo os efeitos das ilhas de calor, aumentando a capacidade de retenção e infiltração da água, diminuindo riscos de eventos extremos meteorológicos e, assim, melhorando o balanço de carbono em territórios com emissões elevadas.
 - Dinamizar estratégias de digitalização para assegurar respostas inovadoras na provisão de bens e serviços, públicos e privados, em contextos urbanos favoráveis à capacitação do capital humano, à inovação e à intensificação e transformação tecnológica, fomentando o desenvolvimento de centros urbanos e territórios inteligentes (redes urbanas digitais).
 - Apoiar iniciativas orientadas para a capacitação dos cidadãos, sobretudo nas camadas da população mais atingidas pelas desigualdades (socioeconómicas e de qualificações), e pelo envelhecimento, permitindo aumentar a percentagem de cidadãos que utilizam internet, assumindo a literacia digital como condição atual de sucesso para a prosperidade.
 - Reforçar as competências digitais da mão-de-obra, através de resposta adequada nos diversos graus de ensino, na formação profissional e na requalificação dos trabalhadores, capacitando a população ativa com as competências necessárias para o mundo e mercado de trabalho digitais e, ainda, a reconversão profissional de trabalhadores com formação em áreas de baixa empregabilidade e, mesmo, em situação de desemprego.
 - Apostar na disponibilização de bens coletivos ou públicos que melhorem as condições de competitividade e a redução dos custos de contexto dos territórios, aumentando a sua atratividade e contribuindo para a fixação de pessoas, atividades e investimento.
 - Fomentar a dotação dos territórios mais desfavorecidos de entidades não empresariais do sistema de investigação e inovação com funções e perfis diferenciados para o apoio a atividades económicas com maior potencial de alargamento territorial da base económica de promoção da competitividade, nomeadamente em domínios prioritários, mais caracterizados por ativos e recursos intensivos, em territórios com os recursos naturais produtivos, patrimoniais, construídos e simbólicos tendencialmente inimitáveis e intransferíveis.
 - Apoiar o investimento empresarial em territórios de baixa densidade, apostando na valorização de recursos endógenos, promovendo a diversificação dos setores de atividade económica e aumentando a resiliência e a competitividade territoriais, nomeadamente nos setores agroalimentares mais representativos na região, no turismo, nas indústrias de base florestal ou nas atividades ligadas ao ciclo da água.
 - Promover a estruturação de produtos turísticos, visando a criação, qualificação e/ou consolidação de produtos turísticos suportados nos fatores distintivos regionais, na aposta em segmentos-chave e no reforço de posicionamento do Porto e Norte enquanto destino turístico de excelência, atendendo às prioridades de intervenção consideradas no Plano de Ação para a Estruturação e Promoção de Produtos Turísticos Regionais.

-
- Reforçar a oferta turística do Norte nas suas dimensões de turismo natureza e turismo rural (enogastronómico, religioso, cultural, histórico, patrimonial, etc.), ofertas fundamentais na complementaridade do rendimento dos Territórios Centrais e dos Territórios do Noroeste.
 - Estruturar, reforçar e qualificar a constituição e gestão de rotas e redes regionais de Património Cultural (multi-NUTS III) e promover a resiliência e o potencial social e económico das identidades culturais da Região, dos seus ativos e recursos patrimoniais, simbólicos e criativos.
 - Qualificar as redes regionais de Museus de Identidade Territorial, Bibliotecas e Arquivos, sítios arqueológicos, de Arquitetura e Arte Contemporâneas, integrando-as em dinâmicas das transições digital, demográfica, energético-climática.
 - Desenvolver uma rede desconcentrada de centros de criação contemporânea, promovendo a cultura e a criatividade enquanto elementos centrais da atratividade dos territórios e da sua qualidade de vida.
 - Promover a articulação do património cultural com o património natural e destes com os ecossistemas de criação contemporânea.
 - Promover a salvaguarda, divulgação e valorização do Património Cultural Imaterial e, nesse contexto, da Língua Mirandesa, enquanto património único e distintivo da região Norte.
 - Priorizar o investimento em infraestruturas digitais de banda larga (fixa e móvel) seguras, eficientes e sustentáveis em todos os territórios, prioritariamente nos de baixa densidade populacional, do interior ou rurais, instalando redes de comunicações eletrónicas de elevada capacidade (Gigabit) nos territórios não cobertos pelo mercado de telecomunicações (e.g. zonas brancas ou áreas-alvo), onde estas operações comerciais não são rentáveis procurando, assim, suprir, através de investimento público, nas componentes grossista e (parte) retalhista, a oferta de serviços não coberta pelas obrigações decorrentes do leilão 5G.
 - Promover a criação de balcões interoperáveis e tendencialmente unificados para universalizar o acesso dos serviços digitais aos cidadãos e às empresas por via eletrónica, assegurando a partilha e reutilização de dados entre as instituições e os utentes, a inclusão e acessibilidade digital, nomeadamente de públicos-alvo como idosos e pessoas portadoras de deficiência, simultaneamente apoiando e promovendo territórios inteligentes e conectados, em áreas como os transportes, a energia, a educação, a saúde ou a cultura.
 - Qualificar as infraestruturas de promoção da conectividade externa dos Territórios do Noroeste e dos seus principais centros urbanos (e.g. portuárias, aeroportuárias, ferroviárias ou rodoviárias), enquanto principais plataformas logísticas do Norte de Portugal como um todo, conciliando elevados níveis de competitividade, equidade no acesso, crescente digitalização dos serviços e neutralidade carbónica.
 - Pugar pela concretização das principais infraestruturas de internacionalização, designadamente a concretização do corredor ferroviário de altas prestações entre o Porto e Valença/Vigo, a eliminação dos últimos estrangimentos de capacidade nas infraestruturas portuárias e aeroportuária, e o reforço das acessibilidades rodoferrviárias e fluvial.
 - Adotar o princípio de subsidiariedade na gestão da rede rodoviária, no sentido de melhorar a intermediação regional entre a rede rodoviária de elevada capacidade e as redes municipais.
 - Reclamar a melhoria da infraestrutura rodoviária de intermediação regional, priorizando a acessibilidade a polos relevantes de atividade económica ou equipamentos de hierarquia superior, a concretização de ligações em falta no quadro do Plano Rodoviário Nacional 2000 (PRN2000), assim como a acessibilidade a territórios desprovidos de adequados limiares de acessibilidade.
 - Reorganizar e reforçar a oferta de serviços de transporte público de passageiros que promova o reequilíbrio modal, com a transferência do transporte individual para modos mais sustentáveis e, paralelamente, induzir o reforço de maturidade e da procura no mercado de serviços logísticos e de transporte de mercadorias

-
- Assumir uma intervenção pública regional que concilie o reforço da oferta multimodal de serviços públicos de transporte com a organização de uma rede multimodal e integrada de interfaces de transporte de acesso público, transparente e equitativo, para reduzir as vulnerabilidades da resposta aos desafios da mobilidade extra NUTS III.
 - Dinamizar a intervenção regional, concertada entre agentes da cadeia de valor, visando a consolidação de uma rede integrada de plataformas e serviços logísticos multimodais que priorizem a descarbonização das operações e a materialização de corredores de elevado desempenho logístico, na ligação entre os principais centros de produção e destinos de exportação da região Norte.
 - Priorizar a consensualização e a adoção de um virtuoso conjunto de medidas de gestão da mobilidade urbana, orientado para a competitividade e a melhoria do ambiente urbano, que convoque a ação articulada dos distintos atores, sobretudo nas áreas onde se tem verificado a intensificação dos processos de urbanização, nas quais se manifesta, de forma mais aguda, a urgência de uma transição climática e digital, justa e inclusiva.
 - Reforçar o planeamento e a regulação do uso do espaço público que alie a promoção da hierarquização viária à organização de espaços de coexistência modal; a garantia de acesso, em conforto e segurança, aos utilizadores mais vulneráveis à inovação e diversificação das soluções de mobilidade; a promoção de uma mobilidade ativa à promoção do uso de modos e de veículos mais eficientes; a materialização de corredores dedicados ao transporte público, à melhoria da gestão do estacionamento e da circulação; e a regulação e promoção da eficiência da micrologística urbana, e à reestruturação multimodal da oferta de transportes públicos.

Orientações e Diretrizes de Conteúdo e Gestão

Estamos cientes de que a aplicação da lei vigente garante já o cumprimento de um número muito significativo de diretrizes dirigidas ao PROT-NORTE pelo PNPOT (e.g., os requisitos para a classificação do solo como urbano, o carácter excecional da construção em solo rústico, ou as limitações ao fracionamento do solo rústico), eximindo-nos da sua replicação, por redundantes, optando por consagrar O&D de conteúdo e de gestão que consubstanciam boas práticas, tendentes a granjear maior eficácia e melhores resultados, em alternativa ao estabelecimento de mais normativos. A esta opção não é indiferente, também, o reconhecimento do esforço que tem vindo a ser requerido aos Municípios no sentido da adaptação (entendida esta *lato sensu*) dos seus IGT às novas exigências decorrentes da lei evitando, assim, onerá-los com a abertura de novos procedimentos dedicados, especificamente, ao acolhimento de opções contidas neste PROT-NORTE.

Acresce reforçar que o ciclo de planeamento e a dinâmica dos IGT – elaboração, gestão, monitorização, avaliação e alteração/revisão –, constituem instrumentos poderosos de continuada adaptação às dinâmicas que sabemos cada vez mais rápidas e imprevisíveis, dotando-os da necessária agilidade para poderem acolher, *in tempo*, as mais diversas solicitações de uso, ocupação e transformação do solo, e constituindo o quadro de referência para as O&D de Conteúdo e Gestão do PROT-NORTE direcionadas, fundamentalmente, para os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT).

Mais ainda, a recorrência dos ciclos de planeamento a nível dos PMOT, o propósito das políticas públicas nestes domínios e nos que com ele se relacionam e a velocidade com que os municípios têm que diligenciar no sentido de os IGT poderem passar a dotar-se de adequação às pretensões de desenvolvimento económico, social e ambiental fazem com que seja imperativa a fluidez do trabalho. As ferramentas de informação geográfica mais recentes e de suporte às dinâmicas e o incremento do conhecimento, a par da imperiosa necessidade de adotar formas diferentes de atuar sobre o território, pelo reforço da cooperação multinível e das potencialidades da intermunicipalidade, sustentam a eficiência e eficácia pretendidas.

No sentido de ser conseguida a plenitude do quadro em que se desenvolve o sistema de gestão territorial, tal como se encontra consagrado na LBGPPSOTU importa agora que o PROT-NORTE estabeleça orientações e diretrizes a tomar em linha de conta nos planos territoriais (municipais e intermunicipais), para que possa atingir a sua vocação de quadro de referência estratégico para a elaboração destes planos. Assim:

À escala nacional e regional, a Administração deve disponibilizar informação de suporte à elaboração dos PDM, suprimindo a falha existente, nomeadamente:

- Cartografia e imagiologia comum a todos os municípios.
- Cobertura cadastral do território.
- Normas de representação gráfica eficientes ao nível comunicacional e de perceção por parte de todos os interessados, incrementando a sua plena adoção.
- Espacialização, atualização e disponibilização das Servidões e Restrições de Utilidade Pública (SRUP) – lineares e/ou poligonais, preferencialmente realizados através de acessos a serviços web de dados em linha.
- No âmbito da delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) e sob acompanhamento da CCDR-Norte, IP, promover e incentivar a realização de um trabalho conjunto ao nível das NUTS III pugnando pela elaboração das cartas da REN à escala das respetivas bacias hidrográficas.
- Atualização continuada da maioria das SRUP de escala regional e/ou nacional, face ao seu carácter mutável e dinâmico, alimentando o sistema de informação geográfica regional.

O nível intermunicipal deve:

- Privilegiar a abordagem integrada das infraestruturas, redes, mobilidade, parque habitacional e equipamentos.
- Conceber, de forma articulada, a rede de transportes públicos às escalas local e intrarregional e intensificá-la, nomeadamente através do estabelecimento de protocolos de ganho mútuo entre Municípios e/ou NUTS III, potenciando a redução dos tempos de recorrência dos circuitos, fluidez de deslocação, de conforto e económicas, e incentivando o cidadão a abandonar a viatura própria.
- Garantir a boa definição e articulação dos acessos às áreas de acolhimento empresarial de dimensão mais relevante, assim como a outras infraestruturas e equipamentos que venham a ser considerados estruturantes no âmbito do sistema de transportes, designadamente os logísticos.
- Privilegiar a abordagem integrada de sítios, áreas e unidades territoriais de interesse ambiental, cultural e/ou paisagístico.

À escala local e na fase da sua elaboração, o PDM deverá:

- Traduzir e apoiar a governação ao nível municipal, visando e formalizando uma estratégia territorial pró-ativa perceptível por todos os cidadãos.
- Configurar um instrumento de dimensão estratégica e sintética na assunção das estruturas macro de planeamento e gestão estratégica do território, assegurando clareza, adaptabilidade e flexibilidade face às dinâmicas existentes.
- Reforçar o seu cariz estratégico progredindo, gradualmente, para a sua dimensão programática, assegurando a visão integrada e de carácter macro que tem, e adotando uma dupla dimensionalidade: a da previsão, que traduz o exercício de planeamento, e a da provisão, que traduz o exercício de garantia da execução.
- Assumir, de forma efetiva e integrada, a sua dimensão estratégica, mantendo a classificação do destino básico do solo – rústico e urbano –, incluindo na esfera da sua operacionalização as diretrizes programáticas (geometria de ordenamento do território, e respetivos termos de referência para o uso, ocupação e transformação do solo), incluindo os mecanismos, instrumentos e parâmetros de equidade (bitolas para a implementação do regime económico-financeiro, dos níveis de perequação e das finalidades das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão - UOPG - para fins de mitigação das desigualdades geradas pelo Plano – execução programada e respeito pela sustentabilidade financeira).
- Assegurar a provisão de serviços de interesse geral nas áreas de continuidade dos centros urbanos, diminuindo a segmentação entre áreas exclusivamente habitacionais e áreas de serviços, de modo a incrementar a integração e inclusão sociais, reduzindo as marginalidades e periferias, otimizando os fluxos associados e dotando o solo urbano de relevância, progressivamente, equalitária.
- Aumentar o foco nas questões ambientais, não somente numa vertente de proteção e prevenção dos valores existentes, mas de criação de valor ecológico e natural garantindo, prioritariamente em solo urbano, o aumento do rácio de áreas permeáveis por m² nas áreas impermeáveis e a impermeabilizar, estabelecendo índices de área verde/área coberta, e valorizando as frentes ribeirinhas como espaços de identidade, com funções de lazer e recreio.
- Associar a consolidação dos aglomerados urbanos a critérios de racionalização de infraestruturas e equipamentos assegurando, no planeamento urbanístico e sua execução, níveis adequados de eficiência no que respeita aos consumos de solo, de água e de energia.

-
- Assegurar as infraestruturas e redes, enquanto condição necessária para a qualificação dos territórios, muito em particular nos aglomerados e no solo urbano, privilegiando a sua espacialização.
 - Consolidar e reforçar a requalificação e regeneração urbana dos centros históricos, incentivando de forma particular a reabilitação do edificado e a sua (re)funcionalidade, e promovendo a regeneração dos espaços urbanos degradados e desestruturados.
 - No solo rústico, privilegiar a edificabilidade nos aglomerados rurais e nas áreas de edificação dispersa (habitação, equipamentos, comércio serviço, armazenamento e indústria), assegurando a manutenção e/ou reorganização da estrutura do aglomerado existente, adotando as tipologias e as infraestruturas adequadas.
 - Promover o restauro e a reabilitação do edificado nos aglomerados rurais, assegurando a manutenção da estrutura e características que lhe são próprias, reabilitando os valores vernaculares existentes.
 - Proporcionar o acolhimento dos empreendimentos turísticos, em solo rústico, interpretando a matriz de povoamento existente, com programas orientados para a valorização das identidades natural e cultural, e potenciando sinergias com a proteção e valorização ambiental e de revitalização económica e social locais.
 - Assegurar a implementação de sistemas de eficiência ambiental e de qualidade nos empreendimentos turísticos, conducentes a uma melhoria da qualidade dos serviços prestados.
 - Assegurar que o Regulamento se atém à sua escala estratégica e remete para regulamentos municipais, ou para outros PMOT, todos os modelos instrutórios referentes a operações urbanísticas e práticas de gestão urbanística.
 - Incluir, no exercício de planeamento e no conteúdo documental dos PMOT, cláusulas que assegurem a reversão na programação do solo urbano.
 - Progredir no sentido de assegurar a incorporação, no seu conteúdo documental, das SRUP a espacializar regionalmente, e aí enriquecê-las com o grau de detalhe que assiste à escala concelhia.
 - Espacializar as SRUP cujo contexto decorra somente de escala concelhia e, por tal, não adequadas à delimitação/espacialização regional ou nacional como, por exemplo, os edifícios patrimoniais ou classificados, ou as árvores protegidas.
 - Espacializar as redes de infraestruturas, a Estrutura Ecológica (EE), as de mobilidade, as de vias pedonais e cicláveis, e as demais redes, disponibilizadas à escala regional, podendo tal informação ser enriquecida e/ou detalhada.
 - Considerar, na classificação / qualificação / programação do solo, o cruzamento e o ajuste com os concelhos vizinhos, assegurando as continuidades territoriais que não se atém aos limites administrativos.
 - Assegurar a publicação da Carta da REN em antecedência à publicação de novo PDM.

À escala local, a gestão territorial deverá:

- Adotar o recurso às Unidades de Execução (UE) para maior eficácia na execução da expressão de dinâmica do Município, enquanto instrumento de excelência de intervenção no território, garantindo resposta em tempo e espaço úteis perante as dinâmicas concelhias e as solicitações dos atores significativos do território, com destaque para o investimento, reconhecendo-se nessa figura solução de utilidade e pertinência da sua aplicação em operações sistemáticas, ou mesmo assistemáticas.
- Adotar, como garantia de execução, os instrumentos de operacionalização de escala de maior detalhe, recorrendo aos IGT de menor escala – Planos de Urbanização (PU) e Planos de Pormenor (PP) -, em operações sistemáticas.

-
- Prever que os atos de licenciamento e outros, que conferem direitos urbanísticos, se baseiam em mapas digitais permanentemente atualizados, e não nos mapas estáticos do próprio IGT utilizados para efeitos de publicação legal e, por tal, temporalmente datados.
 - Conceber mecanismos de remuneração dos serviços de ecossistemas em sede do Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística (FMSAU).

A monitorização do PDM deve:

- Aprofundar a relação entre a gestão urbanística e o acompanhamento da transformação do território decorrente das suas opções.
- Assegurar a permanente atualização da cartografia de suporte à gestão urbanística, incluindo a planta de compromissos urbanísticos do PDM, e devendo a mesma ser alargada às seguintes temáticas:

1. Atos de gestão urbanística municipal, com exceção dos loteamentos com alvará emitido

- 1.1 Informação prévia favorável
- 1.2 Aprovação do projeto de arquitetura
- 1.3 Deferimento do pedido de licenciamento
- 1.4 Comunicação prévia

2. Operação de Loteamento titulada por alvará

- 2.1 Com especificações urbanísticas (até 2010)
- 2.2 A partir de 2010 (passaram a ter caducidade de 10 anos)

3. Outros compromissos urbanísticos

- 3.1 Processos da gestão patrimonial municipal (com especificações urbanísticas, ex. hastas públicas)
- 3.2 Processos de planeamento territorial (contratos para planeamento e contratos de urbanização)
- 3.3 Outros atos válidos (ex: processos de tribunal transitados em julgado, acordos com especificações urbanísticas aprovados em assembleia municipal).

- Garantir a atualização continuada da classificação / qualificação / programação do solo constante nos PMOT, face ao seu carácter mutável e dinâmico, e dada a datação implícita do conteúdo documental do mesmo, alimentando o sistema de informação geográfica regional.
- Adotar os mecanismos de monitorização e suporte à tomada de decisão e à adaptação às dinâmicas de uso, ocupação e transformação do solo, nomeadamente atualizando, continuamente, as transformações territoriais e do edificado.
- Atualizar, continuamente, e disponibilizar nos sítios da internet municipal, a planta e o relatório de compromissos urbanísticos indicando, entre outros, as Informações Prévias favoráveis, Comunicações Prévias admitidas, Licenciamentos com Alvará de Licença e as Operações de Loteamento.



Programa de Execução

Programa de Execução

O PE é constituído por um conjunto de propostas de Medidas de política pública, de investimentos públicos e de apoio a investimentos privados, de distinta natureza, material e imaterial, que operacionalizam a Estratégia e o Modelo Territorial, identificadas de forma a enquadrar a sua adaptação à evolução dos ciclos e programas de financiamento, e que se destinam a todo o território da Região Norte ou a subsistemas ou subespaços específicos.

O PE procura dar resposta e operacionalizar, em primeira instância, as OEBT definidas para os 10 Desafios do PROT-NORTE. A construção deste PE pretendeu, ainda, atender às questões e sugestões levantadas ao longo do processo de planeamento e participação das entidades da Comissão Consultiva, bem como dos peritos envolvidos e das restantes entidades do território com interesses específicos nas diversas temáticas.

No caderno anterior, quando da definição da Estratégia e do Modelo Territorial, esses Desafios e OEBT foram, por simplificação metodológica, apresentados a partir de 5 Sistemas Territoriais: Natural, Económico, Urbano, Social e de Conectividades, considerado, paralelamente, as bases para a Governança Territorial.

No entanto, para organização das propostas de Medidas do PE entendeu-se ser necessário uma nova sistematização na sua apresentação. Com efeito, dada a interdependência das 39 OEBT definidas para a resposta a alguns dos 10 Desafios - de que são exemplo as enunciadas para o Sistema Natural e para a agricultura e floresta, no âmbito do Sistema Económico -, ou a sua transversalidade a todos os Sistemas - de que é exemplo a neutralidade carbónica -, optou-se por uma leitura mais integradora feita à luz de três realidades, distintas na sua génese, mas complementares na construção do Norte:

- i) a sua dimensão natural, no sentido do domínio rústico, enquanto território não impermeabilizado onde ocorrem os ciclos da água e do carbono, mas igualmente as atividades económicas relacionadas com o setor primário (agricultura, florestas e indústria extrativa);
- ii) a sua dimensão urbana, enquanto espaço construído, onde as componentes económica, social e cultural predominantemente se materializam;
- iii) a sua dimensão relacional, de interligação, suportada nas várias conectividades (digital, mobilidade, transportes e logística, e energética) e, com absoluta transversalidade, na neutralidade carbónica.

Finalmente, e porque para cada uma destas dimensões, natural/rústica, urbana e de conectividades, as problemáticas e as respetivas propostas são distintas, a organização das Medidas que agora se apresentam é igualmente distinta, seguindo basicamente dois formatos tipo:

- Para a dimensão natural, em que a territorialidade dos problemas e das propostas é essencial e distintiva, as Medidas são apresentadas sob o formato de fichas de Medidas em que se pretendeu organizar a proposta segundo: i) um Fundamento da Medida que justifica e enquadra a razão de ser da Medida; ii) uma Descrição da Medida que explica sucintamente a natureza da proposta; iii) os Objetivos Operacionais relacionados com as OEBT a que a Medida pretende dar resposta; iv) a Natureza das atividades, explicitando o seu carácter material ou imaterial; v) o Âmbito Territorial, se e quando se aplica a toda a região do Norte ou preferencialmente a algum território específico; e finalmente vi) Promotor(es)/ Coordenador e Parceiro(s), identificando os principais intervenientes na Medida e os seus papéis expectáveis;

- Para a dimensão urbana, dada a grande diversidade de temas e soluções e a inter-relação e abrangência das Medidas, optou-se por uma primeira sistematização das relações (preponderantes ou predominantes) entre as

OEBT e principais escalas geográficas (regional, intermunicipal e intraurbana) e redes de implementação (urbano-rurais e interurbanas). Estabelecida esta lógica interrelacional, definiu-se, então, para cada OEBT e respetivas escalas e redes em que se aplicava as propostas de Medidas de Política e O&D;

- Para a dimensão relacional de interligação, dado que as conectividades são de diversas naturezas e com problemáticas muito distintas, assim como as propostas apresentadas, optou-se por um modelo misto de apresentação baseado numa das duas tipologias utilizadas para as dimensões predominantemente natural ou urbana.

Este PE é, assim, a expressão de uma vontade que pretende ver refletida uma visão comum para o território do Norte e, como tal, traduz um processo ainda em construção, processo que será contínuo até à sua aprovação final.

Trata-se de uma primeira versão, ainda de trabalho, cujo conteúdo e organização serão melhorados com os contributos da CC, na próxima e última fase de elaboração do PROT-NORTE.

<p>Fundamento da Medida</p>	<p>O Norte representa, a nível do Continente, 35% da Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), 24% da Rede Natura 2000 (RN2000) e 59% da Área Submetida a Regime Florestal (ASRF), num total de mais de 670 000 hectares de espaços prioritários assumidos, neste PROT-NORTE, como AEN, concentrando os principais ativos naturais do Norte (habitats, fauna e flora) em melhor condição de conservação, pelo que deve ser dada prioridade à sua consolidação.</p> <p>Porém, os valores de habitats, fauna e flora presentes não se esgotam na AEN e não constituindo esta um <i>continuum</i> territorial, importa garantir a sua conectividade por todas as razões de Conservação da Natureza e Biodiversidade (CN&B), a que as consequências das alterações climáticas que já se verificam e as antecipáveis mais acentuam, e dão uma maior urgência na ação.</p> <p>Assim, os restantes perfis territoriais identificados como potencialmente prioritários para a conectividade da biodiversidade (presença de alcateias de lobos, manchas de quercíneas e corredores ecológicos dos PROF), apesar de distintos na sua condição de base quanto aos valores naturais, são imprescindíveis para a construção desse continuum de biodiversidade, e para o cumprimento das metas estabelecidas internacionalmente, de proteger um mínimo de 30% da superfície terrestre, e contribuir para alcançar a meta de 1/3 de proteção estrita das áreas protegidas até 2030.</p> <p>Pretende-se, assim, garantir um modelo de intervenção em CN&B que, consolidando o que de melhor já a região possui como capital natural, o possa capitalizar e aumentar.</p>
<p>Descrição da Medida</p>	<p>O objetivo central desta medida é consolidar os ativos naturais da AEN e garantir a sua conectividade num continuum de biodiversidade, pelo que importa identificar as principais tipologias territoriais que garantam a sua conectividade:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) espaços de montanha e/ou planalto; b) espaços ribeirinhos; c) espaços costeiros; d) espaços de interface transfronteiriço e inter-regional garantindo a conectividade para além dos limites da região Norte. <p>Sobre estes territórios serão desenvolvidas ações que corporizam esta medida e o seu objetivo central, com as seguintes tipologias:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) Recuperação e proteção de habitats naturais e de espécies ameaçadas em estado de conservação desfavorável e/ou previstos em Planos de Ação e Conservação, Planos de Gestão de Zonas Especiais de Conservação e Livros Vermelhos; ii) Recuperação de ecossistemas degradados ou sujeitos a impactos severos, prevenção, controlo e erradicação de espécies exóticas invasoras; iii) Planos de conservação da natureza, da biodiversidade e da paisagem, incluindo a qualificação da gestão e valorização das áreas protegidas e classificadas e respetivos territórios contíguos. <p>Por outro lado, as intervenções previstas nesta medida incidem sobre áreas com diferentes estatutos de proteção da AEN, mas igualmente sobre outros espaços com valores a preservar e a conectar, pressupondo a construção de novas soluções técnicas, com o envolvimento de novos parceiros e novas soluções institucionais.</p> <p>A Norte, os 5 parques pertencentes à RNAP encontram-se em cogestão, e já viram discutido e aprovados os seus respetivos Planos, contemplando ações de CN&B que importa agora operacionalizar. As restantes áreas protegidas com planos de ação aprovados pelos seus órgãos de gestão deverão também operacionalizar as suas ações de CN&B.</p> <p>No caso das áreas classificadas no âmbito da RN2000, e apesar de ainda não existirem os respetivos Planos de Gestão aprovados, importa criar as condições para operacionalizar as correspondentes ações no domínio da CN&B, seja de consolidação de habitats ou da sua recuperação.</p> <p>Finalmente, referência à importância da implementação de ações de CN&B que estabeleçam as bases efetivas para a existência de corredores ecológicos entre as diferentes áreas protegidas e classificadas do Norte, permitindo o aumento da sua conectividade e que se cumpra um dos objetivos primordiais do esforço para manter um continuum de biodiversidade do território, hoje cada vez mais ameaçada pelas alterações climáticas.</p>

Objetivos operacionais	<p>A presente Medida pretende dar resposta à “OEBT 5.2: Promover uma natureza sustentável valorizada por todos”, através de dois eixos fundamentais:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Priorizar as ações de conservação/manutenção dos ativos naturais prioritários que se encontram maioritariamente na AEN; b) Restaurar habitats e promover a conectividade da flora e fauna entre núcleos da AEN, garantindo um continuum de biodiversidade. <p>A combinação destas dimensões fundamentais com a especificidade territorial das várias áreas protegidas (AP) do Norte e os seus limites territoriais, apontam para a identificação dos seguintes objetivos operacionais:</p> <p>1º Operacionalizar o esforço de diagnóstico e de planeamento já realizado nas áreas protegidas, traduzido na implementação das ações de CN&B constantes dos Planos de Ação aprovados pelos respetivos órgãos de (co)gestão;</p> <p>2º Promover o desenvolvimento de projetos-piloto com as várias tipologias de áreas protegidas e classificadas, incorporando outras áreas naturais para garantir a conectividade da AEN num continuum de biodiversidade e com uma dimensão territorial à escala da paisagem regional.</p> <p>3º Garantir, à escala regional (NUTS II), a coerência e integração das várias ações nas distintas prioridades/territórios, através de:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) estudos base de definição dos termos de referência para os projetos-piloto, para consolidar um continuum de biodiversidade; ii) criar e animar uma Rede Regional de CN&B, entre parceiros do continuum de biodiversidade para conhecimento mútuo, promovendo a ligação nacional e internacional; iii) criar e animar uma Rede Regional dos Centros de Educação Ambiental, aumentando a eficácia e eficiência dos planos de ação; iv) criar e animar uma Rede Regional dos Centros de Recuperação de Animais Selvagens, adequando a sua resposta às ocorrências. <p>Alguns destes projetos poderão culminar numa proposta de declaração legal de um espaço natural com o correspondente estatuto de proteção e devidamente delimitado e, desta forma, contribuir para o objetivo internacional/comunitário de aumentar a área natural com estatuto de proteção do País.</p>
Natureza das atividades	Ações materiais e imateriais de diferente tipologia
Âmbito Territorial	Regional, em particular na AEN e nas áreas da Área de Produção Agroalimentar e Florestal (APAF) que garantam a conectividade das várias unidades da AEN.
Promotor(es)/ Coordenador	ICNF, IP; entidades participantes nos órgãos de cogestão e gestão das AP; entidades gestoras de baldios; outras entidades públicas e privadas com um interesse específico em CN&B.
Parceiro(s)	Proprietários e outros gestores do território objeto de intervenção; Instituições do Sistema Científico e Tecnológico, Universidades e Consultores.

<p>Fundamento da Medida</p>	<p>O Norte representa, a nível do Continente, 36% da população residente, distribuída por 86 municípios, com uma população total em ligeiro ganho desde 2019 (<2%) mas, ao mesmo tempo, com uma alta densidade na malha urbana, em especial nas NUTS II Área Metropolitana do Porto (AMP), Ave, Cávado, e Tâmega e Sousa, dos Territórios do Noroeste, num quase continuum urbano, e que concentram mais de 83 % da população do Norte e da população mais jovem do País e, por outro lado, o restante território do Norte cada vez mais despovoado, exceção feita a algumas cidades, conforme se apresenta no Modelo Territorial.</p> <p>No que diz respeito ao espaço periurbano das áreas mais densamente povoadas dos Territórios do Noroeste, verificam-se várias situações:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) a permanência de áreas agrícolas de grande dinâmica e de valor acrescentado, de que a Bacia Leiteira e a Horticultura Intensiva são o melhor exemplo no litoral da AMP; ii) os espaços agrícolas e os espaços florestais de meia encosta e de maior declive, com um valor de produção económica muito variável; iii) outras áreas onde, independentemente do uso económico do solo, releva o seu uso recreativo (de que são exemplo o Parque Serras do Porto, os Sacromontes de Braga e Guimarães, ou o Monte de Santa Luzia de Viana do Castelo); iv) uma profusão de pequenas explorações em crescente abandono agrícola/florestal, devido à falta de escoamento das suas produções e, por outro lado, ao abandono da atividade, por falta de mão de obra, de continuador ou na expectativa da sua valorização em futura expansão urbana. <p>A região Norte não se pode permitir a manutenção de áreas produtivas abandonadas, por tudo aquilo que isso significa do ponto de vista social, económico e ambiental. É fundamental apostar numa segurança alimentar de proximidade, garantir o acesso a espaços naturais periurbanos abertos a fins de recreio e lazer, evitando simultaneamente a degradação dos seus solos, diminuindo o risco crescente dos incêndios rurais e contribuindo para reduzir a vulnerabilidade das áreas urbanas às ondas de calor e ao aumento da temperatura máxima, ou à minimização dos riscos associados a fenómenos de cheias e de inundações. A pandemia COVID-19 apenas tornou ainda mais evidente o risco inerente a esse abandono.</p> <p>Numa região em que o solo impermeabilizado não é superior a 7%, mesmo nos territórios mais urbanizados, o espaço natural periurbano é uma realidade passível de valorizar, tornando-o mais produtivo agricolamente, permitindo o seu usufruto a título de recreio e lazer para a maioria da população urbana e diminuindo a sua vulnerabilidade.</p>
<p>Descrição da Medida</p>	<p>O objetivo central desta medida é diminuir o espaço natural abandonado, entendido como espaço agrícola ou florestal sem gestão ativa, através da sua revitalização enquanto espaços naturais periurbanos na sua tripla função:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) económica, criando riqueza na produção agroalimentar e florestal; ii) social, garantindo uma maior segurança alimentar de proximidade, e aumentando o usufruto pela população urbana circundante; iii) ambiental, melhorando a condição dos seus habitats e diminuindo a vulnerabilidade do território aos riscos inerentes ao seu abandono. <p>Pretende-se desenvolver esta Medida em três fases:</p> <p>1ª - ações prévias para a identificação dos territórios elegíveis, em função do seu carácter periurbano, população vizinha e realidade específica do espaço natural quanto a potencial e riscos, seguida de ações de divulgação junto dos principais atores locais;</p> <p>2ª - uma fase de diagnóstico e planeamento participado, identificando as ações necessárias no quadro das distintas tipologias de objetivos previstos ao nível económico, social e ambiental.</p> <p>3ª - uma fase de execução dos respetivos planos de ação.</p>

	<p>A execução dos planos de ação referentes a cada espaço periurbano traduzir-se-ão em ações de diferente natureza e podem ser de carácter material e imaterial, públicos e privados, de carácter produtivo ou infraestrutural, etc., no âmbito das três dimensões da sustentabilidade.</p> <p>Por outro lado, esta medida incide sobre temáticas distintas e as várias combinações possíveis, pressupondo a possibilidade de se encontrarem novas soluções técnicas, novos parceiros e novas soluções institucionais.</p> <p>O nível de compromisso que os atores locais forem capazes de estabelecer determinará, por sua vez, o grau de integração na Rede Periurbana de Espaços Naturais (RPEN).</p>
<p>Objetivos operacionais</p>	<p>A presente Medida pretende dar resposta a algumas das prioridades das “OEBT 7.4: Impulsionar uma ruralidade de oportunidades”; “OEBT 5.1: Estabelecer uma nova leitura do capital natural”; “OEBT 5.2: Promover uma natureza sustentável valorizada por todos”; “OEBT 5.4.: Reforçar a interação entre a Sociedade e a Natureza, uma Saúde única de todos para todos”; e “OEBT 5.5.: Conhecer as vulnerabilidades, diminuir os riscos e aumentar a resiliência”, através de três eixos fundamentais:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Apoiar a agricultura periurbana, em particular de base familiar, assegurando uma produção agroalimentar e florestal de proximidade; b) Constituir e adensar uma RPEN que, para além da sua vocação económica, de agricultura ou de floresta, permita melhorar a condição de conservação (ou restauro) dos seus habitats, e constituam uma oportunidade de recreio e lazer para as populações vizinhas; c) Reduzir a vulnerabilidade das áreas urbanas às ondas de calor e ao aumento da temperatura máxima, através da implementação de infraestruturas verdes, na sua envolvente periurbana, diminuindo ainda os riscos inerentes aos incêndios rurais. <p>A combinação destas dimensões fundamentais com a especificidade territorial das várias áreas periurbanas do Norte, darão origem a combinações distintas no seu grau e amplitude, mas que apontam para a identificação dos seguintes objetivos operacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> 1º - Criar ou reforçar canais de comercialização de cadeia curta, envolvendo as organizações agrícolas e florestais e as estruturas comerciais locais; 2º Aumentar a segurança alimentar de frescos de proximidade para venda nos centros urbanos mais próximos; 3º. Reforçar a agricultura familiar, com um renovado interesse na produção biológica ou de baixo impacte agroquímico; 4º Promover os canais de consumo de carácter social (cantinas escolares, de IPSS, de entidades públicas, grandes empresas, etc.); 5º Aumentar o rendimento das pequenas empresas familiares, conservando a paisagem e mantendo os recursos naturais num uso sustentável; 6º Promover a constituição e o desenvolvimento de uma RPEN com uma valência de conservação de habitats e de recreio e lazer; 7º Priorizar ações de conservação/manutenção/restauro dos ativos naturais presentes, assegurando a sua condição de conservação; 8º Reforçar a capacidade de visitação dos espaços naturais, criando e reforçando infraestruturas de visitação orientadas para todos, desenvolvendo uma economia de serviços associada; 9º Desenvolver programas de educação ambiental e de Parques Saudáveis & Pessoas Saudáveis; 10º Consolidar o SGIFR, protegendo as áreas periurbanas dos incêndios rurais severos; 11º Implementar infraestruturas verdes, reduzindo a vulnerabilidade das áreas urbanas às ondas de calor e ao aumento da temperatura máxima, e os efeitos das cheias e inundações fluviais; 12º Garantir, à escala regional (NUTS II), a coerência e integração das várias ações nas distintas prioridades/territórios, através de: <ul style="list-style-type: none"> a) Estudo base de definição dos termos de referência para a constituição da RPEN; b) Estudo base de definição dos termos de referência para os programas de ação de uma única saúde (<i>One Health</i>).

	Alguns destes projetos poderão culminar numa proposta de declaração legal de um espaço natural, com o correspondente estatuto de proteção e devidamente delimitado, podendo assumir uma de várias designações, e desta forma contribuir para o objetivo internacional/comunitário de aumentar a área natural com estatuto de proteção do País.
Natureza das atividades	Ações materiais e imateriais de diferente tipologia.
Âmbito Territorial	Áreas de periferia das principais áreas urbanas onde ainda haja condições e vontade de desenvolver este tipo de iniciativas, e se justifique.
Promotor(es)/ Coordenador	Organizações de produtores agrícolas ou florestais; Entidades gestoras de cantinas coletivas; estruturas de comercialização; Municípios; ICNF, IP; entidades públicas e privadas com um interesse específico em CN&B e Saúde e Bem-estar em espaços naturais periurbanos; Entidades com um interesse específico nas vulnerabilidades e riscos.
Parceiro(s)	Proprietários e outros gestores do território objeto de intervenção; Entidades Públicas e Privadas do Sistema de Saúde; Instituições do Sistema Científico e Tecnológico, Universidades e Consultores.

Fundamento da Medida	<p>A agricultura ocupa 31% da superfície do Norte, representando 19% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) do complexo agroalimentar nacional. O facto de a agricultura representar apenas metade do espaço florestal regional não diminui a sua importância na gestão ativa do território, ou seja, o seu contributo positivo para a segurança alimentar e para a sustentabilidade do uso dos recursos naturais, como o solo ou a água.</p> <p>A agricultura, a pecuária e floresta constituem a principal ocupação do território do Norte e reforçam, ainda, a vocação exportadora regional (nos Vinhos do Porto e do Douro, ou nos Vinhos Verdes, por exemplo). As principais bacias de produção agropecuária identificadas no contexto do PROT-NORTE correspondem a mais de meio milhão de hectares de área de produção, e representam mais de mil milhões de euros de valor de produção. Existe, ainda, uma ampla gama de produtos com Denominação de Origem Protegida (DOP) e Indicação Geográfica Protegida (IGP) que, além de contribuírem para a segurança alimentar, são essenciais para a preservação da paisagem, a dinamização do turismo (nas suas múltiplas variantes) e de uma economia rural contribuindo, assim, para a manutenção das populações nestes territórios.</p> <p>Os setores mais competitivos e intensivos da agricultura do Norte são tanto mais importantes no seu contributo para a economia, pelo seu valor de exportação, como para a segurança alimentar regional e nacional. O esforço de investimento privado que a região observou na última década nos principais setores agropecuários, de que se destacam a vinha, o olival, a fruticultura (castanha, amêndoa, kiwi, maçã e cereja) e a bovinicultura, comprovam-no. Simultaneamente, os sistemas agroflorestais extensivos de montanha e as suas boas práticas são essenciais para a produção de bens públicos e de externalidades positivas, como a preservação da biodiversidade e da paisagem, o combate à erosão dos solos, a gestão dos ciclos da água e a redução do assoreamento dos recursos hídricos, o incremento do sequestro de carbono ou a prevenção de riscos abióticos, como os incêndios. A estas externalidades e bens públicos, acrescem o valor da produção existente (e a potenciar), e o valor paisagístico e ambiental fundamental para o turismo, a visitação ou o lazer.</p> <p>Pretende-se assegurar as condições para a valorização e viabilização das principais bacias de produção e, sempre que possível, promover a sua expansão, tendo em conta as condições de mercado, do relevo, do solo, do clima e das disponibilidades hídricas.</p>
Descrição da Medida	<p>A presente Medida pretende dar resposta, em particular, à "OEBT 7.4.: Impulsionar uma ruralidade de oportunidades", bem como às "OEBT 5.2.: Promover uma natureza sustentável valorizada por todos" e "OEBT 5.3.: Assegurar a conservação do solo e uma gestão sustentável dos recursos hídricos e geológicos", sendo necessário desenvolver a produção vegetal e a produção animal enquanto atividade económica e garante da segurança alimentar, por um lado, e como forma de promover a gestão ativa do território agroflorestal e rural para a sua ocupação sustentável, por outro.</p> <p>Existem dois grupos de objetivos estratégicos que têm de ser conciliáveis: por um lado, o aumento da competitividade e da produção de determinados setores associados às principais bacias agropecuárias, em que terá que se promover uma eficiente utilização dos <i>inputs</i> e, por outro, promover a contribuição dos sistemas agroflorestais e sistemas mais extensivos para uma ocupação sustentável do território.</p> <p>O aumento da produção e da competitividade nestes territórios dependerá, em grande medida, da aplicação das medidas de política previstas no Plano Estratégico da Política Agrícola Comum, Eixo C (PEPAC-C), através da promoção do investimento na modernização e na melhoria do desempenho ambiental das explorações agrícolas e das empresas agroalimentares, e no rejuvenescimento do setor.</p> <p>O setor privado tem respondido positivamente ao esforço de investimento produtivo, mas há agora que garantir, ao nível das políticas públicas, uma resposta rápida e adequada ao nível de cada produto/bacia de produção: no reforço do interprofissional e das organizações do setor; na criação de condições dignas para assegurar a disponibilidade de mão-de-obra e da sua formação profissional; no aumento do valor acrescentado e do grau de transformação pela indústria agroalimentar, sempre que possível sediada na área geográfica de cada bacia; no desenvolvimento de conhecimento científico e tecnológico relativo aos equipamentos e sistemas de produção, às cultivares e culturas mais adaptadas para as novas condições de produção, etc..</p>

	Particular referência ao desafio da neutralidade carbónica também no setor agrícola e na necessidade da sua adaptação ao novo paradigma com sistemas mais resilientes e, no caso das produções mais intensivas, em particular do leite, com condições de mercado e normativo ambiental cada vez mais exigente, que obriga a que sejam encontradas soluções compatíveis, em que a extensificação pode constituir uma oportunidade no contexto da mitigação das alterações climáticas.
Objetivos Operacionais	<p>Com a presente medida de política pretende-se: reforçar a orientação para o mercado e aumentar a competitividade das explorações agrícolas; contribuir para a adaptação e mitigação das alterações climáticas; promover o emprego, o crescimento económico, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais; desenvolver uma agricultura mais inteligente (eficiente) no uso dos fatores de produção e dos recursos naturais; promover a gestão ativa do território agroflorestal e rural. Para a sua concretização, estabelecem-se os seguintes objetivos operacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) Aumentar a eficiência económica no uso dos fatores de produção (adubos, fitofármacos, etc.), pelo seu uso na quantidade e na localização certas, através do recurso a tecnologias como a digitalização, a sensorização, a automação ou a robotização (agricultura de precisão ou agricultura 4.0); (ii) Aumentar a capacidade de armazenamento da água e, assim, as disponibilidades num contexto de adaptação às alterações climáticas e de necessidade de maior eficiência no uso e gestão dos recursos naturais; (iii) Promover a reprodução de processos ecológicos como serviços (dos ecossistemas), para a redução do uso dos <i>inputs</i> intermédios (serviços de polinização, controlo biótico de pragas e doenças, recuperação da fertilidade dos solos, espécies mais resistentes a riscos bióticos e abióticos, etc.); (iv) Reconverter alguma da pecuária mais intensiva e promover a sua extensificação, garantindo o bem-estar animal, combatendo as resistências antimicrobianas, melhorando as raças autóctones, as técnicas de manejo e a qualidade das pastagens e forragens; (v) Inovar e aumentar o grau de transformação agroalimentar das diferentes produções regionais, nomeadamente como forma de promover a segurança alimentar e a funcionalização da alimentação e dos alimentos (técnicas de pós-colheita, embalagem e etiquetagem, qualidade nutricional, substâncias bioativas, etc.); (vi) Assegurar o desenvolvimento sustentável dos sistemas agro-silvopastoris, combinando a sua função produtiva com as suas funções de proteção, conservação e preservação dos recursos naturais (recursos hídricos, solo, biodiversidade, etc.), e de prestação de serviços dos ecossistemas; (vii) Promover produtos classificados como DOP e IGP com potencial para conferir maior poder de mercado aos pequenos produtores, que permita transformá-los de “tomadores de preços” em “fazedores de preços”.
Natureza das atividades	Ações materiais e imateriais de diferente tipologia.
Âmbito Territorial	Regional, em particular nas áreas de APAF onde se inserem as principais bacias de produção agroalimentar.
Promotor(es)/ Coordenador	Organizações de produtores agrícolas ou florestais; indústrias agroalimentares; CCDR-Norte, IP; Municípios; entidades públicas e privadas com um interesse específico no setor agroalimentar.
Parceiro(s)	Proprietários e outros gestores do território objeto de intervenção; Instituições do Sistema Científico e Tecnológico, Universidades e Consultores.

<p>Fundamento da Medida</p>	<p>Os setores mais competitivos e intensivos da agricultura do Norte são valorizados pelo seu contributo (positivo) para a economia e a segurança alimentar regional e nacional. No entanto, os sistemas agroflorestais extensivos e as suas boas práticas são essenciais para a produção de bens públicos e de externalidades positivas, ou na minimização de externalidades negativas, como a preservação da biodiversidade e da paisagem, o combate à erosão dos solos, a gestão dos ciclos da água e a redução do assoreamento dos recursos hídricos, o incremento do sequestro de carbono ou a prevenção de riscos abióticos, como os incêndios rurais. A estas externalidades e bens públicos acrescem o valor da produção existente (e a potenciar), e o valor paisagístico e ambiental fundamental para o turismo, a visitação ou o lazer.</p> <p>A agricultura ocupa 31% da superfície do Norte, representando 19% do VAB do complexo agroalimentar nacional. O facto de a agricultura representar apenas metade do espaço florestal regional não diminui a sua importância na gestão ativa do território, ou seja, o seu contributo positivo para a segurança alimentar e para a sustentabilidade do uso dos recursos naturais, como o solo ou a água. Embora se trate de uma atividade utilizadora de água, não deixa de dispor de importância estratégica no desempenho dos ciclos de água e do carbono, contribuindo para as disponibilidades de água para consumo noutros sectores económicos e sociais.</p> <p>O Norte tem padrões de disponibilidades hídricas (espaciais e sazonais) diferenciados, pelo que é necessário criar condições para que todo o território regional disponha de água para as diversas utilizações ao longo do(s) ano(s) hidrológico(s). Assim, é necessário aumentar a capacidade de armazenamento da água, nomeadamente através da criação de novas albufeiras, do melhor aproveitamento das albufeiras existentes e da gestão dos volumes armazenados, da dinamização de sistemas de captação e armazenamento da água da chuva onde a escassez de água é o fator mais limitante, como o Douro ou as Terras de Trás-os-Montes, e onde coincide com os investimentos de maior dimensão dos anos mais recentes ao nível da vinha, olival, amendoal, maçã e castanha. Para ser eficaz, esse aumento tem de ser acompanhado por uma maior eficiência da sua utilização na atividade agroflorestal, a par com a realização de intervenções de regeneração e renaturalização das galerias ripícolas, também indispensáveis para uma melhor gestão da água. A adaptação do território regional a fenómenos extremos como a seca ou as ondas de calor pressupõe, também, a adoção de boas práticas de gestão da água na agricultura.</p> <p>A adoção de medidas de política desta natureza dispõe de potencial para aumentar a área de regadio em pelo menos 25% (até 2030), através de novos aproveitamentos hidroagrícolas, recuperar até 10% dos regadios tradicionais identificados e, em geral, dinamizar o investimento na construção de charcas, individuais e coletivas, e em sistemas mais eficientes de utilização da água. A construção de infraestruturas de carácter coletivo deverá ocorrer prioritariamente quando e onde existam empresários agrícolas com áreas significativas de culturas, decorrentes de investimentos já realizados ou a realizar, e onde a viabilidade económica se encontre fortemente condicionada pela menor disponibilidade de água de rega.</p> <p>Importa também assegurar a produção de conhecimento aplicado ou tecnologia sobre a eficiência no uso da água adaptado às condições estruturais da agricultura do Norte, e desenvolver novas variedades e cultivares mais resistentes ao <i>stress</i> hídrico.</p>
<p>Descrição da Medida</p>	<p>No Norte existe a necessidade de reforçar o desenvolvimento da produção vegetal e produção animal como atividade económica e garante da segurança alimentar, por um lado, e como forma de promover a gestão ativa do território agroflorestal e rural para a sua ocupação sustentável, por outro. Incrementar a produção (vegetal e animal) em volume, implica aumentar as disponibilidades de água e a capacidade de armazenamento, mas num contexto de maior eficiência no uso e gestão dos recursos naturais e, assim, de uma agricultura mais inteligente e mais sustentável na utilização dos fatores de produção.</p> <p>Existem dois grupos de objetivos estratégicos que têm de ser conciliáveis: aumentar as disponibilidades de água e melhorar a eficiência no seu uso na atividade agrícola. Assim, pretende-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) desenvolver novos regadios; (ii) expandir, reabilitar e modernizar regadios existentes;

	<p>(iii) adotar métodos de rega mais eficientes;</p> <p>(iv) sempre que possível, reclassificar infraestruturas hidráulicas existentes como empreendimentos de fins múltiplos;</p> <p>(v) adotar sistemas de aproveitamento das águas da chuva.</p>
Objetivos Operacionais	<p>A presente medida pretende dar resposta às seguintes “OEBT 2.2.: Reforçar as disponibilidades e as reservas de água em função dos usos”, “OEBT 2.3.: Promover a melhoria da eficiência do uso da água” e “OEBT 7.4.: Impulsionar uma ruralidade de oportunidades”. Os seus objetivos operacionais são os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. Melhorar a eficiência no uso da água (substituição de canais a céu aberto por condutas enterradas, instalação de contadores, divulgação de dados meteorológicos e de avisos de rega, alteração dos tarifários, implementação de boas práticas agrícolas (BPA), promover a economia circular para aumento da matéria orgânica do solo e da capacidade de retenção da água, etc.); ii. Aumentar a capacidade de armazenamento e, assim, as disponibilidades de água através da construção de novas infraestruturas hidroagrícolas e da expansão, da reabilitação e da modernização dos regadios existentes e também da construção de charcas coletivas, a gerir pelas juntas de freguesia, de uso múltiplo (rega de culturas agrícolas, combate aos incêndios, fomento da biodiversidade); iii. Reclassificar ou equiparar as infraestruturas hidráulicas existentes como empreendimentos de fins múltiplos para uma gestão conjunta e integrada que permita uma utilização eficiente e sustentável dos recursos hídricos e a proteção da água e dos ecossistemas (sempre que possível); iv. Diversificar as fontes e origens da água (recolha e tratamento de águas residuais, redução de fugas e perdas de água nas redes de rega, aproveitamento da água das chuvas nas explorações agrícolas, etc.), reduzindo a extração de águas subterrâneas e desenvolvendo soluções baseadas na natureza.
Natureza das atividades	Ações materiais e imateriais de diferente tipologia.
Âmbito Territorial	Regional, em particular nas áreas de APAF onde se inserem as principais bacias de produção agroalimentar.
Promotor(es)/ Coordenador	DGADR, CCDR-Norte, IP, Autarquias, Associações de Regantes.
Parceiro(s)	Proprietários e outros gestores do território objeto de intervenção; Instituições do Sistema Científico e Tecnológico, Universidades e Consultores.

Fundamento da Medida	<p>O setor florestal tem grande valor social, ambiental e económico no Norte. Existe potencial de crescimento com impacto indireto noutras fileiras interdependentes como, por exemplo, a agricultura e a pecuária, mas também o turismo e o recreio, e ainda no setor energético.</p> <p>O espaço florestal ocupa 60% do território Norte. Objetivamente, sobre a importância deste setor, refira-se a produção lenhosa, como a madeira (com destaque para o subsector do mobiliário), a cortiça, a pasta e o papel, mas também a produção não lenhosa, onde cabe a resina, o mel, a recolha de produtos silvestres, a pastagem, a pesca desportiva, a caça e outros. As empresas da fileira florestal no Norte representam 51% das empresas do setor da madeira e cortiça, 56% das do papel e do cartão, e 64% das do mobiliário, de que resulta cerca de 47% do VAB nacional florestal (dados de 2017).</p> <p>Ainda muito relevante é a cobertura do solo pela floresta, que proporciona uma maior infiltração de água, promovendo um maior armazenamento nos reservatórios do subsolo, com reflexos positivos no abastecimento de água à população. O contributo da floresta para a proteção do ambiente inclui a proteção do regime hídrico e dos solos, o sequestro de carbono e a garantia de biodiversidade.</p> <p>Em termos sociais, a atividade florestal é essencial para a atração e manutenção de população que vive em zonas rurais, pelas pessoas empregadas nas indústrias de cariz florestal e nas atividades impactadas indiretamente.</p> <p>Contudo, a propriedade florestal no Norte é igualmente diversa e distinta ao longo da região, desde a muito pequena dimensão típica do minifúndio agroflorestal, em particular nos Territórios do Noroeste, às grandes áreas comunitárias geridas pelos baldios integrados nas ASRF, também igualmente numa lógica agro-silvopastoril, em especial nos Territórios Centrais. Por sua vez, as bacias de produção também se encontram distribuídas, com o eucalipto coincidindo com os Territórios do Noroeste, e o pinho, com os Territórios Centrais.</p> <p>Como se disse, o potencial de crescimento do setor é muito grande e em particular na produção de espécies de maior valor acrescentado, conquanto seja possível diminuir a principal vulnerabilidade do setor, os incêndios rurais, que a todos prejudica, pela área ardida das últimas décadas, e valor económico perdido, e cuja gestão é responsabilidade de todos.</p>
Descrição da Medida	<p>O PROT-NORTE pretende criar as condições para promover a gestão e sustentabilidade dos recursos florestais, à escala da paisagem, mas trabalhando ao nível da parcela, dadas as características da propriedade, diversificando o perfil industrial florestal, adotando práticas de economia circular e de valorização dos espaços e recursos rurais.</p> <p>A dinamização de mercados complementares da produção florestal, como o mercado de carbono e o da biomassa para energia, é também desígnio do Programa, e a remuneração dos serviços de ecossistemas, com o objetivo de diversificar as fontes de rendimento do produtor florestal.</p> <p>Apostar na multifuncionalidade da floresta, encarando as mudanças climáticas e perspetivando a migração de determinadas espécies florestais para norte, com a consequente adaptação do território a novas realidades, enquanto se valorizam os sistemas agro-silvopastoris, com as suas práticas agrícolas e de recursos genéticos animais (raças autóctones bovinas, caprinos, ovinos), essenciais para a preservação da identidade dos territórios e conservação da biodiversidade.</p> <p>Para tal, é importante incrementar, via associativismo e movimento cooperativo, modelos perenes, de gestão agrupada, ou com valorização de produtos de alto valor em microescalas. Há um manancial de transferência de conhecimento para o produtor que deve ser explorado, eliminando falsos conceitos e promovendo a introdução de novas perspetivas de produção adaptadas aos potenciais edafoclimáticos, à maior valorização e determinados produtos, e às escalas correspondentes.</p> <p>Apostar na qualificação dos recursos humanos do setor. O produtor florestal deve investir em práticas modernas e de gestão para um aumento da produtividade e rentabilidade, ajustadas aos mercados (nomeadamente de mobiliário), e aos riscos relacionados com agentes bióticos e abióticos, para contrariar o atual baixo retorno dos investimentos.</p> <p>O PROT-NORTE reconhece um elevado potencial, por explorar, para a implementação de modelos de gestão agrupada de segundo nível, associados às ASRF, maioritariamente de base comunitária (baldios), e a zonas de intervenção florestal. Mas também identifica a necessidade de se desenvolver, a nível nacional, um sistema integrado e simplificado de incentivos (também fiscais) e subsídios à floresta e silvopastorícia. Orienta para a priorização financeira, premiando a manutenção de</p>

	<p>povoamentos florestais, existentes ou a criar, em detrimento da sua instalação. Aponta também para a necessidade de que a entidade reguladora do setor promova a implementação e o reconhecimento das madeiras produzidas, para a sua justa implementação no mercado, via classificação e certificação de madeiras. E ainda, recomenda o reforço de políticas de modernização da administração pública, que contrariem o funcionamento das instituições, desintegradas no setor, desarticuladas internamente, com dificuldade em cooperar.</p> <p>Importa também considerar a relevância de pequenas parcelas, outrora com utilização agrícola e que progressivamente foram sendo abandonadas, onde existe um potencial edáfico produtivo superior àquele que normalmente se regista nos espaços florestais tradicionais, que merece uma orientação de medidas específicas para a sua utilização florestal para a produção de serviços e de madeiras de elevada qualidade ("pomares" de produção de madeira).</p> <p>O PROT-NORTE privilegia um alinhamento com o Plano Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PRAGIFR), também na salvaguarda de pessoas e bens, de iniciativa pública ou privada.</p>
Objetivos operacionais	<p>Pretende-se que a floresta tenha como principais metas: aumentar em 20% a área de povoamento de pinho, recuperando parte da área ardida onde o pinho cumpra novamente a sua função de pioneira, adotando uma gestão com modelos de silvicultura modernos e ajustados ao risco de incêndio; reconverter 10% da área de pinho existente com melhores condições para a sua reconversão em povoamentos de folhosas de maior valor comercial, preferencialmente com espécies autóctones, com gestão adequada; renovar ou reconverter 25% da área de eucalipto sem gestão, com graves problemas de incêndios e de perda de produtividade sobretudo nas áreas de melhores condições edafoclimáticas; consolidar as manchas de quercíneas de maior valor de conservação nas cotas altas e de maior valor comercial nas cotas mais baixas; recuperar os habitats florestais de maior valor de conservação; reconverter em espaços florestais de produções nobres as áreas agrícolas abandonadas.</p> <p>A presente medida pretende dar resposta à "OEBT 7.5.: Atribuir uma nova centralidade à floresta", e ainda às "OEBT 5.1.: Estabelecer uma nova leitura do capital natural" e "5.2.: Promover uma natureza sustentável valorizada por todos". São objetivos específicos desta medida, relativa ao setor florestal, os seguintes:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Apostar em produtos de alto valor e de alto valor acrescentado, nomeadamente das madeiras nobres, que continuam sub-exploradas, mas também outros produtos endógenos de elevada qualidade, valorizando o uso produtivo e regenerativo do capital natural, base da bioeconomia; 2. Adotar novos modelos de silvicultura para o eucalipto e para o pinheiro-bravo, melhor ajustados às tendências climáticas e, nomeadamente, ao risco de incêndio, assentes numa visão integrada do território, recuperando e melhorando, por exemplo, a produção de madeira de eucalipto em alto fuste de grandes dimensões; 3. Promover o associativismo na prestação de inúmeros serviços relacionados com todas as fases da exploração de um povoamento florestal, com maior técnica responsável pela veiculação dos novos modelos silviculturais; 4. Remunerar produtores e potenciar fontes de rendimento adicionais, com a integração de fileiras indiretas; 5. Qualificar o gestor florestal (público/privado), e promover a utilização de novas tecnologias; 6. Criar mecanismos de regulação, para garantir transparência e liquidez dos mercados, e a gestão da floresta; 7. Estimular a indústria, também na expansão para produtos de maior valor, com base no recurso florestal, <i>sensu lato</i>, e promovendo a certificação das madeiras; 8. Afirmar, no território, a produção de energia (de hidrogénio, por exemplo), com base em biomassa florestal.
Natureza das atividades	Ações materiais e imateriais de diferente tipologia.
Âmbito Territorial	Regional, em particular nas áreas de APAF/AEN onde se inserem as principais bacias de produção florestal.
Promotor(es)/ Coordenador	Organizações de produtores florestais; ICNF, IP; entidades gestoras de baldios; indústrias setor florestal; Municípios; entidades públicas e privadas com um interesse específico no setor agroflorestal.

Parceiro(s)	Proprietários agroflorestais e outros gestores do território objeto de intervenção; Instituições do Sistema Científico e Tecnológico, Universidades e Consultores.
--------------------	--

Fundamento da Medida	<p>O Norte testemunhou uma forte aposta na construção de centros electroprodutores capazes de aproveitar os recursos renováveis endógenos da região para a produção de eletricidade. Estes centros electroprodutores aproveitaram, em parte, o potencial hídrico e o eólico <i>onshore</i> da região. Estes recursos ainda não se encontram esgotados, sendo possível promover a sua exploração, por forma a dar corpo a uma estratégia de eletrificação da economia. Por outro lado, a exploração de recursos renováveis, como o solar fotovoltaico e eólico <i>offshore</i> apresentam, na região, um potencial significativo, que recomenda a sua exploração, e que pode contribuir para uma integração económica entre os diversos territórios da região, e para a transferência de valor das áreas mais industriais para as áreas mais rurais, contribuindo para uma maior equidade económica dos territórios.</p>
Descrição da Medida	<p>Dinamizar o reforço da capacidade de produção de eletricidade a partir de parques eólicos e solares de energia fotovoltaica de alta concentração (HCPV) e a hibridização destas instalações, através da instalação de produção solar fotovoltaica junto das centrais eólicas. Um grande número de parques eólicos encontra-se localizado em zonas que têm associado ao elevado potencial de energia eólica um elevado potencial de produção a partir de energia solar. A instalação de parques solares fotovoltaicos em convívio com parques eólicos existentes, associada à instalação de sistemas de armazenamento, permite o escoamento da produção através da mesma infraestrutura de rede, minimizando o impacto ambiental da construção de mais linhas elétricas, e aumentando a produtividade global de cada uma destas instalações, nomeadamente em zonas com presença de parques eólicos, de que são exemplo as Comunidades Intermunicipais (CIM) do Alto Minho, Cávado, Ave, Tâmega e Sousa, Douro e Terras de Trás-os-Montes.</p> <p>Reforçar a instalação de novos parques eólicos (<i>onshore</i>) e solares fotovoltaicos em locais onde o recurso energético primário é ainda abundante, e desde que não existam restrições ambientais. Esta opção visa maximizar a produção de eletricidade com um baixo custo nivelado de produção, conduzindo a uma distribuição mais equitativa dos benefícios económicos desta atividade pelo território, nomeadamente em zonas onde o potencial eólico e/ou solar fotovoltaico justifique a instalação de novos parques. São exemplos as CIM do Douro e Terras de Trás-os-Montes, bem como as CIM do Alto Minho, Cávado e AMP.</p>
Objetivos operacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a avaliação da viabilidade técnica e económica para reequipamento, sobre-equipamento e hibridização de parques eólicos com produção solar fotovoltaica, considerando critérios como a disponibilidade de espaço, níveis de radiação solar e capacidade da rede elétrica. • Apoiar a avaliação da viabilidade técnica e económica da instalação de sistemas de armazenamento de energia, a gerir em conjunto com instalações híbridas de produção de eletricidade. • Agilizar os processos de licenciamento para o sobre-equipamento dos parques eólicos e a instalação de sistemas de armazenamento de energia. • Promover a identificação de locais com potencial eólico e solar interessante, utilizando dados meteorológicos, medições, mapas de radiação solar e estudos de velocidades de ventos para determinar as áreas de maior potencial energético. • Avaliar a viabilidade técnica, económica e ambiental relativamente à adequação dos locais identificados, levando em consideração restrições ambientais e limitações de infraestrutura de rede elétrica. • Agilizar os processos de licenciamento dos novos parques eólicos e solares HCPV.
Natureza das atividades	Imateriais: Estudos e Licenças.
Âmbito Territorial	Regional.
Promotor(es)/ Coordenador	CCDR-Norte, IP e Empresas que promovem e exploram parques eólicos e solares HCPV.
Parceiro(s)	Instituições do Sistema Científico e Tecnológico, Universidades, LNEG, DGEG Consultores, Consultores.

De acordo com a Estratégia e Modelo Territorial do PROT-NORTE, os diferentes centros urbanos do Norte encontram-se interconectados, constituindo sistemas e subsistemas que se vão ligando entre si em diferentes escalas, e criando redes [verticais e horizontais] multipolares. O sistema urbano [policêntrico] do Norte depende, assim, de complementaridades funcionais multiescalares e multidimensionais, isto é, de complementaridades funcionais que pressupõem não só ligações [e redes] interurbanas e urbano-rurais em contextos diversos, mas também escalas geográficas distintas.

Este exercício, conceptual, também implica uma leitura multiescalar das 4 OEBT que permitem dar resposta ao nono Desafio da Estratégia e Modelo Territorial do PROT-NORTE - “Um Norte mais Policêntrico para um Sistema Territorial mais Coeso”:

- 1 - Reforçar os centros urbanos enquanto âncoras de inovação, atratividade e afirmação externa;
- 2 - Melhorar o acesso aos serviços de interesse geral para maior justiça socio-espacial;
- 3 - Promover a inovação e a qualidade intraurbana;
- 4 - Melhorar as articulações interurbanas e rurais-urbanas.

No entanto, a representação da realidade, através dos três perfis do Modelo Territorial do PROT-NORTE, que dispõem de estratégias próprias e diferenciadas, não permite leituras simplistas ou simplificadoras, nem sempre sendo possível uma exata correspondência entre uma e uma só OEBT, e uma e uma só escala geográfica. Em determinados contextos e subsistemas territoriais, essa relação ou correspondência é mais evidente do que noutros e, em conjunto, existe uma grande articulação entre as OEBT e as escalas geográficas e redes [escala regional, escala intermunicipal ou interurbana, escala local ou intraurbana e redes e ligações verticais e horizontais], no âmbito do sistema urbano regional.

Está-se em presença de preponderâncias ou predominâncias no que a essas correspondências diz respeito e, assim, de uma grelha de leitura que não impede análises específicas em função dos contextos ou subsistemas. Por exemplo, nos Territórios do Noroeste, a provisão de serviços de interesse geral pode, e deve, ser planeada e assegurada à escala intraurbana, em municípios como o Porto, Vila Nova de Gaia ou Matosinhos. Conforme se caminha para o interior, especialmente nos Territórios do Nordeste, a demografia coloca novos desafios no planeamento e na provisão desses serviços, ganhando progressivamente relevância as escalas interurbana ou intermunicipal.

Essas especificidades também devem ser consideradas nas redes urbanas ou nas redes horizontais. De forma mais ou menos voluntarista, na Estratégia e Modelo Territorial do PROT-NORTE, defende-se a promoção, a estruturação ou a consolidação de diferentes eixos urbanos, como: Vila Real-Mirandela-Macedo de Cavaleiros-Bragança, Vila Real-Carrazeda de Ansiães-Vila Flor-Alfândega da Fé-Miranda do Douro, Armamar-Vila Nova de Foz Côa-Freixo de Espada à Cinta, Chaves-Vila Real-Peso da Régua-Lamego-[Viseu] ou Macedo de Cavaleiros, Alfândega da Fé, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa.

Estes eixos urbanos não deixam de constituir redes urbanas fundamentais para a construção de um modelo regional policêntrico, em que as complementaridades funcionais e a mobilidade interurbana permite a constituição de massas críticas relevantes [ou economias de escala do lado da procura], a partir da proximidade geográfica de uma multitude de centros urbanos de pequena e média dimensão populacional. No entanto, as redes urbanas ou horizontais tratadas neste ponto do PE do PROT-NORTE resultam, fundamentalmente, de associações temáticas ou sectoriais em áreas ou desafios urbanos comuns, como a competitividade territorial, a descarbonização ou a digitalização, sem a natural obrigatoriedade de sequência ou contiguidade geográfica dos centros urbanos que os eixos urbanos sempre justificam.

Em síntese, as relações (preponderantes ou predominantes) entre as OEBT e as escalas geográficas e redes de implementação encontram-se identificadas na tabela abaixo:

OEBT	Escalas e redes
Reforçar os centros urbanos enquanto âncoras de inovação, atratividade e afirmação externa [1]	<ul style="list-style-type: none"> • Escala regional [interurbana] – implementada principalmente nos centros urbanos, que dispõem de condições para oferta de bens e serviços de âmbito regional [NUTS II] mais especializados, como o ensino superior ou os cuidados mais diferenciados na área da saúde, e a criação de infraestruturas e projetos com elevado potencial de internacionalização da economia do Norte, da sua afirmação externa, na cultura, na ciência ou no turismo, e do seu Sistema Regional de Inovação (SRI) e respetivos agentes públicos e privados.
Melhorar o acesso aos serviços de interesse geral para maior justiça socio-espacial [2]	<ul style="list-style-type: none"> • Escala intermunicipal [interurbana] - implementada principalmente ao nível sub-regional, nomeadamente nas sub-regiões que correspondem às circunscrições das entidades intermunicipais, enquanto espaços ou áreas urbanas funcionais e de vida quotidiana, considerando a organização e gestão dos sistemas de transportes públicos e a oferta de serviços complementares, como mobilidade a pedido ou o transporte flexível, na sua relação com a consolidação de bacias de emprego e deslocações casa-escola, a otimização da oferta de serviços de interesse geral nas mais diversas áreas [e.g. educação, saúde, cultura, desporto, lazer], e a programação cultural em rede e respetivas itinerâncias.
Promover a inovação e a qualidade intraurbana [3]	<ul style="list-style-type: none"> • Escala local [intraurbana] - implementada principalmente ao nível de um bairro ou de uma cidade ou de uma vila, para dar resposta a questões específicas de uma dada comunidade, como a melhoria das infraestruturas coletivas e dos serviços de proximidade, a promoção dos modos suaves, a oferta de habitação, a ação climática, a qualificação do edificado e do espaço público ou a reabilitação e a regeneração urbanas.
Melhorar as articulações interurbanas e rurais-urbanas [4]	<ul style="list-style-type: none"> • Redes verticais [urbano-rurais] – desenvolvimento da atividade agroflorestal, produção de bens públicos agroambientais ou serviços de ecossistemas indispensáveis à dinamização de outras atividades produtivas em meio rural, como o turismo ou a indústria agroalimentar, a diversificação e resiliência económica e social, a promoção de emprego [e de emprego qualificado], a sustentação dos pequenos aglomerados e centros urbanos e, assim, a gestão demograficamente equilibrada dos territórios, no contexto das transições ambiental e digital, e acesso universal às redes de elevada capacidade; • Redes horizontais [interurbanas] – cooperação interurbana e inter-regional em áreas como mobilidade sustentável e neutralidade carbónica, metabolismo urbano e preservação ambiental, património histórico, cultural e artístico, transição digital nos centros urbanos e cidades inteligentes, centros urbanos ou bairros culturais e criativos, (re)industrialização, espaços industriais e excelência urbana, água, saúde e qualidade de vida urbana, cidades competitivas e ecossistemas de inovação, economia circular e gestão inteligente de resíduos.

Esta relação entre OEBT e escalas geográficas e redes pressupõe, assim, que as medidas de política e as O&D também disponham de dupla correspondência: com uma determinada OEBT e com uma determinada escala ou rede. No que respeita às medidas de política urbana, procurou-se identificar prioritariamente aquelas que são suscetíveis de financiamento no atual período de programação das políticas da União Europeia [2021-27], nomeadamente através do Acordo de Parceria [PORTUGAL 2030], estabelecido entre o Estado português e a Comissão Europeia, e respetivos Programas, incluindo o Programa Regional do Norte 2021-27 [NORTE 2030].

Os exemplos destas medidas de política urbana e destas O&D encontram-se identificadas na tabela abaixo, bem como as respetivas correspondências com as OEBT e as escalas e redes.

OEBT	Escalas e redes	Medidas de Política e O&D
Reforçar os centros urbanos enquanto âncoras de inovação, atratividade e afirmação externa [1]	Escala regional [interurbana]	<ul style="list-style-type: none"> • Articular um conjunto de serviços de mobilidade e logística, de serviços energéticos e digitais, suportados em adequadas redes de infraestruturas [e.g. portuárias, aeroportuárias, ferroviárias ou rodoviárias], aliando o reforço do policentrismo à internacionalização da economia regional e, assim, potenciando uma rede alargada de centros urbanos estruturantes e a coesão territorial; • Qualificar as infraestruturas de promoção da conectividade externa dos Territórios do Noroeste e dos seus principais centros urbanos [e.g. portuárias, aeroportuárias, ferroviárias ou rodoviárias], enquanto principais plataformas logísticas do Norte como um todo, conciliando elevados níveis de competitividade, equidade no acesso, crescente digitalização dos serviços e neutralidade carbónica; • Diversificar a oferta de ensino superior e reforçar a formação contínua, pós-graduada e de curta-duração em áreas de maior empregabilidade [e.g. formação ao longo da vida; requalificação da população ativa escolarizada]; • Dinamizar ecossistemas de inovação locais e dos domínios prioritários de especialização inteligente regional, mobilizando os agentes do SRI, públicos e privados, para a criação de conhecimento científico e tecnológico, a transferência de conhecimento e de tecnologia, e o investimento empresarial na valorização económica do conhecimento; • Aumentar a capacidade de resposta da rede de serviços hospitalares aos novos desafios [epidemiológicos, demográficos, ambientais e digitais] e modernizar, tecnologicamente, o diagnóstico e a terapêutica altamente especializada das unidades hospitalares; • Internacionalizar a cultura e os bens culturais, quer na vertente infraestrutural [e.g. património histórico e cultural; museus e outras infraestruturas culturais simbólicas], quer na vertente imaterial [e.g. eventos associados aos sítios classificados pela UNESCO; criação artística a partir de abordagens dramatúrgicas]; • Promover a região como destino de realização de filmes e território de criação e produção audiovisual e capacitar, para esse efeito, os seus agentes culturais e criativos relevantes; • Melhorar a eficiência na gestão de infraestruturas, incrementar o envolvimento da população na governação, disponibilizar, em tempo real, informação sobre a[s] existência[s] de bens e serviços, e monitorizar consumos e fluxos, através do recurso aos serviços digitais [cidades digitais].
Melhorar o acesso aos serviços de interesse geral para maior justiça socio-espacial [2]	Escala intermunicipal [interurbana]	<ul style="list-style-type: none"> • Qualificar a rede de serviços coletivos territoriais em áreas como a educação, a saúde, o apoio social, a cultura, o desporto ou o lazer; • Alargar a cobertura territorial de balcões multisserviços, ou balcões de inclusão, e promover o recurso a unidades móveis, especialmente em territórios de baixa densidade, tendo em vista a promoção do acesso ou da provisão de serviços coletivos de proximidade para pessoas portadoras de deficiência ou incapacidade, idosos e respetivos familiares; • Construir e reabilitar sistemas de abastecimento de água para consumo humano e saneamento de águas residuais [em baixa e em alta, através de sistemas multimunicipais]; • Promover a gestão de resíduos em baixa e em alta [através de sistemas multimunicipais], nomeadamente através da criação de redes de recolha seletiva e triagem, e da economia circular em contexto urbano; • Promover a mobilidade urbana mais sustentável, com reequilíbrio em favor do transporte público e dos modos suaves, e fomentando a adoção de tecnologias e de fontes energéticas mais sustentáveis e eficientes, bem como a aposta numa maior eficiência das cadeias logísticas locais e sub-regionais de distribuição de mercadorias; • Mobilidade a pedido e transporte flexível associado à reestruturação da provisão dos serviços de interesse geral [e.g. educação, saúde, apoio, social]; • Dinamizar a programação cultural em rede e as itinerâncias de espetáculos, exposições e outros eventos culturais e criativos;

OEBT	Escalas e redes	Medidas de Política e O&D
Promover a inovação e a qualidade intraurbana [3]	Escala local [intraurbana]	<ul style="list-style-type: none"> • Reabilitar e regenerar espaços urbanos, com enfoque nos desafios associados à atração de população para os centros urbanos, à provisão de espaços inclusivos e acessíveis, e que potenciem a mobilidade intra e interurbana; • Refuncionalizar equipamentos coletivos e qualificar espaço público, visando a acessibilidade, a segurança e a inclusão; • Promover a habitação social [destinada a cidadãos e famílias carenciadas] e da habitação acessível ou a custos controlados [destinada a população mais jovem], e regulação do mercado imobiliário; • Reduzir a vulnerabilidade das áreas urbanas às ondas de calor e ao aumento da temperatura máxima ou à minimização dos riscos associados a fenómenos de cheia e de inundações; • Dinamizar comunidades de energia renovável, promovendo maior proximidade local entre produção e consumo de energia e envolvendo a participação organizada de agentes territoriais no sistema elétrico;
Melhorar as articulações interurbanas e rurais urbanas [4]	Redes verticais [urbano-rurais]	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar o investimento em infraestruturas digitais de banda larga [fixa e móvel] seguras, eficientes e sustentáveis em territórios de baixa densidade populacional, instalando redes de comunicações eletrónicas de elevada capacidade [Gigabit] nos territórios não cobertos pelo mercado de telecomunicações [e.g. zonas brancas], onde estas operações comerciais não são rentáveis; • Aumentar a eficiência económica dos <i>inputs</i> intermédios [adubos, fitofármacos, água, etc.] pelo seu uso na quantidade e na localização certas, através do recurso a tecnologias como a digitalização, a sensorização, a automação ou a robotização, às quais, na falta de melhor definição, se costuma designar de agricultura de precisão [ou Agricultura 4.0]; • Desenvolver redes de aldeias de nova geração, mais inclusivas, inteligentes e sustentáveis, capazes de revitalizar o espaço rural e de o tornar mais atrativo para viver, empreender e visitar; • Recorrer às novas tecnologias e à digitalização para superar distâncias geográficas [e.g. telemedicina, apoio social, administração em linha], desenvolvendo modelos que promovam alternativas sociais, económicas e na prestação de serviços, públicos e privados; • Estimular a ação coletiva dos agentes locais para a melhoria da competitividade dos territórios de baixa densidade e a criação de emprego qualificado, através de iniciativas e estratégias de valorização económica de recursos inimitáveis e intransferíveis [e.g. naturais, património histórico ou saberes tradicionais]; • Constituir e adensar redes periurbanas de espaços naturais e agroflorestais que proporcionem a fruição da natureza em contexto de proximidade ou a produção de alimentos frescos [cadeias curtas], reduzindo os efeitos das ilhas de calor, aumentando a capacidade de retenção e infiltração da água, diminuindo riscos de extremos meteorológicos e, assim, melhorando o balanço de carbono em territórios com emissões elevadas.
	Redes horizontais [interurbanas]	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar a afirmação dos centros urbanos enquanto nós de redes de inovação e de competitividade territorial, valorizando ofertas diferenciadoras capazes de atrair investimentos e recursos, e reforçando as funções económicas das cidades, nomeadamente através da atração de talento e de capital criativo [redes urbanas para a competitividade]; • Promover lógicas interurbanas de redes com vista à otimização das infraestruturas ambientais e de conectividade ecológica [e.g. corredores verdes], que promovam a acessibilidade e a mobilidade sustentável, com capacidade para reduzir a pegada carbónica dos usos individuais de viaturas, com relevância para a articulação com os modos suaves [redes urbanas para mitigação dos efeitos das alterações climáticas e a descarbonização]; • Dinamizar estratégias de digitalização para assegurar respostas inovadoras na provisão de bens e serviços, públicos e privados, em contextos urbanos favoráveis à capacitação do capital humano, à inovação e à intensificação e transformação tecnológica, fomentando o desenvolvimento de centros urbanos e territórios inteligentes [redes urbanas digitais].

<p>Fundamento da Medida</p>	<p>A Região Norte dispõe de um conjunto de bens patrimoniais classificados bastante significativo, incluindo: 5 sítios classificados como “Património Mundial” da UNESCO, 276 Monumentos Nacionais, 1015 Imóveis de Interesse Público e 128 Imóveis de Interesse Municipal (INE, 2022), perfazendo 30,1% dos bens patrimoniais imóveis classificados em Portugal, a que acrescem 15 manifestações de Património Cultural Imaterial inscritas no Inventário Nacional (INPCI, 2022) e 3 manifestações inscritas em listas de Património Cultural Imaterial da UNESCO. Esta é considerada uma área do património particularmente propícia à criação de rotas e itinerários culturais temáticos, à estruturação da oferta turística de base histórico-cultural e à criação de estratégias distintivas de desenvolvimento turístico regional. A dimensão e relevância destes ativos justificam a continuidade de investimento na sua salvaguarda, conservação e restauro, beneficiação e valorização tendo em vista o seu usufruto pelas comunidades e visitantes, e ainda, um investimento estratégico na sua evolução do ponto de vista de uma gestão efetiva à escala regional, de modo integrado, nunca alcançada até aqui, pondo termo a lacunas conhecidas de acessibilidade de informação, serviço de interface com proprietários ou entidades administradoras e promoção. A organização de bens patrimoniais em rotas, ao organizar diretórios e gestores de bens e recursos e ao partilhar informação e soluções de gestão, proporciona melhores serviços ao público, promove uma economia de escala e abre caminho para a criação e reputação de uma marca patrimonial regional.</p>
<p>Descrição da Medida</p>	<p>De acordo com os objetivos, programas e linhas de ação do Plano de Ação Regional Para a Cultura NORTE 2030, apoiar operações de salvaguarda, valorização e promoção de Património Cultural da Região Norte, integrado numa Rota Regional (“Rotas do Norte”).</p> <p>Do ponto de vista infraestrutural, será dada prioridade à reabilitação ou beneficiação de património em risco (problemas de estabilidade estrutural, mau estado dos revestimentos ou caixilharias, entradas de água e humidades ascendentes, infraestrutura elétrica, saneamento e climatização deficientes, risco de incêndio e intrusão, com património integrado em mau estado), com necessidade de melhoria da acessibilidade física (condições de abertura ao público, segurança do monumento na perspetiva dos visitantes, instalações sanitárias, rampas, elevadores e outros serviços de apoio acessíveis) e projetos de refuncionalização de espaços que garantam melhoria de acolhimento de público.</p> <p>Poderão ainda ser consideradas operações de requalificação da envolvente de imóveis, assim como de utilização de métodos não invasivos para monitorização, identificação de patologias e previsão de riscos.</p> <p>A linha de ação privilegia ainda oportunidades e necessidades no domínio da acessibilidade comunicacional e digital, assim como de organização e desenvolvimento de programação, conteúdos e produtos que potenciem a fruição cultural dos bens culturais e das rotas.</p> <p>Os bens a intervir deverão enquadrar-se em rotas ou redes culturais, definidas como projetos de cooperação cultural, turístico, social e educativo, com o objetivo de desenvolver e promover um ou vários itinerários associados por um tema comum, baseados num percurso histórico, conceito cultural, figura ou fenómeno histórico, com significado relevante para a identidade regional. Definem um caminho físico e cognitivo, através do qual, em paragens e locais individuais, a narrativa é desenvolvida e apresentada por meios apropriados: visitas livres, visitas guiadas, eventos culturais, etc. São critérios definidores da rota e da adesão de bens: um tema comum, baseado num percurso histórico, conceito cultural, figura ou fenómeno histórico, com significado relevante para a identidade regional; a delimitação geográfica e identificação dos componentes materiais e imateriais da rota; a rede de cooperação e gestão, formalizada</p>

	<p>através de diploma legal, contrato, protocolo, memorando de entendimento, regulamento ou similar; uma imagem e instrumentos de comunicação comuns.</p> <p>Considera-se a ativação das seguintes rotas/ redes: a Rota “Castros a Norte”; a Rota “Românico a Norte”; a Rota “Romano a Norte”; a Rota “Castelos e Fortalezas a Norte”; a Rota “Património Industrial a Norte”; a Rota da “Arte Rupestre”; a Rede do Património Religioso, em que se enquadra a Rota “Catedrais a Norte”, a Rota “Órgãos a Norte”, a Rota “Santuários a Norte”, a Rota “Mosteiros e Conventos a Norte” e a Rota “Talhas, Azulejos e Frescos a Norte”; a Rota “Caminhos de Santiago a Norte”; a Rota “Património Imaterial a Norte” e a Rota “Escritores a Norte”.</p> <p>No contexto da evolução e desenvolvimento do projeto, poderão ainda ser adotadas outras Rotas de Elevado Interesse Turístico, ou seja, outros itinerários e conjuntos patrimoniais ou artísticos que, em face da sua relevância, justifiquem a sua estruturação e promoção articulada, como por exemplo poderá ser o caso do património e da arquitetura do Barroco.</p> <p>A aplicação do selo “Rotas do Norte” terá ainda lugar no caso de bens patrimoniais e culturais, com estatuto de proteção patrimonial e reconhecido interesse turístico, tendo em vista operações de salvaguarda, beneficiação ou valorização, com financiamento do NORTE 2030, que apóiem benefícios significativos do ponto de vista da sua salvaguarda, acessibilidade e interpretação, de valorização e refuncionalização de espaços com ganhos permanentes culturais e turísticos, de gestão e prevenção de riscos.</p> <p>.</p>
Objetivos operacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a preservação e reabilitação do património cultural classificado ou em vias de classificação, com destaque para os bens com forte potencial de atração turística e cultural, com base no reconhecimento formal do seu interesse na adesão a uma ou mais rotas patrimoniais regionais; • Promover o reforço ou a constituição de rotas que apresentem a declaração conjunta de reconhecimento do interesse de adesão; • Introduzir tecnologias digitais na segurança de monumentos e sítios, por via de monitorização remota permanente e na criação de soluções para visitas presenciais não acompanhadas ou vigiadas; • Promover a redução do consumo de energia e a melhoria do desempenho energético dos bens patrimoniais e equipamentos associados; • Comunicar o património de forma atrativa, contribuindo para a criação de produtos turísticos qualificados e para o reforço dos ativos económicos, nomeadamente através da melhoria das condições de visita, com destaque para a acessibilidade física e comunicacional: conforto, segurança e informação; • Promover programação cultural de qualidade associada ao património cultural, tendo em vista a sua dinamização turística em contextos de “época baixa”.
Natureza das atividades	Estudos, Projetos, Criação de conteúdos, Programação, Divulgação, Obras de salvaguarda, conservação e restauro, reabilitação e beneficiação.
Âmbito Territorial	Regional.
Promotor(es)/ Coordenador	Municípios, Entidades Intermunicipais e associações de municípios, entidades da Administração Central, empresas públicas detidas a 100% pelo Estado; empresas do setor empresarial local detidas a 100 % por entidades públicas; outras entidades, mediante protocolo ou outras formas de cooperação com Municípios, Entidades Intermunicipais e associações de municípios; Entidades do Sistema Científico e Tecnológico; Fundações e Associações de direito privado sem fins lucrativos.
Parceiro(s)	

<p>Fundamento da Medida</p>	<p>Acompanhando a realidade do país, o Norte registou um crescimento muito significativo do número de intervenções arqueológicas a partir de finais dos anos 90, tendo-se concentrado 25% da totalidade dos trabalhos arqueológicos realizados em Portugal Continental, entre 1974 e 2014. Este crescimento global da atividade arqueológica, desenvolvida no âmbito de uma prática que não vem enquadrando, suficientemente, o estudo e publicação dos resultados, tem motivado a acumulação de espólios arqueológicos cuja exploração científica e potencial de mediação se mantém por executar e avaliar. A inexistência de locais qualificados para depósito, gestão, investigação e dinamização de espólios arqueológicos tem contribuído para esta situação. Esta lacuna promove a dispersão dos espólios e limita o acesso à informação arqueológica para efeitos de estruturação de estratégias e políticas de gestão de território e salvaguarda patrimonial, investigação científica, dinamização e divulgação patrimonial a nível regional e local. O setor verifica igualmente falta generalizada de investimentos na qualificação de equipamentos e serviços, de base regional e local, com competências nas áreas da conservação e restauro, digitalização e mediação de conteúdos de Arqueologia, que garantam suporte à investigação e promovam a sensibilização de públicos para uma apreciação mais fundamentada e crítica da Arqueologia e do património arqueológico, assim como para a sua potencial valorização em “conteúdos” culturais e turísticos.</p> <p>A dinamização de uma rede regional de estruturas agregadoras de equipamentos e serviços na área da Arqueologia, com competências de acomodação, conservação, inventário, gestão, investigação, interpretação e mediação de espólios arqueológicos, permite promover os espólios arqueológicos não só como bens patrimoniais a salvaguardar, mas também como recursos potenciadores de projetos, ações e produtos de valorização, mediação e promoção do território.</p>
<p>Descrição da Medida</p>	<p>De acordo com os objetivos, programas e linhas de ação do Plano de Ação Regional Para a Cultura NORTE 2030, a medida visa apoiar a criação e operacionalização de uma rede regional de estruturas, desejavelmente com cobertura NUTS II e de escala intermunicipal, dedicadas à gestão, inventário, investigação, valorização, promoção e mediação de espólios resultantes de intervenções de Arqueologia realizadas na Região Norte, que garantam a operacionalização das seguintes funções e serviços:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) Depósito visitável de espólios arqueológicos - Espaços técnicos destinados à acomodação, organização e preservação de espólio arqueológico; ii) Áreas de trabalho para equipas/ serviços permanentes e investigadores - Espaços dedicados ao tratamento, inventário, conservação, estudo, consulta e investigação de bens em depósito; iii) Áreas de mediação, exposição ou mostras temporárias – Espaços dedicados à realização de atividades de mediação para públicos diversos, incluindo a realização de exposições abertas ao público; iv) Serviço de Arqueologia e de Conservação Preventiva - Equipa técnica dedicada ao tratamento e inventário de espólios, ao desenvolvimento e implementação de programas de monitorização e conservação preventiva, e de estratégias, procedimentos e soluções que garantam a compilação, organização, gestão, promoção e acesso a informação arqueológica. v) Serviço de digitalização – Equipa técnica dedicada ao desenvolvimento e implementação de estratégias e soluções de salvaguarda e valorização digital de espólio arqueológico. vi) Serviços de mediação - Equipa dedicada ao desenvolvimento de projetos, produtos e ações de mediação patrimonial que promovam a valorização e divulgação de espólio em depósito, junto de públicos alargados.

	A estas funções base, os polos arqueológicos poderão ainda associar outros serviços relevantes à área da Arqueologia e da Salvaguarda do património arqueológico, como laboratórios de Conservação e Restauro
Objetivos operacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir condições adequadas de depósito, inventário, preservação, gestão e acesso, para investigação e mediação, a espólios resultantes de intervenções de Arqueologia; • Promover a qualificação de serviços de base local e regional; • Promover a investigação arqueológica sobre o território, realizada no território; • Promover a integração de tecnologias digitais na divulgação e mediação de património arqueológico; • Promover a valorização cultural do património arqueológico.
Natureza das atividades	Estudos, Projetos, Criação de conteúdos, Programação, Ações de Mediação e Divulgação, Obras de reconversão/adaptação/upgrade técnico de espaços ou instalações pré-existentes, Aquisição de instrumentos e equipamento técnico e científico, Contratação de Recursos Humanos e serviços especializados.
Âmbito Territorial	Regional.
Promotor(es)/ Coordenador	Municípios, Entidades Intermunicipais e associações de municípios, entidades da Administração Central, empresas públicas detidas a 100% pelo Estado; empresas do setor empresarial local detidas a 100 % por entidades públicas; outras entidades, mediante protocolo ou outras formas de cooperação com Municípios, Entidades Intermunicipais e associações de municípios; Entidades do Sistema Científico e Tecnológico; Fundações e Associações de direito privado sem fins lucrativos.
Parceiro(s)	

Fundamento da Medida	As necessidades regionais de conservação, restauro e investigação aplicada em torno do valioso e diversificado Património Cultural do território podem encontrar resposta através da implementação de uma estrutura tecnológica especificamente dedicada a esta área e, por sua via, da capacitação de agentes em tecnologias e procedimentos essenciais ao conhecimento, preservação, conservação e restauro de património cultural. As novas competências da CCDR NORTE na área da Cultura recomendam a sua proatividade institucional na procura de soluções para consumir este objetivo. Para além de colmatar uma lacuna muito relevante na Região Norte, esta infraestrutura tecnológica potenciará a radicação de competências de conservação e restauro de bens patrimoniais e artísticos na Região Norte, com especial destaque para as dimensões do Património integrado e do Património móvel.
Descrição da Medida	De acordo com os objetivos, programas e linhas de ação do Plano de Ação Regional Para a Cultura NORTE 2030, a medida visa a criação de uma infraestrutura tecnológica que garanta resposta às necessidades de intervenções de Conservação e Restauro de Património Cultural da Região Norte.
Objetivos operacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Dotar a região de infraestrutura tecnológica capaz de responder a necessidades de conservação, restauro e investigação aplicada ao Património integrado e do Património móvel; • Promover a radicação de competências de conservação e restauro de bens patrimoniais e artísticos na Região Norte.
Natureza das atividades	Estudos, Projetos, Obras de construção, Aquisição de instrumentos e equipamento técnico e científico, Contratação de Recursos Humanos e serviços especializados.
Âmbito Territorial	Regional.
Promotor(es)/ Coordenador	CCDR NORTE, IP
Parceiro(s)	ESTAMO, SA e Câmara Municipal de Matosinhos

Fundamento da Medida	Entre as diversas estruturas museológicas da Região Norte, identifica-se um número considerável de museus, núcleos museológicos, centros interpretativos e centros de memória cujas coleções e programas reivindicam relevante dimensão territorial de base local e regional, passíveis de integração numa definição abrangente de <i>Museu de Território/ de Identidade Territorial</i> . Para além do seu importante potencial de atrativo turístico - esta tipologia de Museus registou em 2022, a nível nacional, o número médio de visitantes mais elevado - , enquanto instituições com especial conhecimento sobre territórios culturais específicos, estes museus devem ser considerados essenciais na proteção, interpretação, valorização e gestão dos recursos patrimoniais do território, mantendo um papel essencial na dinamização de comunidades participativas na salvaguarda e promoção das suas paisagens culturais. Parte destas estruturas evidencia carências estruturais de qualificação e capacitação sobre as quais se considera essencial intervir, tendo em vista o cumprimento do seu papel fundamental no território e a sua finalidade cultural, educativa ou turística.
Descrição da Medida	De acordo com os objetivos, programas e linhas de ação do Plano de Ação Regional Para a Cultura NORTE 2030, apoiar operações de qualificação e capacitação de serviços culturais, infraestruturas e equipamentos técnicos de espaços museológicos na categoria de "Museus de Identidade Territorial".
Objetivos operacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a capacitação e qualificação de serviços dedicados à preservação e valorização de coleções com relevante dimensão territorial, de base local e regional; • Incentivar a qualificação e modernização da rede museológica de vocação territorial da Região Norte; • Promover a integração de tecnologias digitais na divulgação e mediação de património com relevante dimensão territorial, de base local e regional
Natureza das atividades	Estudos, Projetos, Criação de conteúdos, Programação, Ações de Mediação e Divulgação, Obras de reconversão/adaptação/upgrade técnico de espaços ou instalações pré-existentes, Aquisição de instrumentos e equipamento técnico e científico, Capacitação técnica de Recursos Humanos e Contratação de serviços especializados.
Âmbito Territorial	Regional.
Promotor(es)/ Coordenador	Municípios, Entidades Intermunicipais e associações de municípios, entidades da Administração Central, empresas públicas detidas a 100% pelo Estado; empresas do setor empresarial local detidas a 100 % por entidades públicas; outras entidades, mediante protocolo ou outras formas de cooperação com Municípios, Entidades Intermunicipais e associações de municípios; Entidades do Sistema Científico e Tecnológico; Fundações e Associações de direito privado sem fins lucrativos.
Parceiro(s)	

Fundamento da Medida	O esforço das políticas públicas e, em particular, dos municípios, empreendido nas últimas décadas, tem sido muito importante para a melhoria generalizada dos indicadores de atividade e públicos do Setor Cultural e Criativo (SCC). As políticas culturais que têm vindo a ser implementadas (no âmbito dos financiamentos dos fundos estruturais ou nacionais, de instrumentos como a Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses ou o Estatuto dos Profissionais da Área da Cultura) não dispensam a implementação ou reforço de estratégias e políticas, nomeadamente de base regional, para a promoção e o desenvolvimento do SCC, de forma concertada com <i>players</i> nacionais, transfronteiriços, inter-regionais e internacionais, proporcionando uma capacitação sistémica das entidades públicas e privadas, associativas, cooperativas e empresariais. Em simultâneo, é fundamental criar espaços de reflexão, de exposição e de projeção para promover e desenvolver o SCC, muito especialmente ao nível da capacitação dos profissionais.
Descrição da Medida	<p>De acordo com os objetivos, programas e linhas de ação do Plano de Ação Regional Para a Cultura NORTE 2030, estimular o surgimento de uma Rede Regional de Centros de Criação no Norte, desejavelmente com cobertura NUTS II, que apoiem o desenvolvimento e capacitação de ecossistemas criativos e artísticos regionais, com potencial na criação de bens culturais.</p> <p>Serão consideradas como admissíveis ou prioritárias operações ligadas à criação e apetrechamento de espaços tecnicamente qualificados (dotados, por exemplo, de <i>black box</i> para atividades performativas, estúdios de som e imagem, áreas técnicas para armazenamento e arquivo, etc.), através da adaptação, upgrade e equipamento de espaços pré-existentes.</p> <p>Os projetos deverão enquadrar equipamentos especificamente vocacionados para acolher em residência (temporária ou permanente) o desenvolvimento de atividades de criação e capacitação dos atores culturais, sem funções predominantes de programação e apresentação e que disponham, em regime condominial, de competências e recursos especializados e específicos de apoio a atividades de criação, dotados, portanto, de equipamentos e tecnologias de suporte adequados</p>
Objetivos operacionais	<ul style="list-style-type: none"> Promover a disponibilização de espaços que proporcionem a atração e radicação de criadores individuais ou coletivos, em disciplinas como as artes performativas, a música e o som, a fotografia, o vídeo e o cinema, entre outros, tendo em vista o estímulo e a promoção da sustentabilidade de atividades criativas e artísticas na Região Norte.
Natureza das atividades	Estudos, Projetos, Obras de adaptação/upgrade técnico de espaços ou instalações pré-existentes, Aquisição de instrumentos e equipamento técnico.
Âmbito Territorial	Regional.
Promotor(es)/ Coordenador	Municípios; Entidades Intermunicipais e Associações de Municípios; Empresas do setor empresarial local detidas a 100 % por entidades públicas; Outras entidades, mediante protocolo ou outras formas de cooperação com Municípios, Entidades Intermunicipais e Associações de Municípios; Entidades do Sistema Científico e Tecnológico, Fundações e Associações de direito privado sem fins lucrativos.
Parceiro(s)	

Fundamento da Medida	O Norte dispõe de um amplo património de Arte e Arquitetura Contemporânea, que nos últimos anos tem vindo a ser potenciado através da constituição de uma rede de cooperação de museus e equipamentos de Arte e Arquitetura Contemporânea espalhados pelo território. A existência desta rede permite orientar o investimento no sentido de alavancar a promoção e ativação do trabalho já realizado, potenciando a sua concretização e a evolução para ações/ programas organizados à escala regional.
Descrição da Medida	De acordo com os objetivos, programas e linhas de ação do Plano de Ação Regional Para a Cultura NORTE 2030, apoiar operações de reforço, incremento e desenvolvimento da rede regional de arte e arquitetura contemporânea do Norte e do seu património, aproveitando do legado desenvolvido nos últimos anos, na ótica de uma valorização e promoção conjuntas para fins culturais, de inclusão e turísticos.
Objetivos operacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a estruturação de itinerários e produtos de <i>touring</i> cultural de Arte e Arquitetura Contemporânea; • Promover a valorização de legados e coleções de artistas e arquitetos relevantes do Norte de Portugal; • Promover o desenvolvimento de ações de articulação de sítios de Património Cultural e Natural com a Arte e Arquitetura Contemporâneas; • Reforçar competências de centros e equipamentos especializados ou relevantes para a valorização pública da Arquitetura Contemporânea na Região Norte.
Natureza das atividades	Estudos, Projetos de conceção e produção, Criação e produção de conteúdos, Programação, Ações de Mediação e Divulgação, Obras de reconversão/adaptação/upgrade técnico de espaços ou instalações pré-existentes, Aquisição de instrumentos e equipamento técnico, Contratação de serviços especializados.
Âmbito Territorial	Regional.
Promotor(es)/ Coordenador	CCDR NORTE, IP, Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte e a Casa da Arquitetura – Centro Português de Arquitetura, entre outras entidades.
Parceiro(s)	

Apesar das sucessivas recessões económicas, a economia do Norte tem vindo a crescer mais do que a do País na maioria dos ciclos económicos que marcaram o corrente século. Contudo, o Norte constitui ainda uma região com um baixo nível de desenvolvimento em termos económicos, dispondo do valor mais reduzido do País em termos de Produto Interno Bruto (PIB) por habitante. As respetivas sub-regiões (NUTS III) apresentam todas, sem exceção, PIB por habitante inferior a 75% da média comunitária.

Os fatores que mais contribuíram para esta trajetória de crescimento assentam na industrialização, internacionalização e inovação da economia regional. O modelo macroeconómico baseado nestes fatores apresentou um impacto ligeiramente assimétrico na evolução dos níveis relativos de riqueza. As sub-regiões orientadas para esses vetores registaram crescimentos ligeiramente superiores aos das restantes, com estruturas económicas sustentadas em fatores de competitividade, como o turismo ou o comércio local. A espacialização da atividade permite identificar três bases económicas: (i) AMP, Cávado e o Alto Minho (atividades económicas mais diversificadas); (ii) Ave e Tâmega e Sousa (indústrias transformadoras como principal atividade); Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes (especialização relativa no setor primário e na administração pública).

Em termos estruturais, a reduzida produtividade do trabalho constitui um dos problemas centrais que tem vindo a limitar o crescimento económico e o aumento das remunerações do Norte ao longo do corrente século, sendo mesmo a principal causa para o baixo nível de desenvolvimento no contexto nacional e europeu, num quadro em que a evolução demográfica negativa acabou por reduzir a força de trabalho e limitar o seu contributo para o crescimento. Em termos prospetivos, com base nas projeções demográficas do Instituto Nacional de Estatística (INE a longo-prazo, num cenário central de declínio demográfico e subsequente queda da população em idade ativa, o crescimento potencial do PIB por habitante do Norte só poderá resultar de um aumento da produtividade do trabalho. Esta condição é mais relevante nas NUTS III de menor densidade populacional e com tendências demográficas mais negativas.

Num cenário otimista – marcado pelo reforço das vantagens comparativas do Norte por via da criação de valor e da inovação –, só um forte crescimento da procura externa dirigida ao setor exportador (incluindo serviços e turismo) poderá induzir um aumento acentuado da produção, de modo a gerar um crescimento económico equilibrado, com ganhos de produtividade e de emprego. Assim, a inovação é essencial para impulsionar a competitividade regional e garantir a saúde e o bem-estar dos seus cidadãos. A inovação configura os mercados, transforma as economias, estimula mudanças significativas na qualidade dos serviços públicos e é indispensável para se alcançar os objetivos globais da dupla transição ecológica e digital.

Em termos conceptuais, a inovação constitui um processo complexo, destacando-se a sua natureza sistémica e contextual. Trata-se de um processo sistémico tendo em conta que os resultados da inovação decorrem de interações entre agentes com efeitos de retroação positivos, sendo necessário considerar o desenvolvimento harmonioso deste sistema para melhorar o desempenho inovador das regiões. A natureza contextual destaca o facto de a inovação se produzir e reproduzir-se de forma diferenciada em função da diversidade de agentes, que não é, nem pode ser, independente das condições económicas e sociais de cada território. O conceito de SRI ou ecossistema de inovação resulta destas duas características de processo sistémico e contextual.

Ao nível do desempenho, o Norte é a segunda região mais inovadora de Portugal, tendo registado progressos assinaláveis durante quase uma década. Contudo, mantêm-se ainda as principais debilidades estruturais do SRI em matéria de valorização económica dos recursos e de desequilíbrio territorial. A componente mais complexa e dinâmica da competitividade reside, assim, no funcionamento eficaz e eficiente de um SRI que promova a mudança estrutural da economia para ramos de atividade que criem mais valor nas diferentes fileiras. A inovação das empresas, a complexidade das suas atividades e o respetivo valor acrescentado são instrumentais nesse processo de mudança.

No quadro da política de inovação à escala regional, procedeu-se à revisão da estratégia regional de especialização inteligente do Norte para o período 2021-27 (S3NORTE2027), cuja boa governação constitui condição habilitadora para financiamento dos apoios de Investigação e Desenvolvimento (I&D), inovação e competitividade empresarial por parte do Programa Regional do Norte 2021-27 (NORTE2030). Esta estratégia passou a dispor dos seguintes domínios prioritários de aposta em matéria de políticas públicas de inovação: Criatividade, Moda e Habitats; Industrialização e Sistemas Avançados de Fabrico; Sistemas Agroambientais e Alimentação; Mobilidade Sustentável e Transição Energética; Ciências da Vida e Saúde; Ativos Territoriais e Serviços do Turismo; Recursos e Economia do Mar; Tecnologias, Estado, Economia e Sociedade.

A S3NORTE2027 visa três objetivos estratégicos: intensificação tecnológica da base produtiva regional, valorização dos ativos e recursos intensivos em território, e melhoria do posicionamento competitivo à escala global. Esta estratégia comporta, ainda, três objetivos transversais: acréscimo de qualificações da população, equidade vertical e horizontal no acesso a bens e serviços públicos de qualidade, e eficácia e eficiência do modelo de governação regional. É marcada por um contexto associado às transições digital e climático-energético-ambiental, as quais não são neutras do ponto de vista dos seus efeitos económicos, sociais e territoriais, produzindo e reproduzindo-se de forma diferente em contextos diversos. As oportunidades de uns correspondem a ameaças de outros, sendo certo que a preocupação central são sempre as pessoas, os seus contextos sociais e territoriais de vida e as suas aspirações e dignidade.

Neste contexto, a Estratégia e Modelo Territorial do PROT-NORTE salienta que o sistema económico deve ter em consideração o facto da região ter um importante peso na economia nacional, com contributos muito significativos para o VAB e internacionalização da economia portuguesa, sendo detentora de capital humano, institucional, organizacional, cultural e ambiental diversificado, com um potencial de valorização económica territorial. O modelo territorial deve também considerar que o Norte apresenta disparidades internas vincadas pelas assimetrias que resultam do perfil de atividades económicas predominantes em cada território, que faz emergir uma estrutura dual: os Territórios do Noroeste alargados, polarizados pela oferta de serviços de nível superior da AMP, e pelos serviços e indústria dum denso grupo de cidades médias, e os Territórios do Nordeste, dominado por atividades como a agricultura, silvicultura e alguma indústria da construção, apoiadas em serviços oferecidos por poucas cidades de média dimensão que, claramente, necessitam de reforçar a sua capacidade de estruturação do desenvolvimento social e do crescimento económico destes territórios.

É, assim, preconizado que as políticas para a região devem privilegiar o robustecimento de trajetórias económicas em curso (reforço da estratégia de especialização inteligente e dos *clusters* territoriais existentes), e a criação ou importação de novas trajetórias de desenvolvimento, atendendo sempre à diversidade de características sub-regionais que configuram o mosaico da região. Assim, a Estratégia e Modelo Territorial do PROT-NORTE definem, para o sistema económico, o desafio territorial “Um Norte mais próspero e inovador em todos os lugares” (D7). Para a concretização deste desafio foram definidas as seguintes OEBT: “OEBT 7.1.: Reforçar o sistema científico e tecnológico e aumentar a prestação inovadora da região”; “OEBT 7.2.: Valorizar o capital humano, gerar emprego de qualidade e aumentar a produtividade”; “OEBT 7.3.: Desenvolver um turismo sustentável e inclusivo”; “OEBT 7.4.: Impulsionar uma ruralidade de oportunidades”; e “OEBT 7.5.: Atribuir uma nova centralidade à floresta”.

Para a definição das medidas de política para o sistema económico, importa ter em consideração a três dimensões fundamentais do desenvolvimento regional consideradas na Estratégia e Modelo Territorial do PROT-NORTE, designadamente: (1) a competitividade territorial, remetendo para o desempenho económico da região e a sua capacidade de criar um ecossistema empresarial centrado na inovação e no aumento da produtividade; (2) a coesão territorial, remetendo para o equilíbrio entre os diversos territórios que compõem a região, a inclusão dos segmentos mais vulneráveis da população, e as sub-regiões mais desfavorecidas no processo de desenvolvimento e a justa distribuição de oportunidades e recursos; e (3) a atratividade territorial, remetendo para os atributos da região que contribuem para a fixação de pessoas, atividades e investimento, incluindo não apenas parâmetros estritamente económicos, como o emprego e os salários, como também os diversos fatores

ambientais e sociais que contribuem para a melhoria da qualidade de vida, dos serviços públicos à habitação, da mobilidade à dotação de espaços verdes.

Pelo facto de estas três dimensões se encontrarem fortemente relacionadas, uma abordagem do Modelo Territorial centrada na componente económica não deverá focar apenas a competitividade territorial, mas antes articular esta dimensão com os fatores mais determinantes para o reforço da coesão e da atratividade territoriais. A convergência entre estas três dimensões do desenvolvimento regional é observável através da leitura das duas OEBT mais diretamente relacionadas com o SRI do Norte, designadamente “OEBT 7.1.: Reforçar o sistema científico e tecnológico e aumentar a prestação inovadora da região”, e “OEBT 7.2.: Valorizar o capital humano, gerar emprego de qualidade e aumentar a produtividade”.

Devido à complexidade dos problemas envolvidos, não é possível uma correspondência direta entre uma dada OEBT e apenas uma das dimensões do desenvolvimento regional. O reforço do sistema científico e tecnológico pressupõe não apenas medidas de promoção da competitividade associadas à produção e transferência de tecnologia, à captação de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e à redução de custos de contexto, como também medidas destinadas a reforçar o equilíbrio dos benefícios dessas transformações, nomeadamente no plano territorial. Do mesmo modo, a valorização do capital humano pressupõe não apenas o reforço das qualificações como a criação de condições favoráveis à atração e fixação de profissionais qualificados.

No que respeita às medidas de política para o sistema económico, procurou-se identificar prioritariamente aquelas que são suscetíveis de financiamento no atual período de programação das políticas da União Europeia [2021-27], nomeadamente através do Acordo de Parceria [PORTUGAL 2030], estabelecido entre o Estado português e a Comissão Europeia, e respetivos Programas, incluindo o Programa Regional do Norte 2021-27 [NORTE 2030]. Os exemplos destas medidas de política e destas O&D encontram-se identificadas na tabela abaixo, bem como as respetivas correspondências com as OEBT e as escalas e redes.

OEBT	Escalas e redes	Medidas de Política e O&D
OEBT 7.1 - Reforçar o sistema científico e tecnológico e aumentar a prestação inovadora da região	Escala regional [NUTS II]	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver e reforçar as capacidades de investigação e de inovação e a adoção de tecnologias avançadas nos domínios prioritários da S3NORTE2027 e nas cadeias regionais, para a especialização inteligente, visando a criação de conhecimento científico e tecnológico, a transferência de conhecimento e tecnologia e valorização económica de conhecimento e tecnologia, em particular tirando partido do potencial científico, tecnológico e endógeno regional sobre o qual se possam desenvolver bens e serviços transacionáveis e competitivos à escala global, e promover transições verde e digital (por exemplo, através do desenvolvimento de tecnologias digitais, tecnologias limpas e biotecnologias). • Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo, através da promoção de cadeias de valor e redes colaborativas, concertação estratégica e coordenação de atores, dinamização do planeamento e programação integrada de investimentos, capacitação para a especialização inteligente e promoção de plataformas de inovação, governação e internacionalização. • Reforçar o crescimento sustentável, a competitividade, a internacionalização e a criação de emprego nas empresas, nos domínios prioritários da S3NORTE2027 e nas cadeias regionais para a especialização inteligente, incrementando o desenvolvimento de novos produtos e serviços de novos modelos de negócio e de organização empresarial em contexto de mercado aberto, nomeadamente em setores consolidados de base industrial (como, por exemplo, têxtil e o vestuário, calçado, madeira e mobiliário, automóvel, equipamentos e tecnologias de produção, etc.), e a construção, bem como em setores mais emergentes (como, por exemplo, tecnologias médicas, energias oceânicas, tecnologias do espaço, biotecnologia, etc.). • Melhorar as condições envolventes em matéria de competitividade que se materializem na disponibilização de bens coletivos ou públicos capazes de induzir efeitos de arrastamento na economia, visando o reforço da competitividade industrial, a internacionalização das empresas e a atração de IDE. • Valorizar, de forma sustentável, os recursos e a economia do mar, reforçando a competitividade das empresas na criação de valor e geração de emprego, promovendo as capacidades de

OEBT	Escala e redes	Medidas de Política e O&D
		investigação e de inovação, e a adoção de tecnologias avançadas, aumentando as qualificações das atividades relacionadas com o domínio do mar (como, por exemplo, energias oceânicas, biotecnologia azul e pesca, aquacultura e indústria do pescado), e preservando e promovendo a utilização sustentável dos recursos marinhos.
OEBT 7.1 - Reforçar o sistema científico e tecnológico e aumentar a prestação inovadora da região	Escala intermunicipal [NUTS III]	<ul style="list-style-type: none"> • Promover um SRI mais coeso territorialmente e capaz de responder aos desafios de valorização dos produtos e atividades regionais, através da dotação dos territórios mais desfavorecidos de entidades não empresariais do sistema de investigação e inovação com funções e perfis diferenciados para o apoio a atividades económicas com maior potencial de alargamento territorial da base económica de promoção da competitividade, nomeadamente em domínios prioritários, mais caracterizados por ativos e recursos intensivos em território, como os recursos naturais produtivos, patrimoniais, construídos e simbólicos tendencialmente inimitáveis e intransferíveis. • Promover o alargamento da base territorial de promoção da competitividade regional, reforçando o investimento empresarial em territórios de baixa densidade, apostando na valorização de recursos endógenos, promovendo a diversificação dos setores de atividade económica e aumentando a resiliência e a competitividade territorial, nomeadamente nos setores agroalimentares mais representativos na região (como a carne, os laticínios e o vinho, entre outros), do turismo, das indústrias de base florestal ou das atividades ligadas ao ciclo da água.
OEBT 7.2 - Valorizar o capital humano, gerar emprego de qualidade e aumentar a produtividade	Escala regional [NUTS II]	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança, através da inserção de recursos humanos qualificados nas empresas e nas instituições do sistema científico e tecnológico regional, como forma de densificação das interações, da colaboração e da difusão do conhecimento pelo SRI e, ainda, para acelerar a adaptação à transição digital e à transição. • Reforçar as competências e qualificações da população, na administração regional e local e nas empresas, que potenciem o desenvolvimento dos seus percursos profissionais, com enfoque na promoção das competências para os setores de atividade integrados nos domínios prioritários da estratégia regional de especialização inteligente, em particular os que se encontram sob ameaça no contexto de processos de globalização, de digitalização e de mudanças tecnológico-ambientais. • Fixar e atrair profissionais altamente qualificados, nomeadamente reforçando os fatores que direta ou indiretamente contribuem para a atratividade global do Norte incluindo, particularmente, o incremento das remunerações, o acesso à habitação acessível, o reforço da qualidade ambiental e a melhoria nos sistemas de mobilidade.

Fundamento da Medida	<p>Um fraco desempenho do parque edificado da região implica uma maior necessidade de aprovisionamento e, portanto, maior pressão sobre o território em termos de infraestruturas de produção e transporte. Além disso, sendo os edifícios o local onde os cidadãos passam a maior parte do tempo, o desempenho energético e o ambiente interior têm impacto na saúde e bem-estar da população, assim como nas perspetivas de variação futura do acesso aos serviços de energia.</p> <p>Estima-se que cerca de 75% das habitações da região têm baixa eficiência térmica e energética (incluídas na classe energética igual ou inferior a C). O diagnóstico revelou ainda que o problema é particularmente agudo na CIM de Terras de Trás-os-Montes, embora surjam também concelhos de particular ineficiência na AMP, nomeadamente Matosinhos e Gondomar. Estima-se que mais de metade da população da região vive, no Inverno, com temperaturas interiores inferiores ao recomendado em termos de bem-estar e de saúde. Também no Verão existem vulnerabilidades, pois existe uma crescente ameaça provocada pelas ondas de calor, que serão mais significativas nas CIM do interior. A fraca eficiência está relacionada com a necessidade de utilização de uma quantidade excessiva de energia pelos ocupantes dos edifícios, de forma a assegurar condições de conforto térmico, sobretudo no Inverno, o que implica custos que algumas famílias não poderão conseguir suportar.</p> <p>É, assim, urgente promover uma estratégia concertada, que combine a adoção de energias renováveis com a melhoria da suficiência e da eficiência energética, em particular no edificado, promovendo a acessibilidade e a resiliência, em condições compatíveis com os objetivos de descarbonização e as estratégias nacionais. Importa também dotar os edifícios de condições que garantam a sua contribuição para a eletrificação da mobilidade, nomeadamente através do carregamento doméstico com potências moderadas. É também necessário criar condições para a gestão descentralizada do Sistema Elétrico Nacional (SEN), através de processos de digitalização e ferramentas de gestão dinâmica da energia.</p>
Descrição da Medida	<p>Promover a produção distribuída [microprodução – unidades de produção para autoconsumo (UPAC) / comunidades de energia renovável (CER)], através da promoção da instalação de unidades de microprodução e mini-produção solar fotovoltaica, ou outra, para autoconsumo e comunidades energéticas renováveis, explorando coberturas de edifícios de uso residencial e de serviços, instalações fabris, parques de estacionamento, e/ou escolas, contribuindo para explorar, de forma equilibrada, os recursos energéticos naturais, adotando assim processos de democratização e o reforço da coesão territorial. Este domínio poderá beneficiar da intervenção local e regional, nomeadamente das agências locais de energia e dos municípios, com a formação e capacitação dos agentes locais, e na criação de mecanismos de apoio e sensibilização para estas temáticas.</p>
Objetivos operacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilizar e capacitar agentes locais e comunidades para a produção distribuída e o autoconsumo de energia elétrica de origem renovável. • Criar mecanismos de apoio financeiro para incentivar a instalação de unidades de microprodução e mini-produção solar fotovoltaica, ou outra, em edifícios residenciais, de serviços, industriais, parques de estacionamento e/ou escolas. • Estabelecer parcerias entre agências locais de energia, municípios e comunidades para a formação de comunidades energéticas renováveis, e promover a cooperação na produção e consumo de energia renovável.
Natureza das atividades	<p>Imaterial: Sensibilização e Formação. Material: Apoio ao investimento.</p>
Âmbito Territorial	<p>Regional.</p>
Promotor(es)/ Coordenador	<p>CCDR-Norte, IP, Consumidores individuais, instalações fabris, edifícios de serviços, Comunidades e Câmaras Municipais.</p>
Parceiro(s)	<p>EIM, Agências de Energia, LNEG, Instituições do Sistema Científico e Tecnológico.</p>

A manutenção de um bem articulado conjunto de serviços de mobilidade, transportes e logística, suportado numa adequada rede de infraestruturas, é essencial para a coesão territorial e determinante para a competitividade internacional da região Norte. O sistema de conectividades é reconhecido como pilar da estratégia de desenvolvimento regional, que alia o reforço do policentrismo à projeção internacional dos seus principais polos e infraestruturas de internacionalização, potenciando dessa forma uma rede alargada de cidades e centros urbanos estruturantes.

Sendo reconhecido que a região Norte tem vindo a dar passos importantes neste domínio podendo, sem dificuldade e em distintas latitudes ou dimensões, destacar-se um conjunto diversificado de infraestruturas e serviços de excelência, não poderão ser ignoradas algumas insuficiências que têm vindo a inibir um contributo mais significativo do sistema de conectividades para o reforço da competitividade internacional, para uma resposta cabal aos crescentes desafios da digitalização e da neutralidade carbónica, e para uma consistente redução das assimetrias intrarregionais.

A região Norte dispõe de uma localização privilegiada no quadro peninsular, âncora de uma faixa atlântica densamente povoada que se estende entre as penínsulas de Setúbal e da Corunha, articulando uma vasta rede de nós urbanos, infraestruturas portuárias e aeroportuárias e *clusters* empresariais. Neste contexto, as OEBT que este PE corporiza dão prioridade, no que diz respeito às principais infraestruturas de internacionalização, à eliminação de estrangulamentos que realcem a perifericidade regional no espaço europeu; que condicionem um posicionamento mais favorável da economia regional nas cadeias de valor globais; que adiem a sua plena inserção ibérica; ou que condicionem a sua crescente e sustentada projeção internacional.

Enquanto pilares desta linha de intervenção, dirigida às principais infraestruturas de internacionalização, são de destacar a concretização do corredor ferroviário de altas prestações entre o Porto e Valença/Vigo; a eliminação dos últimos constrangimentos de capacidade nas infraestruturas portuárias e aeroportuária, em resposta atempada às características de uma crescente procura global e no respeito por elevados padrões de sustentabilidade ambiental; e o reforço das suas acessibilidades rododotferroviárias e fluvial, enquanto contributo para o alargamento do *hinterland* ibérico destas infraestruturas de internacionalização.

No que à conectividade intrarregional diz respeito, as OEBT sinalizam a excessiva dependência do subsistema rodoviário, decorrente de importantes investimentos que asseguraram uma hoje internacionalmente reconhecida competitividade, em termos de boa cobertura territorial e populacional, e de adequado estado de conservação. Este desempenho de excelência coexiste, ainda assim, nomeadamente ao nível da intermediação regional, entre essa rede rodoviária de elevada capacidade e as redes municipais, com algumas carências e evidentes oportunidades de melhoria, as quais não serão alheias a um reiterado adiamento da adoção do princípio de subsidiariedade na gestão da rede rodoviária.

Pese embora a reiterada pertinência de uma orientação alinhada com a génese do PRN2000, ao longo de décadas, não tem sido possível concretizá-la e, mais recentemente, revelou-se também insuficiente o modelo equacionado no quadro de um ambicioso processo de descentralização administrativa. Ainda assim, este PE foca-se na identificação dessas oportunidades de melhoria na infraestrutura rodoviária de intermediação regional, enquadrando-as num mais amplo processo de descarbonização e redução de externalidades negativas da mobilidade regional, e priorizando a acessibilidade a polos relevantes de atividade económica ou equipamentos de hierarquia superior; o atravessamento de centros urbanos, eliminando situações de congestionamento, elevada sinistralidade e impacto no ambiente urbano; a concretização de ligações em falta no quadro do PRN2000; e a acessibilidade a territórios desprovidos de adequados limiares de acessibilidade, beneficiando dessa forma a sua integração transfronteiriça e a organização da oferta pública de serviços de interesses geral.

As OEBT sinalizam, ainda, que a promoção de uma mobilidade equitativa e descarbonizada, contributo fundamental para os objetivos climáticos assenta, em larga medida, numa reorganização e reforço da oferta de serviços de transporte público de passageiros que promova o reequilíbrio modal, com a transferência do transporte individual para modos mais sustentáveis e, paralelamente, numa atuação pública que induza o reforço de maturidade e da procura no mercado de serviços logísticos e de transporte de mercadorias.

No caso da mobilidade, decorre ainda um longo período de ajustamento subsequente à entrada em vigor do novo regime jurídico do serviço público do transporte de passageiros (2015), o qual resultou na atribuição, às entidades intermunicipais e aos Municípios, do estatuto de autoridade de transportes, com responsabilidade pela definição da oferta pública e de eventuais obrigações de serviço público (OSP) nos respetivos territórios. Reconhecendo as OEBT que o modelo em vigor é particularmente vulnerável na resposta aos desafios da mobilidade extra-NUTS III, onde a oferta pública convive com a oferta de serviços exposto em mercado liberalizado, este PE sinaliza uma intervenção pública regional que concilie o reforço da oferta multimodal de serviços públicos de transporte com a organização de uma rede multimodal e integrada de interfaces de transporte de acesso público, transparente e equitativo.

Por outro lado, reconhecendo os modestos indicadores de disseminação territorial de anteriores iniciativas de promoção pública, como o “Programa Portugal Logístico” ou a “Janela Única Logística”, o presente PE aponta para a dinamização de uma intervenção regional, concertada entre agentes da cadeia de valor, visando a consolidação de uma rede integrada de plataformas e serviços logísticos multimodais que priorizem a descarbonização das operações e a materialização de corredores de elevado desempenho logístico, na ligação entre os principais centros de produção e destinos de exportação da região Norte.

Tendo presente a intensificação dos processos de urbanização e que, neste contexto, também a nível regional, as áreas urbanas têm vindo a atrair um número crescente de pessoas e atividades económicas e sociais, as OEBT sinalizam que será aí onde se manifesta, de forma mais aguda, a urgência de uma transição climática e digital, justa e inclusiva. Este PE prioriza, assim, a consensualização e a adoção de um virtuoso conjunto de medidas de gestão da mobilidade urbana, orientado para a competitividade e a melhoria do ambiente urbano, que convoque a ação articulada dos distintos atores.

A atuação pública, essencialmente de escala municipal, passará necessariamente por um reforço do planeamento e da regulação do uso do espaço público, que alie a promoção da hierarquização viária à organização de espaços de coexistência modal; a garantia de acesso, em conforto e segurança, aos utilizadores mais vulneráveis à inovação e diversificação das soluções de mobilidade; a promoção de uma mobilidade ativa à promoção do uso de modos e de veículos mais eficientes; a materialização de corredores dedicados ao transporte público à melhoria da gestão do estacionamento e da circulação; a regulação e promoção da eficiência da micrologística urbana à reestruturação multimodal da oferta de transportes públicos.

Recorda-se que, para o sistema de conectividades, o PROT-NORTE define como desafio territorial “Um Norte mais conectado, acessível, digital e descarbonizado” (D8). A resposta a este desafio é traduzida num conjunto de OEBT que, para as infraestruturas e serviços de mobilidade, transportes e logística, se traduzem designadamente em: “OEBT 8.2.: Reforçar as infraestruturas para a internacionalização”; “OEBT 8.5.: Organizar e gerir uma rede rodoviária regional de intermediação entre a rede nacional e as redes municipais”; “OEBT 8.3.: Organizar redes e serviços de transportes coletivos rodoviários adequados aos modelos de ocupação territorial”; e “OEBT 8.4.: Diminuir dependência dos cidadãos do transporte individual motorizado nas deslocações de proximidade e nas ligações interurbanas”. Na tabela abaixo apresentam-se as propostas de medidas de política e de O&D para estas OEBT do sistema de conectividades:

OEBT	Escala e redes	Medidas de Política e O&D
OEBT 8.2 - Reforçar as infraestruturas para a internacionalização	Escala regional [NUTS II]	<ul style="list-style-type: none"> • Concluir a estruturação do corredor ferroviário de altas prestações da fachada atlântica ibérica, não apenas viabilizando ligações sustentáveis entre as principais cidades regionais, mas assegurando a ligação destas aos principais nós intermodais de conectividade internacional e às principais regiões parceiras, nomeadamente as regiões ibéricas vizinhas, o centro peninsular e o centro da Europa. • Garantir que o desenvolvimento do sistema portuário regional acompanha as alterações estruturais em curso no mercado marítimo-portuário global, nomeadamente o aumento do calado dos navios, a redução de escalas portuárias, a contentorização da carga, a fragmentação digital dos fluxos e uma acelerada transição dupla que convoca os portos, enquanto <i>hubs</i>, nos processos de digitalização e de valorização das energias oceânicas. • Garantir uma capacidade de resposta adequada ao continuado crescimento da procura por serviços aeroportuários - inerente a uma economia aberta ao exterior, pautada por uma crescente procura de serviços turísticos e um alargamento da diáspora -, e um reforço da conectividade aérea do Norte, num quadro de cumprimento de exigentes objetivos de transição energética e digital. • Reforçar a competitividade da via navegável do Douro, no contexto da qualificação da oferta regional de produtos turísticos endógenos, e visando o alargamento da disponibilidade da solução fluvial para o transporte de mercadorias, potenciando desta forma o seu reconhecimento como infraestrutura nuclear da Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T).
OEBT 8.5 - Organizar e gerir uma rede rodoviária regional de intermediação entre a rede nacional e as redes municipais	Escala regional [NUTS II]	<ul style="list-style-type: none"> • Eliminar estrangulamentos no atravessamento de centros urbanos regionais, contribuindo para a melhoria da segurança e a redução do congestionamento rodoviários, bem como a melhoria do ambiente, da qualidade do ar e do ruído urbanos. • Garantir um adequado nível de acessibilidade aos equipamentos regionais de hierarquia superior, como sejam áreas empresariais consolidadas, parques de ciência e tecnologia, polos de ensino superior ou rede hospitalar, reforçando desta forma a competitividade e coesão territoriais. • Completar algumas ligações ainda em falta, pese embora o elevado nível de execução do PRN2000, que persistem ainda, quer ao nível da rede nacional complementar, quer a um nível regional, na intermediação entre essa rede e as redes municipais ou na integração transfronteiriça dos territórios raianos. A concretização destas ligações reforça a competitividade e coesão territoriais e contribui para a organização da oferta pública de serviços de interesses geral. • Ampliar a rede de fornecimento de combustíveis alternativos de suporte ao nível de intermediação regional, e promover o tratamento de pontos de acumulação de acidentes, contribuindo dessa forma para os objetivos de transição climática e redução das externalidades da mobilidade regional, cuja matriz assenta ainda, excessivamente, no modo rodoviário.
OEBT 8.3 - Organizar redes e serviços de transportes coletivos rodoviários adequados aos modelos de ocupação territorial	Escala regional [NUTS II]	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o reequilíbrio modal intrarregional, com particular orientação para a organização das deslocações regionais supra NUTS III e transfronteiriças, através do reforço da oferta multimodal de serviços públicos de transporte, e da oferta integrada de uma rede multimodal de Interfaces de Transporte de acesso público, transparente e equitativo. • Estruturar uma rede regional de plataformas e serviços logísticos que potencie as vantagens geoestratégicas das infraestruturas portuárias regionais, promova a multimodalidade e a descarbonização do transporte de mercadorias, e permita consolidar os corredores logísticos de ligação entre os principais centros de produção e destinos de exportação do Norte.

OEBT	Escala e redes	Medidas de Política e O&D
OEBT 8.4 - Diminuir dependência dos cidadãos do transporte individual motorizado nas deslocações de proximidade e nas ligações interurbanas	Escala intermunicipal [NUTS III]	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar e descarbonizar a oferta intermunicipal de serviços públicos de transporte, através do reforço e integração de soluções de base ferroviária, ligeira ou pesada; do reforço e melhoria do desempenho ambiental das frotas em serviço rodoviário; da expansão /redimensionamento das operações; da materialização de corredores viários dirigidos /dedicados ao serviço público de transporte de elevada capacidade. • Alargar a adoção de soluções flexíveis de mobilidade na oferta de serviços públicos de transporte de passageiros, especialmente em zonas de baixa densidade e em períodos de baixa procura, permitindo melhor adequar a oferta, e manter ou alargar a cobertura e o leque de serviços de mobilidade implementados. • Adaptar e gerir o espaço público urbano e as suas infraestruturas viárias, visando o reforço da mobilidade ativa quotidiana, melhorando as condições de atratividade, conforto e segurança dos arruamentos urbanos, e a sua articulação com a oferta de serviços públicos de transporte. • Criar as condições de natureza infraestrutural, institucional e regulamentar para o reforço da competitividade e da sustentabilidade das operações de micrologística urbana, nomeadamente a adaptação das infraestruturas viárias e a criação de centros de des/consolidação das operações; o reforço da cooperação entre atores, a criação de plataformas de partilha de dados e o fomento da economia de partilha; a regulamentação do acesso, circulação, estacionamento e uso do espaço público urbano e do acesso à própria atividade.

Fundamento da Medida	<p>O crescimento da oferta de produção de eletricidade associada à variabilidade temporal dos recursos energéticos renováveis e às dificuldades de escoamento da produção de eletricidade requerem, por um lado, a aposta na criação de capacidade de armazenamento de energia, para acomodar as variações da oferta e, por outro, o reforço das infraestruturas das redes de transporte e de distribuição de eletricidade. Para dar resposta a este problema é necessário aumentar a capacidade de armazenamento de energia na região Norte, por forma a ser possível armazenar a energia elétrica nas horas de maior abundância da oferta para consumo futuro.</p> <p>A falta de capacidade de receção de potência por parte das redes elétricas é hoje uma das restrições mais críticas para o crescimento da produção de origem renovável, pelo que importa redesenhar soluções técnicas e definir políticas públicas que conduzam à expansão e reforço das redes elétricas.</p>
Descrição da Medida	<p>Desenvolver soluções de armazenamento de energia, através do retrofit de centrais hídricas convencionais para hídricas reversíveis, e construção de uma central hídrica de bombagem pura (Carvão-Ribeira, no rio Távora). Atualmente, existem na região Norte 27 centrais hídricas, que representam 32 aproveitamentos, dos quais apenas 11 têm reversibilidade.</p> <p>A capacidade de armazenamento nos aproveitamentos com reversibilidade ronda os 1482 hm³, enquanto a capacidade de armazenamento nos aproveitamentos sem reversibilidade (simples) ronda os 900 hm³ portanto, ao fazer um <i>retrofit</i> destes aproveitamentos, será possível melhorar significativamente a forma de exploração do armazenamento de energia na região. É exemplo de <i>retrofit</i> de centrais hidroelétricas o Alto-Lindoso, no rio Lima: é possível desenvolver uma solução de reversibilidade, operando com a albufeira do Touvedo, a jusante, como reservatório inferior.</p> <p>A instalação de sistemas de armazenamento eletroquímico em pontos estratégicos da rede elétrica permitirá ultrapassar restrições de rede que limitam a integração de produção elétrica de origem renovável.</p> <p>O aumento desta capacidade de gestão do armazenamento irá ainda permitir gerir a variabilidade dos recursos eólico e solar fotovoltaico face à evolução da procura.</p> <p>Reforçar as redes de distribuição e transmissão de eletricidade, através de novas linhas áreas e novas subestações, para permitir escoar a produção de eletricidade até aos consumidores finais para entrega ao SEN. As redes de distribuição devem ser expandidas e reforçadas de forma a apresentarem capilaridade e capacidade para veicular volumes crescentes de energia elétrica, e devem adotar soluções de monitorização, gestão e controlo avançadas para permitir gerir a complexidade crescente de um sistema com milhares de novos pontos de injeção de potência. As redes de transporte necessitam, por sua vez, de ser expandidas e reforçadas, para veicular volumes crescentes de produção de base renovável e satisfazer a crescente procura de eletricidade, devendo ser geridas com critérios de gestão dinâmica e flexível de maneira a acomodar, de forma eficiente, a produção de eletricidade renovável, variável no tempo.</p> <p>Reforçar a rede de transmissão em terra para ligação a uma futura infraestrutura de rede elétrica <i>off-shore</i>, em muito alta tensão AC (corrente alternada), e/ou muito alta tensão DC (corrente contínua) (HVDC – sistemas de corrente contínua em alta tensão), através de novos corredores e linhas em HVAC ou HVDC. Tal resulta do elevado potencial eólico <i>offshore</i> da região Norte que, se explorado intensivamente, irá criar uma sobrecarga na atual infraestrutura de transporte de energia elétrica, exigindo o reforço significativo das redes atuais. Em alternativa, pode ser considerado um coletor submarino em HVDC, solução que irá eliminar os impactes ambientais das soluções convencionais, como as linhas de transporte de muito alta tensão (MAT).</p>
Objetivos operacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Estudar o <i>retrofit</i> de centrais hídricas convencionais na região Norte para torná-las reversíveis, melhorando a sua utilização no armazenamento de energia de origem renovável e a sua produtividade. • Estudar e construir uma nova central hídrica de bombagem pura, caso de Carvão-Ribeira, no rio Távora, para permitir o armazenamento de energia de origem renovável excedente, e a sua posterior produção durante os períodos de maior procura.

	<ul style="list-style-type: none"> • Estudar o interesse técnico e económico em utilizar sistemas de armazenamento eletroquímico, a instalar em pontos estratégicos da rede elétrica de transporte e de distribuição. • Desenvolver e instalar sistemas de gestão do armazenamento de energia para minimização de cortes de produção de energia renovável, tomando em consideração restrições de rede e participação em mercados de eletricidade. • Expandir e reforçar as redes de distribuição de eletricidade, incorporando soluções avançadas de monitorização e controlo para uma gestão dinâmica e flexível, para assim lidar com o aumento da produção de eletricidade de origem renovável e o aumento da procura associada, por exemplo, à mobilidade elétrica. • Expandir e reforçar as redes de transmissão de eletricidade, para acomodar o crescimento da produção de energia renovável e atender à crescente demanda por eletricidade, adotando uma gestão dinâmica e flexível que permita uma maior integração de fontes de energia renovável variáveis com o tempo. • Reforçar a rede elétrica de transmissão em muito alta tensão em AC (ou HVDC) para acomodar a produção <i>offshore</i> e aproveitar o potencial eólico <i>offshore</i> na região Norte, minimizando impactes ambientais.
Natureza das atividades	Imateriais: Estudos e Licenças; Materiais: Apoio ao investimento nas instalações de armazenamento de energia. Investimento em funcionalidades avançadas para gestão das redes. Investimento em novas infraestruturas de rede elétricas (linhas e subestações).
Âmbito Territorial	Regional.
Promotor(es)/ Coordenador	Governo de Portugal, CCDR-Norte, IP, Empresas produtoras de eletricidade e Operadores das redes transmissão e distribuição.
Parceiro(s)	Instituições do Sistema Científico e Tecnológico, Universidades, DGEG, Consultores.

<p>Fundamento das Medidas</p>	<p>A região Norte, sendo uma das mais industrializadas do País, tem liderado a estratégia para o alcance da Neutralidade Carbónica até 2050 (garantindo que as emissões remanescentes de GEE, a partir desse ano, sejam totalmente compensadas com equivalente sequestro de carbono), e o cumprimento das metas de emissão definidos para 2030, consubstanciadas na Estratégia de Desenvolvimento do Norte para o Período de Programação 2021-27 das Políticas da União Europeia.</p> <p>Enquanto a diminuição das emissões é matéria do novo paradigma da economia descarbonizada ao nível das empresas, dos transportes e dos privados, já o aumento do sequestro de carbono é essencialmente um processo relativo ao solo e às formas como este é gerido, através da economia da sua ocupação, agrícola, florestal ou outra, conquanto o solo e a biomassa possam maximizar esse mesmo sequestro.</p> <p>A sua implantação no território, conjuntamente com a proteção da água e da biodiversidade, e a sua integração com os sistemas social, urbano, económico e natural, é determinante para o sucesso do cumprimento das metas, mas também para transformar este objetivo numa oportunidade de transferência de valor, entre os territórios mais industrializados e emissores e os territórios predominantemente rurais, nos quais a adequada gestão dos ecossistemas permitirá, ao Norte, ter um papel ativo na mitigação das alterações climáticas, e ao mesmo tempo reforçar a coesão territorial.</p> <p>A análise integrada entre emissões líquidas de GEE e <i>stocks</i> de carbono permitiu delinear três perfis territoriais homogéneos do ponto de vista do fator distintivo da neutralidade carbónica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Território de emissões elevadas de GEE com <i>stocks</i> baixos de carbono: T1 – Territórios do Noroeste, característicos do litoral antropizado da região, onde estão os grandes aglomerados urbanos da AMP, Braga e Guimarães, a maioria das indústrias transformadoras e a agricultura intensiva; • Território com emissões baixas de GEE e <i>stocks</i> de carbono elevados: T2 – Territórios Centrais, compostos pelas áreas de montanhas centrais da região Norte, onde estão os maiores <i>stocks</i> de carbono no solo da região e que carecem de proteção. Este território é ocupado por sistemas agro-silvopastoris de floresta diversa, matos e pastagens naturais, parcialmente integradas nas ASRF, maioritariamente baldios; • Território com emissões baixas de GEE e <i>stocks</i> de carbono baixos: T3 – Territórios do Nordeste, que constitui o planalto do Nordeste Transmontano, área com elevado risco de desertificação e com muito baixos <i>stocks</i> de carbono no solo. Este território é composto, essencialmente, por áreas com ocupação por sistemas de agricultura das principais bacias de produção do Norte, de culturas permanentes, nomeadamente vinha, olival, amendoal e soutos, pomares diversos, manchas de carvalhos, sobreiros e azinheiras mas, em grande parte, por matos.
<p>Descrição das Medidas</p>	<p>O cumprimento dos objetivos de neutralidade carbónica na região Norte em 2050 (garantido o cumprimento de 55% de emissões de GEE abaixo dos níveis 1990 em 2030 e 90% em 2040), passa pela implementação de medidas diferenciadas em cada um dos territórios homogéneos, nomeadamente:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) T1 e áreas urbanas de T2 e T3, com medidas que diminuam as emissões de GEE – mitigação (M1); b) T2, com medidas de proteção dos <i>stocks</i> de carbono no solo, evitando a sua libertação através de fenómenos de degradação ou da ocorrência de incêndios rurais, concorrendo para a proteção da água e biodiversidade, bem como o modo de vida das populações e produtos agroflorestais de elevado valor, em particular as produções animais – proteção de stocks (M2); c) T3, com medidas que aumentem a concentração e fixação de carbono no solo, garantindo com elas a proteção dos recursos hídricos da região e os produtos agroflorestais das bacias de produção e de elevado valor agregado – DOP e IGP – sequestro (M3); d) T1, T2 e T3, através do fomento de indústrias que promovam a captura e armazenamento permanente do carbono – sequestro (M4).

Estas medidas de intervenção terão de ser suportadas por uma medida integrada e transversal de medição de impacto, para garantia do ganho marginal de carbono decorrente da sua adoção.

Assim, como medida de base estruturante está a **Conceção e implementação um sistema de medição e monitorização do carbono, completo e transparente, associado à implementação de projetos de aumento e/ou manutenção efetiva dos stocks, principalmente os associados ao carbono orgânico do solo – Observatório de Carbono (M0).**

Todas as medidas têm de originar um ganho adicional e permanente de carbono em relação ao que tem ocorrido historicamente na região Norte. É ainda necessário que, para cada um destes projetos, seja garantido o máximo de permanência do impacto demonstrando, adicionalmente, o seu impacto ambiental e social, bem como o seu suporte numa base institucional forte.

Este ganho adicional relacionado com o caminho para a Neutralidade Carbónica terá de ser monitorizado em relação aos seus co-benefícios, nomeadamente em relação à proteção e incremento da disponibilidade de água e aumento da biodiversidade dos ecossistemas naturais da região, daí a sua ligação aos objetivos e medidas detalhadas no âmbito do Sistema Natural.

Estes territórios devem contribuir para neutralizar as emissões dentro das suas fronteiras. Assim, devem ser desenvolvidos mecanismos de valorização da neutralidade carbónica regional, através de projetos de sequestro ou proteção dos *stocks*. Um mecanismo de aquisição preferencial e valorização das unidades de compensação dentro da região Norte será a base para a implementação dum mercado regional de carbono, promovendo a transferência de valor, pelo pagamento deste serviço ecossistémico, contribuindo para a coesão territorial e a transferência de rendimento dentro da região (M5).

A região Norte, para além da sua elevada industrialização, é uma região com características únicas, mas diversas, de solos e clima possuindo, assim, condições de impacto que não podem ser estimadas pela aplicação de regras gerais, nem adaptadas doutras regiões diferentes.

Mesmo dentro da região Norte os territórios são suficientemente heterogéneos para necessitar de conhecimento localizado associado aos temas acima referidos.

Além disso, para atingir a neutralidade carbónica, serão asseguradas 2 fases:

1. Fase de diminuição de emissões de GEE, onde a prioridade é diminuir o impacto das atividades humanas, e que é focada nas medidas e objetivos do território homogéneo T1 – prioritário até 2040;
2. Fase de compensação, onde as emissões remanescentes das atividades humanas serão compensadas por unidades de carbono sequestradas, dando origem a entidades neutras do ponto de vista das suas emissões de GEE – prioridade após 2040 e críticas após 2050, e focada nos territórios T2 e T3.

Assim, como elemento prioritário, a medida M1, de mitigação das emissões, será constituída por um conjunto de políticas públicas associadas ao incentivo à transição energética, eficiência industrial no uso de carbono e na gestão de resíduos que garanta o cumprimento do *European Green Deal* e o Programa *Fit For 55*.

Neste sentido, deverá ser enquadrada, também de forma prioritária, a primeira fase das medidas M2 e M3, de incidência territorial, e M4, de base industrial, criando projetos pilotos e campos experimentais de implementação de modelos integrados de proteção de *stocks* e sequestro de carbono, juntando no mesmo projeto: (1) técnicas de valorização de resíduos urbanos e agroflorestais para conversão em carbono inerte para armazenamento no solo; (2) técnicas de produção agrícola regenerativa e, (3) técnicas de proteção dos solos e de restauro ecossistémicos de áreas degradadas ou de conversão de áreas de matos, sempre que possível, para sistemas florestais ou de integração nos diferentes sistemas agro-silvopastoris existentes.

Estes projetos integrados incidirão sobre os territórios T2 (onde deverá ser criado um projeto piloto associado ao Parque Nacional da Peneda-Gerês – PNPG, aproveitando a biomassa de resíduos urbanos – sólidos e líquidos –, gerada nas regiões antropizadas do entorno e a biomassa florestal, proveniente da gestão de matos para combate a incêndios, gestão de espécies invasoras e resíduos agrícolas das indústrias do entorno do PNPG), e T3 (onde deverá ser criado um projeto-piloto duplo, integrado, associado à produção de vinho da Região Demarcada do Vinho do Porto e Douro e à região de produção de azeite em Trás-os-Montes, aproveitando estes resíduos de forma prioritária para a sua valorização).

	<p>Para criar conhecimento sobre o impacto na proteção de <i>stocks</i> e sequestro de carbono, os projetos-piloto e campos experimentais deverão ser implementados em conjunto com a medida M0, medida esta que será a base de demonstração de medição dos impactos dos projetos, bem como da sua eficiência como ferramenta ao combate às alterações climáticas. Com este conhecimento será possível, numa segunda fase, expandir a implementação dos projetos de proteção de <i>stocks</i> associados ao território T2 e de sequestro associados ao território T3, garantindo os efeitos desejados dos mesmos na neutralidade carbónica da região Norte a partir de 2050.</p> <p>Será nesta fase posterior que se iniciará a implementação da medida M5, criando um movimento de valorização dos mecanismos de compensação do carbono adicional gerados na região Norte para neutralidade das organizações desta região, ou até como referência noutras regiões e noutros países. Para tal, será fundamental associar os campos experimentais e projetos-piloto a outras iniciativas semelhantes, a serem desenvolvidas a nível nacional e internacional.</p>
Objetivos operacionais	<p>As presentes medidas pretendem dar resposta às OEBT 4.1, 4.2 e 4.3, direcionadas cada uma ao correspondente território homogéneo do ponto de vista da gestão das emissões de GEE e gestão dos <i>stocks</i> de carbono. Para garantir o seu impacto, deverão ser atingidos os seguintes objetivos operacionais, associados a cada uma das medidas propostas. Assim:</p> <ol style="list-style-type: none"> Objetivos operacionais associados a M0: <ol style="list-style-type: none"> Criar o Observatório de Carbono do Norte, dedicado ao desenvolvimento de tecnologias e técnicas de monitorização do impacto marginal de carbono decorrente da implementação das medidas M1, M2, M3 e M4. Este observatório, além do desenvolvimento de técnicas de quantificação (identificação e quantificação do cenário histórico, modelação de projeto de impacto e quantificação do efetivo impacto na sua implementação), deve incluir a capacidade tecnológica e metodológica para quantificar também a monitorização da permanência do carbono sequestrado ou protegido, a adicionalidade do projeto e os seus co-benefícios, ao nível da proteção dos recursos hídricos, da melhoria da disponibilidade destes recursos e da melhoria dos indicadores de biodiversidade dos ecossistemas onde é implementado o projeto – 00.0.1; Criar a Rede de Campos Experimentais, onde possam ser testadas técnicas e tecnologias de medição de impacto das medidas nas condições edafoclimáticas e de produção da região Norte – 00.0.2; Integrar os campos experimentais e Observatório numa Rede Internacional, para avaliação comparativa dos resultados da aplicação de técnicas, metodologias e tecnologias de medição direta, indireta e estimativa de sequestro ou proteção de <i>stocks</i> de carbono – 00.0.3. Objetivos operacionais associados a M1 garantindo, além da mitigação das emissões de GEE, uma economia competitiva, circular, resiliente e neutra em carbono: <ol style="list-style-type: none"> Diminuir a emissão de GEE associados ao consumo energético, aos transportes, à indústria e processos indústrias e à agricultura intensiva – 00.1.1; Aumentar a eficiência energética dos edifícios residenciais e de serviços – 00.1.2; Promover a gestão eficiente dos resíduos e águas residuais – 00.1.3; Proteger as áreas florestais periurbanas remanescentes, e implementar áreas florestadas urbanas e arborização de ruas, caminhos e praças – 00.1.4. Objetivos operacionais associados a M2, M3 e M4 garantindo, além da proteção dos <i>stocks</i> de carbono, a proteção dos recursos hídricos e da biodiversidade: <ol style="list-style-type: none"> Implementar tecnologias de transformação de resíduos agroflorestais (valorização de biomassa, diminuição de carga térmica dos povoamentos e diminuição de risco de incêndios rurais, bem como combate à disseminação de espécies invasoras), e urbanos (ligação ao 00.1.3), em bioenergia e carbono para sequestro ou armazenamento permanente – 00.2.1;

	<ul style="list-style-type: none"> b. Assegurar a gestão das áreas de pastagens para garantir o permanente coberto vegetal, mantendo as atividades de produção agrícola e pecuária extensiva, tradicionais deste território – 00.2.2; c. Reconverter as áreas de matos, sempre que ambientalmente compatível e economicamente viável, para áreas florestadas ou sistemas agro-silvopastoris – 00.2.3. <p>4. Objetivos operacionais associados a M5:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Implementar um sistema de valorização de balanço líquido de carbono de sequestro e proteção de <i>stocks</i>, para uso na compensação de emissões de entidades na região Norte, no seu caminho para a neutralidade carbónica – 00.3.1; b. Criar um selo de carbono de compensação regional com base na acreditação de sistemas de impacto desenvolvidos pelo Observatório de Carbono, e de acordo com as regras europeias de sequestro de carbono – 00.3.2.
Natureza das atividades	Ações materiais e imateriais de diferente tipologia.
Âmbito Territorial	Regional.
Promotor(es)/ Coordenador	CCDR-Norte, IP, privados na componente industrial, organizações de produtores agrícolas ou florestais; entidades gestoras de resíduos; Entidades gestoras de baldios.
Parceiro(s)	Proprietários e outros gestores do território objeto de intervenção; Instituições do Sistema Científico e Tecnológico, Universidades e Consultores.

<p>Fundamento da Medida</p>	<p>Os processos de planeamento e de gestão territorial são hoje inequacionáveis sem a garantia de acesso a dados geográficos digitais (de Sistemas de Informação Geográfica – SIG), de base e temáticos, com o detalhe e a atualização indispensáveis. Apesar da atual ubiquidade da tecnologia, acontece ainda, com frequência, informação territorial, crucial para múltiplas ações e múltiplos procedimentos, não estar disponível para as pessoas ou entidades que efetivamente dela mais necessitam, por manifesta impossibilidade de acesso, por ser disponibilizada ao abrigo de licenças de uso excessivamente restritivas, por não ter a qualidade necessária, por não se encontrar atualizada ou, ainda, por não ter sido recolhida e mantida no nível de detalhe e atualização necessários.</p> <p>Estas dificuldades e limitações acontecem apesar da existência de obrigações legais na disponibilização de dados abertos, como as que decorrem da Diretiva 2007/2/EC do Parlamento Europeu (Diretiva INSPIRE), ou do Regulamento de Execução (UE) 2023/138 da CE (Dados de Elevado Valor). Importa, assim, disponibilizar, no âmbito regional de jurisdição da CCDR-Norte, IP, uma infraestrutura de dados espaciais (IDE-Norte) que promova não somente a disponibilização de uma plataforma (<i>hardware, software, comunicações</i>), que facilite o acesso aos dados e a metodologias de análise espacial (indispensáveis para suportar o planeamento e a gestão territoriais na região) mas que possa, também, refletir um modelo de governança de acesso, de produção, de atualização e de disponibilização de dados SIG, que garanta partilha de dados da forma mais aberta e mais interoperável possível, potenciando o desenvolvimento de outras plataformas SIG e de <i>gémeo digital</i> da região.</p> <p>A existência de um IDE-Norte em pleno e profícuo uso poderá, futuramente, potenciar novas formas de articulação entre as diversas escalas do planeamento territorial como, por exemplo, permitir que delimitações de SRUP, que hoje se espacializam à escala municipal / local, possam ser delimitadas, primeiramente, a uma escala menor (seguindo lógicas de continuidade regional) e, depois, serem melhor detalhadas ou vertidas para a escala local.</p>
<p>Descrição da Medida</p>	<p>Promover o desenvolvimento da plataforma IDE-Norte da CCDR-Norte, IP, garantindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • o suprimento de todas as necessidades indispensáveis em meios de Tecnologias de Informação (TI) – <i>hardware, software</i> de base, comunicações; • a estruturação dos dados a disponibilizar seguindo padrões reconhecidos como o da já referida Diretiva INSPIRE; • a disponibilização de serviços em linha de padrão aberto <i>Open Geospatial Consortium</i> (OGC), garante de interoperabilidade com todo o tipo de SIG externos; • o desenvolvimento de múltiplas funcionalidades de análise espacial (nomeadamente sob a forma de procedimentos automatizados), executáveis por utentes internos e externos à CCDR-Norte, IP; • a implementação de modelos de versionamento de dados e de gestão na componente temporal que contrariem a tendência frequente dos SIG públicos em apenas expor conjuntos de dados de um único momento; • o estabelecimento de um modelo de partilha com múltiplas entidades – públicas e particulares, da administração central e local –, que permita a incorporação de conteúdos dessas entidades, para uso interno à CCDR-Norte, IP e/ou para redistribuição ao público, consoante sejam cedidos em regime de licenciamento fechado ou aberto; • a possibilidade da disponibilização de temas regionalmente agregados, no âmbito de temáticas SIG que sejam correntemente desenhadas ao nível municipal ou intermunicipal; • a permanente atualização e controle de qualidade da informação disponibilizada; • a evolução para a disponibilização e processamento de dados em 3D, nomeadamente na forma de “nuvem de pontos” (ex.: recolhas com tecnologia LIDAR).
<p>Objetivos operacionais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o fácil acesso a dados SIG da região, confirmando a CCDR-Norte, IP como o fornecedor de referência dos mesmos, mesmo para dados cuja manutenção não seja da sua responsabilidade.

	<ul style="list-style-type: none"> • Suportar algumas das funcionalidades do futuro Portal de Serviços da CCDR-Norte, IP, nomeadamente em tudo que tenha a ver com procedimentos de licenciamento ou consulta envolvendo este IP, contribuindo para a sua agilização. • Facilitar a consulta e promover o uso fácil dos dados SIG dos planos regionais. • Promover e democratizar o uso de metodologias de análise espacial por todo o tipo de agentes externos. • Promover o recurso aos temas SIG e às metodologias e funcionalidades disponibilizadas por municípios com menores recursos nesta área, ou a atravessar dificuldades de financiamento da sua área SIG. • Disponibilizar “pacotes” <i>websig</i> previamente preparados, em regime de licenciamento aberto de <i>software</i> e de dados, destinados ao estabelecimento de <i>websig</i> próprios por entidades sem fins lucrativos ou por autarquias em dificuldade financeira.
Natureza das atividades	Processos de desenvolvimento informático, de estruturação de dados, de parametrização e disponibilização de serviços de dados em linha, estabelecimento de regimes protocolares de partilha de dados com diversas entidades produtoras e consumidoras de dados SIG, desenvolvimento de ações de divulgação pública, promoção de eventos de partilha (do tipo <i>code sprint</i> , <i>oficina de dados abertos</i> , etc.), com vista à promoção do uso generalizado das capacidades do IDE-Norte na região por múltiplos tipos de público-alvo.
Âmbito Territorial	Regional.
Promotor(es)/ Coordenador	CCDR-Norte, IP.
Parceiro(s)	Diversas entidades da administração central e local, empresas gestoras de infraestruturas de transporte, de telecomunicações, de energia e de abastecimento de águas ou de sistemas de saneamento, empresas prestadoras de serviços SIG, consultores, associações para a promoção do uso de dados e tecnologias em licenciamento aberto.



Modelo de Governança Territorial

Modelo de Governança Territorial

O PROT-NORTE constitui um exercício de planeamento territorial à escala regional (NUTS II) integrando, nomeadamente, a Estratégia e Modelo Territorial, as O&D e o PE. Para a sua implementação, torna-se necessário assegurar a realização do planeado e, portanto, o Modelo de Governança Territorial (MGT) pretende dar resposta a esta exigência prática nas diferentes dimensões, envolvendo permanente participação pública e escrutínio da ação do Estado.

A execução do PROT-NORTE não resulta da exclusiva iniciativa de um determinado nível de organização do Estado, uma vez que as ações e políticas a desenvolver são da responsabilidade do nível local (municípios), do nível intermunicipal e supramunicipal (associações de municípios e outras entidades que contam com participação dos municípios), do nível regional (CCDR-Norte, IP e outros organismos desconcentrados da Administração Central), e do nível nacional (Administração Central). Para tal, somente através da constituição de um MGT multinível será possível assegurar a plena representação dos diferentes níveis de ação do Estado, fazendo corresponder a um exercício de planeamento multiescalar uma governança que assegure a representação institucional de cada uma das escalas territoriais consideradas (local, sub-regional, regional e nacional). Este modelo multinível ganha especial pertinência no atual contexto de aprofundamento do processo de desconcentração e de descentralização administrativa, quer para o nível regional (NUTS II) e sub-regional (NUTS III), quer para o nível local (municípios).

Através do Decreto-Lei n.º 27/2020, de 17 de junho, deu-se mais um passo no processo de democratização da governação territorial de nível regional, com a eleição dos presidentes e de um dos vice-presidentes das CCDR pelos presidentes e vereadores das câmaras municipais, e presidentes e deputados das assembleias municipais, incluindo presidentes de juntas de freguesia, e pelos presidentes das câmaras municipais, respetivamente. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio, as CCDR passaram a institutos públicos, integrando e articulando territorialmente políticas públicas indispensáveis à execução das políticas de desenvolvimento regional, nomeadamente nos domínios do ambiente, das cidades, da economia, da cultura, do ordenamento do território ou da agricultura.

A Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto), por outro lado, reforçou a importância das esferas municipal e intermunicipal no âmbito da organização e gestão dos serviços públicos, tendo em vista a garantia de uma maior qualidade e equidade de oportunidades no seu acesso e, assim, a promoção de maior coesão territorial. Estão em causa competências como a da organização da rede de transporte escolar, o planeamento da oferta educativa, os equipamentos e respetivas respostas sociais, ou a rede de unidades de cuidados de saúde primários e de unidades de cuidados continuados. No âmbito do Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros (Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, alterada pelo Decreto-Lei n.º 169-A/2019, de 29 de novembro), foram também atribuídas competências às entidades intermunicipais na organização e gestão dos sistemas de transportes públicos coletivos, e na oferta de serviços complementares (transporte flexível), que constituem oportunidades para o reforço das relações funcionais à escala das sub-regiões (NUTS III), e de promoção de pendularidades (casa-trabalho e casa-escola).

Este MGT multinível deve dispor de capacidade de coordenação política e de coordenação técnica e, portanto, deve dispor também, pelo menos, de um órgão de cariz iminentemente político, e de um órgão de pendor mais técnico.

O órgão de coordenação política é o Conselho de Concertação Territorial (CCT), no exercício das suas seguintes competências, conforme dispõe o artigo 3º do Decreto-Lei n.º 35/2023, de 26 de maio:

- Debater assuntos com dimensão territorial relevante para as entidades nele representadas, nomeadamente os que envolvam vários níveis de administração do território;
- Analisar matérias que exijam ou pressuponham a articulação entre diferentes níveis de administração do território, ou regulem a atuação de entidades políticas regionais e sub-regionais;
- Acompanhar estratégias políticas e programas com incidência no desenvolvimento territorial;
- Debater estratégias de cooperação entre os diferentes níveis da administração do território.

O CCT é constituído pelo primeiro-ministro, que preside, pelas tutelas do planeamento, das finanças, da economia, da cultura, da educação, da saúde, do ambiente, das infraestruturas, da coesão territorial, da agricultura e das pescas, por representantes dos Governos Regionais da Madeira e dos Açores (2), pelos presidentes das CCDR (5), por membros do conselho diretivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses (2), por membros do conselho diretivo da Associação Nacional de Freguesias (2), pelos presidentes das AMP e Área Metropolitana de Lisboa, e por presidentes das CIM (2).

O órgão de coordenação técnica é o Conselho de Coordenação Intersectorial (CCInt) da CCDR-Norte, IP, no exercício das seguintes competências, nos termos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio:

- Propor medidas para compatibilização das atuações das CCDR com as orientações de política pública nacional;
- Dinamizar a articulação intersectorial em termos de concertação estratégica regional, de ordenamento do território e de planeamento das intervenções de natureza económica, social e ambiental, numa ótica de desenvolvimento regional integrado e sustentável;
- Acompanhar o planeamento estratégico, tendo em vista o desenvolvimento regional integrado.

O CCInt é constituído pelo Presidente da CCDR-Norte, IP, que igualmente o preside, pelos representantes da Administração Central de todas as áreas governativas, e pelos representantes das entidades intermunicipais. O CCInt permite adequado cruzamento e síntese territorial das políticas públicas, através da dinâmica de um triângulo virtuoso, assente:

- Na CCDR-Norte, IP, para concertação técnica e institucional de soluções eficientes e equilibradas entre setores e territórios;
- Nos sectores da Administração Central, para apresentação de propostas e de prioridades numa ótica de racionalidade setorial;
- Nas entidades intermunicipais, para apresentação de propostas e de prioridades numa ótica de racionalidade territorial.

Não obstante, a plena execução do PROT-NORTE não depende exclusivamente dos agentes públicos aos diferentes níveis ou escalas territoriais. Pretende-se que também dependa do envolvimento e da ação consequente de agentes (económicos, sociais, culturais, etc.), das instituições que os representam, e do exercício de cidadania ativa que assegura a necessária participação pública e o escrutínio da ação do Estado. Assim, além de multinível, o MGT do PROT-NORTE dispõe de carácter inclusivo, integrando um órgão que assegura tal dimensão participativa e de envolvimento da sociedade civil na ação pública. Esse órgão de participação cívica e democrática é o Conselho Regional (CR) da CCDR-Norte, IP no exercício das seguintes competências, conforme detalhado no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio:

- Pronunciar-se sobre medidas de descentralização e desconcentração administrativa suscetíveis de impacto no modelo e na organização territorial das políticas públicas aos níveis regional e local, e sobre ações e iniciativas intersectoriais de interesse regional;

- Apreciar os relatórios de execução de programas e projetos de interesse regional, e pronunciar-se sobre instrumentos de gestão territorial a diferentes escalas territoriais, como o plano regional de ordenamento do território.

O CR da CCDR-Norte, IP assegura uma muito ampla representação dos interesses dos agentes regionais, nomeadamente dos municípios, de diferentes associações socioeconómicas, socioprofissionais ou de defesa do ambiente. No entanto, dispondo de mais de 120 membros (*vide* artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio), o seu regulamento estatutário e de funcionamento deverá prever a possibilidade de constituição de secções. Sem prejuízo do funcionamento e da deliberação em reunião plenária, deverá ser criada uma secção específica para monitorização e avaliação do PROT-NORTE, constituída pelos membros relevantes do CR da CCDR-Norte, IP, aos quais devem acrescer representantes de outras instituições, e ainda individualidades de reconhecido mérito, direta ou indiretamente, na área do ordenamento e gestão do território, em função dos temas e subespaços regionais a analisar.

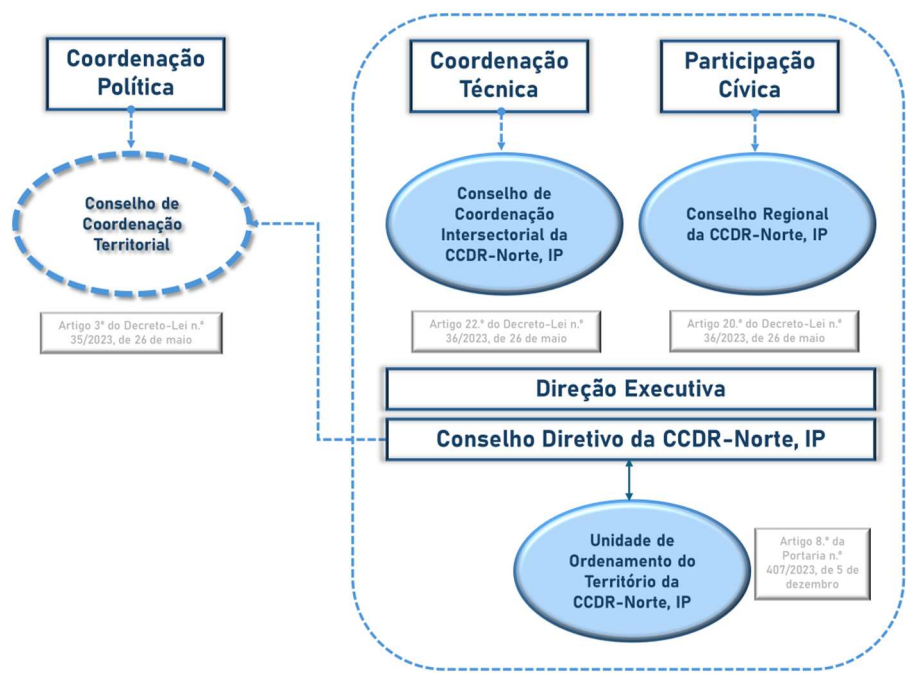
As funções de coordenação, técnica e política, e de participação cívica encontram-se, assim, asseguradas, dispondo dos respetivos órgãos. Todavia, se o MGT do PROT-NORTE é indispensável para a plena realização da Estratégia e Modelo Territorial, do PE e das O&D, tem também que ser assegurada a função de direção executiva, e respetivo órgão ou órgãos.

Essa função é assegurada pelo Conselho Diretivo (CD) da CCDR-Norte, IP, nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio e, em particular, pelo Vice-Presidente com a correspondente delegação de competências. No exercício dessas competências, é coadjuvado pela Unidade de Ordenamento do Território, Conservação da Natureza e Biodiversidade (UOTCNB), nomeadamente no que respeita a *“promover a elaboração, alteração e revisão do Programa Regional de Ordenamento do Território (PROT) e desenvolver as ações necessárias à sua implementação, monitorização e avaliação, bem como à sua articulação com o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)”* - alínea b) do n.º 1 do artigo 8.º da Portaria n.º 407/2023, de 5 de dezembro.

Este Modelo de Governação Territorial promove um Estado funcional, isto é, um Estado que dispõe, atualmente, de organizações e combinações institucionais que se podem adaptar e, assim, dar resposta a novos desafios e ao exercício de novas competências, como a execução do PROT-NORTE, sem necessidade de criação e recriação institucional permanente.

Este MGT apresenta duas dimensões: uma intrínseca à CCDR-Norte, IP, e decorrente da sua orgânica (Coordenação Técnica, Participação Cívica e Direção Executiva); outra exterior à CCDR-Norte, IP (Coordenação Política), embora com participação do seu Presidente, e com a possibilidade de interação neste contexto (apresentação de propostas, agendamentos, etc.) - tanto numa dimensão como na outra, trata-se de instituições e organizações existentes.

Este é o MGT que, a par de outros instrumentos de política regional, o PROT-NORTE adota, e que se sistematiza no seguinte esquema:





Sistema de Monitorização e Avaliação

Sistema de Monitorização e Avaliação

Como já se disse, com o Decreto-Lei n.º 27/2020, de 17 de junho, deu-se mais um passo no processo de democratização da governação territorial de nível regional, com a eleição dos presidentes e de um dos vice-presidentes das CCDR pelos presidentes e vereadores das câmaras municipais, e presidentes e deputados das assembleias municipais, incluindo presidentes de juntas de freguesia, e pelos presidentes das câmaras municipais, respetivamente, circunstância até agora inédita na organização administrativa do País, e de especial *momentum*.

A publicação do Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio, consolida esse processo, e as CCDR passaram a institutos públicos, integrando e articulando territorialmente políticas públicas indispensáveis à execução das políticas de desenvolvimento regional, nomeadamente nos domínios do ambiente, das cidades, da economia, da cultura, do ordenamento do território ou da agricultura. Estabelece o mesmo diploma que a articulação entre as medidas de política pública nacional e a sua operacionalização e concretização, a nível regional, é assegurada por via de um Contrato Programa (CP), aprovado pelo CCT.

Ora, do CP estabelecido entre este IP e o Governo, consta o rol de Indicadores e metas *“tendo por base as potencialidades e as características geográficas, naturais, sociais e humanas do território abrangido pela CCDR Norte, I.P., com vista ao seu equilibrado desenvolvimento, considerando as carências e os interesses das respetivas populações”*, justificando-se a inclusão de alguns desses Indicadores no Sistema de Monitorização e Avaliação (SMA) do PROT-NORTE.

Concomitantemente, quer a Estratégia que o PROT-NORTE consubstancia, quer o Modelo Territorial a que dá corpo, acautelam o cumprimento da maior parte dos ODS da Agenda 2030, organizados em torno dos seus 5 Ps – Planeta, Pessoas, Prosperidade, Paz e Parcerias Institucionais.

Realmente, também a interpretação territorial da Agenda 2030 das Nações Unidas e o estabelecimento dos seus 17 ODS, que inspira toda a conceção deste PROT-NORTE, tem aqui que ser vertida por via da definição de indicadores que abranjam os 5 Sistemas temáticos – Natural, Social, Económico, de Conectividades, Urbano, e o de Gestão e Governança Territoriais, aos quais se alocou a ponderação de vulnerabilidades críticas e os 4 fatores distintivos que, para além do Desafio Demográfico, incluem a Água, a Energia e a Neutralidade Carbónica.

Deste modo, o exercício de monitorização e elaboração do Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT) do PROT-NORTE deverão fazer demonstrar o grau de territorialização da Agenda 2030 das Nações Unidas e, igualmente, o desempenho do Instituto Público que a CCDR-Norte, IP agora configura.

Assim, o SMA do PROT-NORTE ancora-se nos seguintes princípios específicos, respetivos fundamentos, Indicadores e metas associadas:

1. Princípios basilares para definição dos Indicadores:

- a) Territorialização: apenas foram admitidos indicadores já regionalizados (indicadores macro e indicadores regionais) ou que, tendo uma *baseline* nacional, a sua natureza permitirá a aferição regionalizada dos mesmos (indicadores transacionais). Foi ainda dada preferência a indicadores cujo âmbito fosse o da região-plano; contudo, dado que os indicadores macro e relacionais estão, em alguns casos, ancorados no Sistema Estatístico Nacional, cuja produção é baseada na NUTS II, assume-se uma solução de compromisso, com a utilização da geografia das NUTS em alguns casos.

- b) Comparabilidade: foram identificados indicadores comuns a todo o território, com relevância para a área política a que se reportam.
- c) Especificidade: no caso de dimensões das áreas de política que relevem particularmente para uma região, manteve-se a possibilidade de seleção de indicadores específicos para as diferentes regiões, desde que devidamente justificados.
- d) Periodicidade: disponibilidade mínima bienal da informação.
- e) Disponibilidade: indicadores assentes, preferencialmente, em fontes de dados estatísticas (e.g. indicadores macro e indicadores relacionais), e em fontes administrativas existentes (e.g. indicadores transacionais).
- f) Histórico: preferência pela utilização de indicadores com séries temporais mais longas (com exceção dos indicadores transacionais).

2. Determinação e explicitação do contexto dos indicadores:

Para efeitos do SMA do PROT-NORTE, consideram-se:

- a) Indicadores macro ou de contexto: aqueles que visam medir o contributo da região para o cumprimento de determinada meta estabelecida a nível nacional, sem uma relação obrigatória com as competências da CCDR-Norte, IP;
- b) Indicadores relacionais ou de resultado: aqueles que visam medir o impacto e/ou o nível de ação numa determinada área política, ou seja, os efeitos diretos gerados na concretização dos objetivos, com uma relação indireta com as competências da CCDR-Norte, IP;
- c) Indicadores transacionais ou de realização: aqueles que visam medir a *performance* e/ou o nível de serviço no desempenho das competências, ou seja, os produtos gerados pela concretização das atividades, com uma relação direta com as competências da CCDR-Norte, IP.

3. Quadros referenciais do Sistema de Monitorização:

Área de Política Planeamento e Desenvolvimento Regional, Urbano e Rural

Indicadores macro ou de contexto

Indicador	Baseline	Período da baseline	Meta Regionalizada final	Período de cumprimento da Meta	Desagregação Territorial	Fonte	Designação Fonte
PIB <i>per capita</i> em PPC	65.4%	2021	Assegurar que todas as regiões NUTS II convergem em PIB <i>per capita</i> com a média europeia	2029	NUTS II	Portal do INE	Produto interno bruto por habitante em PPC (UE27=100) (Base 2016 -%) por Localização geográfica (NUTS – 2013); Anual
Proporção da População Residente em Risco de Pobreza ou Exclusão Social	23,9%	2022	Assegurar que o nível de pobreza observado na região é	2029	NUTS II	Portal do INE Eurostat	Proporção da população residente em risco de pobreza ou exclusão social (Europa 2030) (%) por

			inferior à média da UE27				Local de residência (NUTS – 2013); Anual: <i>Persons at risk of poverty or social exclusion by age and sex</i>
Nível Regional no <i>Innovation Scoreboard</i>	93,12	2023	Convergir com a média da UE27	2029	NUTS II	EIS 2022 – RIS 2021 <i>Research and Innovation</i> (europa.eu)	<i>Summary Innovation Index</i>
Taxa de jovens NEET (15-29 anos)	7,5%	2022	Manter nível abaixo da média da UE27	2029	NUTS II	Eurostat	<i>Young people neither in employment nor in education and training by sex and NUTS 2 regions (NEET rates)</i>

Indicadores relacionais ou de resultado

Indicador	<i>Baseline</i>	Período da <i>baseline</i>	Meta Regionalizada final	Período de cumprimento da Meta	Desagregação Territorial	Fonte	Designação Fonte
Pequenas e médias empresas (PME) introdutoras de inovação de produtos ou de processos	0	NA	350	2029	NUTS II	Programas Regionais	Sistema de Monitorização Portugal 2030
Habitacões com assinaturas de banda larga em redes de capacidade muito elevada	0	NA	89 300	2029	NUTS II	Programas Regionais	Sistema de Monitorização Portugal 2030
Participantes (RHAQ) com ensino superior empregados 6 meses depois de terminada a participação	65%	2021	80%	2029	NUTS II	Programas Regionais	Sistema de Monitorização Portugal 2030
Utilizadores anuais de transportes públicos novos ou modernizados	0	NA	20 000 000	2029	NUTS II	Programas Regionais	Sistema de Monitorização Portugal 2030

Área de Política Ordenamento do Território

Indicadores macro ou de contexto

Indicador	<i>Baseline</i>	Período da <i>baseline</i>	Meta Regionalizada final	Período de cumprimento da Meta	Desagregação Territorial	Fonte	Designação Fonte
PROT publicado	Não	2023	1º semestre de 2025	2025	Região	Diário da República	
Proporção de Área Territorial com informação cadastral	5,99%	2023	40%	2029	Região	DGT, BUPi	
Taxa anual de artificialização líquida do Solo (km²/ano)	7,2	2018	4,7	2029	Região	Observatório do Ordenamento do Território e do Urbanismo	Taxa anual de Artificialização Líquida do Solo

Indicadores relacionais ou de resultado

Indicador	Baseline	Período da baseline	Meta Regionalizada final	Período de cumprimento da Meta	Desagregação Territorial	Fonte	Designação Fonte
Percentagem de PDM em vigor, coerentes com a legislação em vigor	14%	2023	100%	2029	Região	DGT	
Elaboração do REOT regional	0	2023	1	2029	Região	CCDR	Sites das CCDR e envio à tutela

Área de Política Conservação da Natureza

Indicadores macro ou de contexto

Indicador	Baseline	Período da baseline	Meta Regionalizada final	Período de cumprimento da Meta	Desagregação Territorial	Fonte	Designação Fonte
Percentagem de território de áreas protegidas de âmbito nacional com planos de cogestão aprovados	45%	2023 (novembro)	100% do território regional de áreas protegidas de âmbito nacional com planos de cogestão aprovados	2029	Região	CCDR/ICNF	

Indicadores relacionais ou de resultado

Indicador	Baseline	Período da baseline	Meta Regionalizada final	Período de cumprimento da Meta	Desagregação Territorial	Fonte	Designação Fonte
Nº de planos de cogestão de áreas protegidas de âmbito nacional aprovados	5	2023 (agosto)	5	2029	Região	ICNF/CCDR	Planos de cogestão de áreas protegidas de âmbito nacional aprovados
Nº de aderentes à marca "Natural.pt" na região	118	2022	Aumentar em 15% o nº de aderentes regionais	2029	Região	ICNF/CCDR	Nº de aderentes à marca "Natural.pt"
Nº de planos de ação locais de controlo, contenção e erradicação de espécies exóticas invasoras aprovados	0	2023	12	2029	Região	ICNF/CCDR	Planos de ação locais de controlo, contenção e erradicação de espécies exóticas invasoras aprovados

Indicadores transacionais ou de realização

Indicador	Baseline	Período da baseline	Meta Regionalizada final	Período de cumprimento da Meta	Desagregação Territorial	Fonte	Designação Fonte
Nº de planos de cogestão nas áreas protegidas de âmbito nacional integradas na região, ao abrigo do Decreto-Lei nº 116/2019, de 21 de	0	2023	5	2023-2029	Região	CCDR/ICNF	

agosto, com execução acompanhada							
Nº iniciativas anuais promovidas nas estruturas de visitação existentes nas áreas protegidas de âmbito nacional integradas na região	0	2023	5 * 6	2023-2029	Região	CCDR	
Nº de iniciativas de investigação e desenvolvimento na área da conservação da natureza, da biodiversidade e da geodiversidade acompanhadas	0	2023	5	2023-2029	Região	CCDR	

Área de Política Economia

Indicadores relacionais ou de resultado

Indicador	Baseline	Período da baseline	Meta Regionalizada final	Período de cumprimento da Meta	Desagregação Territorial	Fonte	Designação Fonte
Intensidade exportadora	36,01%	2022	44,63%	2029	NUTS II	Portal do INE	Intensidade exportadora (5) por localização geográfica (NUTS – 2013): Anual
Despesa total em I&D no PIB	1,97%	2021	3,30%	2029	NUTS II	Portal do INE	Proporção da despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) no PIB (Base 2016 - %) por NUTS - 2013 e Setor de execução: Anual – DGEEC. Potencial científico e tecnológico nacional (setor institucional e setor empresas)
Proporção de exportações de bens de alta tecnologia	4,38%	2022	7,10%	2029	NUTS II	Programas Regionais	Proporção de exportações de bens de alta tecnologia (%) por Localização geográfica (NUTS – 2013): Anual – INE. Estatísticas do comércio internacional de bens

Indicadores transacionais ou de realização

Indicador	Baseline	Período da baseline	Meta Regionalizada final	Período de cumprimento da Meta	Desagregação Territorial	Fonte	Designação Fonte
Prazo para a emissão da decisão Sistema de Indústria Responsável (SIR) nos estabelecimentos industriais tipologia 1 por	165 dias úteis	Média de anos (maio de 2021 a novembro de 2023)	Média 165 dias úteis	2029	Região	Plataforma SIR	Plataforma de suporte ao licenciamento industrial

força dos regimes de ambiente							
Prazo para a emissão da decisão SIR nos estabelecimentos industriais tipologia 2	92 dias úteis	Média de anos (maio de 2021 a novembro de 2023)	Média 75 dias úteis (2 anos)	2029	Região	Plataforma SIR	Plataforma de suporte ao licenciamento industrial

Área de Política Cultura

Indicadores relacionais ou de resultado

Indicador	Baseline	Período da baseline	Meta Regionalizada final	Período de cumprimento da Meta	Desagregação Territorial	Fonte	Designação Fonte
N.º de intervenções em património cultural previstas no Programa de Investimentos para o Património Cultural	0	2023	15	2029	Região	Administrativa: CCDD-UCultura e PC, IP	Diagnóstico de necessidades Património Cultural – PT2030 (Bens Culturais Imóveis afetos a cada região)

Área de Política Educação

Indicadores macro ou de contexto

Indicador	Baseline	Período da baseline	Meta Regionalizada final	Período de cumprimento da Meta	Desagregação Territorial	Fonte	Designação Fonte
Taxa de abandono precoce de educação e formação	6,5%	Média dos últimos 3 anos (2020-2022)	4,8%	2029	NUTS II	Portal do INE	Taxa de abandono precoce de educação e formação (Série 2021 - %) por Local de residência (NUTS – 2013) e Sexo; Anual

Indicadores relacionais ou de resultado

Indicador	Baseline	Período da baseline	Meta Regionalizada final	Período de cumprimento da Meta	Desagregação Territorial	Fonte	Designação Fonte
Proporção de municípios com taxa bruta de pré-escolarização superior à média nacional	55% municípios > média nacional; 45% < média nacional	Média dos últimos 3 anos	63% municípios > média nacional; 37% < média nacional	2029	Região	Portal do INE	Taxa bruta de pré-escolarização (%) por Localização geográfica (NUTS – 2013) e Sexo; Anual
Taxa de transição/conclusão no ensino secundário	94,4%	Média dos últimos 3 anos	97,9%	2029	Região	Portal do INE	Taxa de transição/conclusão no ensino secundário (%) por Localização geográfica (NUTS –

							2013) e Oferta; Anual
Percentagem de alunos matriculados em Cursos Profissionais	42,3%	Média dos últimos 3 anos	52,3%	2029	Região	Dados disponibilizados pela DGEEC	Alunos matriculados, por NUTS I e II, sexo e oferta de educação e formação

Indicadores transacionais ou de realização

Indicador	Baseline	Período da baseline	Meta Regionalizada final	Período de cumprimento da Meta	Desagregação Territorial	Fonte	Designação Fonte
N.º de escolas intervencionadas	0	2023	75	2029	Região	MCT (Acordo Setorial de Compromisso para Financiamento do Programa de Recuperação/Reabilitação de escolas)	

Área de Política Agricultura e Pescas

Indicadores macro ou de contexto

Indicador	Baseline	Período da baseline	Meta Regionalizada final	Período de cumprimento da Meta	Desagregação Territorial	Fonte	Designação Fonte
VAB Complexo agroalimentar (M€), a preços constantes 2016	1 366 M€	2019 (preços correntes)	1 571 M€	2029	Região	GPP, a partir das Contas Nacionais e CEA, INE	VAB Complexo agroalimentar (M€), a preços constantes 2016
Despesa em I&D Área temática: "8. Agroalimentar" (M€)	45,2 M€	Média 2014-2018	72,4 M€	2029	NUTS II	Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional. DGEEC	Despesa em I&D Área temática: "8. Agroalimentar" (M€)
Peso da superfície Agrícola declarada Pedido Único (PU) com MAA (Rácio vs. Superfície Agrícola total do PU)	54,9%	2022	57,5%	2029	Região	GPP, a partir de AG PEPAC Continente	Peso da superfície Agrícola declarada PU com MAA (Rácio vs. Superfície Agrícola total do PU) (%)
Peso dos projetos contratualizados de jovens agricultores em territórios de baixa densidade	36,5%	Acumulado dos últimos 3 anos (2020-2021-2022)	38,7%	2029	Região	GPP, a partir de informação IFAP	Peso dos projetos contratualizados de jovens agricultores em territórios de baixa densidade (%)

Indicadores relacionais ou de resultado

Indicador	Baseline	Período da baseline	Meta Regionalizada final	Período de cumprimento da Meta	Desagregação Territorial	Fonte	Designação Fonte
Percentagem de explorações agrícolas com apoio ao investimento na exploração agrícola	3,8%	2022	4,0%	2029	Região	AG PEPAC Continente	SIPEPAC
N.º de beneficiários do apoio à instalação de jovens agricultores	1 248	2022	949	2029	Região	AG PEPAC Continente	SIPEPAC
Percentagem de Superfície Agrícola Utilizada (sal) com apoio ambiente e clima	52,2%	2022	52,2%	2029	Região	AG PEPAC Continente	SIPEPAC
Percentagem de SAU com apoio à agricultura biológica	5,4%	2019	11,2%	2029	Região	AG PEPAC Continente	SIPEPAC

Área de Política Gestão de Fogos Rurais

Indicadores macro ou de contexto

Indicador	Baseline	Período da baseline	Meta Regionalizada final	Período de cumprimento da Meta	Desagregação Territorial	Fonte	Designação Fonte
Proporção de área abrangida por medidas de gestão de combustível	0,02% que corresponde a 44 500 ha	2020-2021	1% no cenário de 2 086 742 ha	2029	Região	Supletivamente, relatório de atividades SGIFR, dados IPMA, ICNF (SGIF) e ANEPC	Rácio entre Área Implementada e Previstas em Gestão de Combustíveis e Fogo Preventivo Redução da taxa diária de área Ardida em ocorrências > 500 ha e dias de FWI Máximo ou superior (FWI – 38)
Incêndios rurais com duração superior 24 horas	17	Média 2020-2022	Reduzir o n.º de incêndios rurais com duração superior a 24 horas	2029	NUTS II	INE	Incêndios rurais com duração superior 24 horas (N.º) por Localização geográfica (NUTS – 2013)

No âmbito do procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), que se desenvolve em paralelo com o processo de elaboração do PROT-NORTE, foi efetuada a identificação, necessariamente preliminar, de um conjunto de indicadores que procuram fazer demonstrar o grau de territorialização dos ODS da Agenda 2030 na região Norte, atendendo às O&D e às Medidas propostas para concretização da Estratégia e do Modelo Territorial do PROT-NORTE.

ODS		Indicadores a integrar na monitorização (proposta preliminar)		Unidade	Método de Cálculo	Fonte
7	Energias renováveis e acessíveis	Meta 7.1 (0-100)				
		7.1.2	Percentagem da população com acesso primário a combustíveis e tecnologias limpas	%	Conforme ISM - CESOP LOCAL	ISM - CESOP LOCAL (Índice de Sustentabilidade Municipal)
		Meta 7.2 (0-100)				
		7.2.1(b)	Percentagem da produção por fontes de energias renováveis na produção de energia total	%	Conforme ISM - CESOP LOCAL	ISM - CESOP LOCAL (Índice de Sustentabilidade Municipal)
		Meta 7.3 (0-100)				
		7.3.3	Consumo de energia elétrica para iluminação das vias públicas e iluminação interior de edifícios do Estado	kWh	Conforme ISM - CESOP LOCAL	ISM - CESOP LOCAL (Índice de Sustentabilidade Municipal)
9	Indústria, inovação e infraestruturas	Meta 9.2 (0-100)				
		9.2.1	Valor acrescentado bruto da indústria transformadora por pessoal ao serviço	€	Conforme ISM - CESOP LOCAL	ISM - CESOP LOCAL (Índice de Sustentabilidade Municipal)
		Meta 9.4 (0-100)				
		9.4.1	Emissão de CO2 por unidade de VAB das empresas da região	Kg CO2/€	Conforme ISM - CESOP LOCAL	ISM - CESOP LOCAL (Índice de Sustentabilidade Municipal)
11	Cidades e comunidades sustentáveis	Meta 11.3 (0-100)				
		11.3.1(a)	Evolução da eficiência dos territórios artificializados por habitante	%	Conforme ISM - CESOP LOCAL	ISM - CESOP LOCAL (Índice de Sustentabilidade Municipal)
		11.3.1(b)	Territórios artificializados (m2) per capita	m2	Conforme ISM - CESOP LOCAL	ISM - CESOP LOCAL (Índice de Sustentabilidade Municipal)
		Meta 11.4 (0-100)				
		11.4.1	Despesas municipais médias em património cultural e proteção da biodiversidade e paisagem per capita	€	Conforme ISM - CESOP LOCAL	ISM - CESOP LOCAL (Índice de Sustentabilidade Municipal)
		Meta 11.6 (0-100)				
		11.6.1(b)	Proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem	%	Conforme ISM - CESOP LOCAL	ISM - CESOP LOCAL (Índice de

						Sustentabilidade Municipal)
6	Água potável e saneamento	Meta 6.1 (0-100)				
		6.1.1(b)	Água segura	%	Conforme ISM - CESOP LOCAL	ISM - CESOP LOCAL (Índice de Sustentabilidade Municipal)
		Meta 6.2 (0-100)				
		6.2.1(b)	Acessibilidade física do serviço de saneamento de águas residuais	%	Conforme ISM - CESOP LOCAL	ISM - CESOP LOCAL (Índice de Sustentabilidade Municipal)
		Meta 6.3 (0-100)				
		6.3.1(b)	Acessibilidade física ao serviço de tratamento das águas residuais	%	Conforme ISM - CESOP LOCAL	ISM - CESOP LOCAL (Índice de Sustentabilidade Municipal)
		6.3.2	Proporção de massas de água com boa qualidade ambiental	%	Conforme ISM - CESOP LOCAL	ISM - CESOP LOCAL (Índice de Sustentabilidade Municipal)
		6.3.3	Águas balneares com qualidade excelente			
		6.3.4	Nitrato nas águas subterrâneas	mg NO3/litro	Conforme ISM - CESOP LOCAL	ISM - CESOP LOCAL (Índice de Sustentabilidade Municipal)
		Meta 6.4 (0-100)				
		6.4.2	Perdas reais de água	[m3/(km.dia)] ou [l/(ramal.dia)]	Conforme ISM - CESOP LOCAL	ISM - CESOP LOCAL (Índice de Sustentabilidade Municipal)
13	Ação climática	Meta 13.2 (0-100)				
		13.2.2(b)	Emissões de gases de efeito estufa per capita	t/hab	Conforme ISM - CESOP LOCAL	ISM - CESOP LOCAL (Índice de Sustentabilidade Municipal)
		Meta 13.a (0-100)				
		13.a.1	Proporção da despesa dos municípios em ambiente	%	Conforme ISM - CESOP LOCAL	ISM - CESOP LOCAL (Índice de Sustentabilidade Municipal)
14	Proteger a vida marinha	Meta 14.1 (0-100)				
		14.1.1	Proporção de águas subterrâneas com nutrientes dentro do Valor Máximo Recomendado por tipo de nutriente	% Azoto amoniacal; %Fósforo	Conforme ISM - CESOP LOCAL	ISM - CESOP LOCAL (Índice de Sustentabilidade Municipal)
		14.1.2	Águas balneares com qualidade excelente	%	Conforme ISM - CESOP LOCAL	ISM - CESOP LOCAL (Índice de Sustentabilidade Municipal)
15	Proteger a vida terrestre	Meta 15.1 (0-100)				
		15.1.1	Proporção da superfície florestal	%	Conforme ISM - CESOP LOCAL	ISM - CESOP LOCAL (Índice de Sustentabilidade Municipal)
		15.1.2	Rácio entre as áreas que pertencem à Rede Natura 2000 e as áreas protegidas	%	Conforme ISM - CESOP LOCAL	ISM - CESOP LOCAL (Índice de Sustentabilidade Municipal)

		15.1.3	Nitrato nas águas subterrâneas (mg NO3/litro)	mg NO3/litro	Conforme ISM - CESOP LOCAL	ISM - CESOP LOCAL (Índice de Sustentabilidade Municipal)
		Meta 15.2 (0-100)				
		15.2.1	Variação da área florestal (%)	%	Conforme ISM - CESOP LOCAL	ISM - CESOP LOCAL (Índice de Sustentabilidade Municipal)
		Meta 15.3 (0-100)				
		15.3.1	Territórios artificializados (m2) per capita	m2/hab	Conforme ISM - CESOP LOCAL	ISM - CESOP LOCAL (Índice de Sustentabilidade Municipal)
8	Trabalho digno e crescimento económico	Meta 8.9 (0-100)				
		8.9.1(a)	Proporção do VAB do setor do turismo no VAB total	%	Conforme ISM - CESOP LOCAL	ISM - CESOP LOCAL (Índice de Sustentabilidade Municipal)
		8.9.2	Proporção de empreendimentos turísticos com certificação ambiental	%	Conforme ISM - CESOP LOCAL	ISM - CESOP LOCAL (Índice de Sustentabilidade Municipal)

PROT com (o) NORTE

FUNDO AMBIENTAL

NORTE2020
PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE